



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A cidade atravessada

Velhos e novos cenários na política belojardinense (1969-2000)

José Adilson Filho

Recife 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A cidade atravessada

Velhos e novos cenários na política belojardinense

José Adilson Filho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador:

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Recife/ dezembro/ 2002

José Adilson Filho

A cidade atravessada

Velhos e novos cenários na política belojardinense

Aprovada no dia 13 de dezembro de 2002

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr (presidente)

Prof. Dr. Álder Júlio Ferreira Calado (membro)

Prof. Dr. Paulo Henrique Martins (membro)

Recife – PE

Dezembro – 2002

RESUMO

Esta dissertação procura analisar algumas estratégias utilizadas pelos Grupos de Francisco Cintra Galvão e José Mendonça Bezerra, no que concerne a sua manutenção enquanto forças políticas hegemônicas, da cidade de Belo Jardim. Buscam-se apreender as condições históricas que deram emergência a estes atores políticos e como suas práticas imagético-discursivas e não-discursivas contribuíram para dar uma nova visibilidade e dizibilidade à cidade e aos seus habitantes. Ou seja, vimos que a partir do final da década de 1960 processa-se uma série de modernizações que alteram a paisagem urbana e o *modus vivendi* da população local e, por conseguinte, instaura uma determinada forma de ver e dizer a cidade, a qual se espacializa, nos discursos políticos e no senso comum, como “a cidade dos músicos”, “cidade de vocação industrial” entre outros enunciados. São enunciados, portanto, que têm a pretensão de forjar uma identidade e construir uma memória duradoura. A outra questão problematizada neste trabalho diz respeito aos imbricamentos entre o velho e o novo nas práticas políticas e econômicas das elites. Elementos que são considerados antagônicos mesclam-se, entrechocam-se, mas nunca de maneira auto-excludente. As elites, assim, mantêm-se no poder, negociando as tensões entre o moderno e tradicional mediante processos de hibridismo.

Dedicatória

A Leide, minha companheira, e aos meus filhos, Matheus, Mathias e Vinícius, como reconhecimento do amor que sentem por mim.

Agradecimentos

Na montagem de um cenário tão exaustivo como a elaboração de um trabalho acadêmico conta-se com ajuda de muitas pessoas. Em cada uma delas percebo colaborações: umas mais diretas, outras mais sutis de colegas e amigos que contribuíram para produção desta dissertação. Agradeço, portanto:

A Antonio Cassimiro (*in memoriam*), José Vieira e Bernadina Araújo pela gentileza de me terem concedido a licença para fazer a pesquisa.

Ao Pe. Everaldo, Delma Evaneide e Josué Eusébio, que juntam inteligência, compromisso e bom relacionamento profissional.

Aos amigos Kleber Fernandes, Adjair Alves, Veridiano e Jorge Quintino pelas provocações que deram início a esta caminhada.

A Edwar de Alencar Castelo Branco, interlocutor que contribuiu muito para este trabalho com a sugestão do orientador, a leitura e crítica do texto e, principalmente pela excelente amizade.

Aos companheiros Jailson Pereira, Mário Benning, Cristiano Cezar e Ricardo Bezerra cúmplices da fase mais intensa e sofrida da pesquisa.

A Abel de Lima, Jardel e ao professor Ricardo de Oliveira pelo empréstimo de alguns documentos.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal pela cordialidade com que sempre me atenderam.

A Arcelino Marques e Manoel Gabriel, amigos de longa data, que vivenciam comigo os dramas da política local.

Ao professor Álder Júlio Ferreira Callado, que reúne simplicidade e inteligência, coisas raras hoje em dia na atividade acadêmica.

A Luciane, secretária do Programa de Pós-graduação em História da UFPE, pela maneira generosa com a qual sempre nos tratou.

A Jônatas Valença e a Gilvano Vasconcelos pelos olhos treinados e amizades presentes.

Ao meu orientador, Durval Muniz de Albuquerque Jr., pela competência e seriedade com que exerce a atividade docente, e, sobretudo pela sensibilidade em relação as dificuldades que atravessam a vida dos seus orientados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		10
CAPÍTULO I-	Tramas da subjetividade.....	27
	1.1- Lugar da memória: entre o campo e a cidade.....	30
	1.2– Política, identidade e historiografia.....	34
	1.3– Tempo presente: proximidade e inteligibilidade.....	43
	1.4- Presente e a história política.....	48
CAPÍTULO II	A cidade do progresso: mitos e emblemas.....	52
	2.1- Veredas do progresso.....	56
	2.2- Quando o moderno é a indústria.....	63
	2.3- Espaço e poder: territórios suspeitos.....	69
	2.4 – Falas de astúcia: a cidade com vocação industrial	74
CAPÍTULO III	Os “inventores da cidade”.....	87
	3.1- A oligarquia dos Mendonça.....	87
	3.2- Cintra Galvão — “ <i>O condotiere</i> ”.....	94
	3.2.1- A derrota nas eleições municipais de 2000.....	102
	3.3- A família Moura e o progresso local.....	105
	3.4 – Tradição e negócios.....	115
	3.5 – A obliquidade dos poderes das três famílias.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS		126
ANEXO.....		130
FONTES.....		137
BIBLIOGRAFIA.....		139

INTRODUÇÃO

“Onde será que isso começa/ A
Correnteza sem paragem/
O viajar de uma viagem/ a outra
viagem que não cessa/
Cheguei ao nome da cidade/ não a
cidade mesma espessa/
Rio que não é rio: ESSA CIDADE
ME ATRAVESSA ...”

(Adriana Calcanhoto)

Em toda cidade média ou pequena da América um grupo superior de famílias paira acima da classe média e sobre a massa da população de assalariados, funcionários, camponeses e desempregados. Conforme Wright Mills, os membros desse grupo possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com frequência no jornal local, e, na realidade, o jornal é deles, como deles é a estação de rádio. Também são os donos das três fábricas mais importantes e da maioria das casas comerciais. Associando-se nos negócios, casando-se entre si, buscam manter a liderança de grupos hegemônicos da sociedade local.¹

A descrição que Mills faz do poder local nos Estados Unidos assemelha-se muito à imagem que fazemos das pequenas e médias cidades interioranas do Nordeste brasileiro. Há sempre algumas famílias, geralmente as mais ricas, pairando sobre o restante da sociedade e exercendo o controle da esfera pública municipal.

¹ MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 41.

Porém é mais forte entre nós do que entre os norte-americanos a consciência de que a tradição se impõe ao desejo de mudança. Isto é, uma espécie de alheamento e descompasso com relação às transformações e inovações do mundo moderno.

Ao pensar a região Nordeste como sendo portadora de uma essência quase imutável, articulou-se um jeito de legitimar a identidade dos seus atores de tal maneira que já existe uma sólida pré-consciência em relação aos significados de algumas palavras tais como: **interior, cultura e elites nordestinas**. Tais enunciados, (in)conscientemente, tornam-se sinônimos de rural, arcaico, coronelismo, violência, etc. Ou seja, o contrário das “modernas” e ricas regiões do Sul e Sudeste do Brasil. Vários autores, muitos inclusive do *métier* acadêmico consolidaram uma certa tradição interpretativa sobre o Nordeste.

Parte expressiva da produção imagético-discursiva sobre as relações de poder vivenciadas no Nordeste brasileiro, particularmente no interior, apóia-se no binômio natureza-cultura como coisas indissociáveis. Reforçando-se daí a noção de determinismo geográfico de Ratzel do “homem como produto do meio,”² cuja lógica reduz sensivelmente a diversidade econômica, política e cultural da região à fixação de alguns estereótipos. Assim, na maioria das vezes, as análises sobre o poder local partem de uma perspectiva dicotômica, dualista, enfocada geralmente a partir dos pares: moderno versus tradição, rural versus urbano, progresso versus atraso, democracia versus oligarquia. Tal postura tem-nos levado a ler a realidade operando “sempre” com os mesmos conceitos, produzindo por sua vez a mesma imagem, o mesmo discurso, transformando o Nordeste e os nordestinos também numa região epistemológica fixa e imutável. Para o historiador Durval Muniz :

A “História Regional” participa da construção imagético-discursiva do espaço regional, como continuidade histórica. Ela padece do que podemos chamar de uma “ilusão referencial”, por dar estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático. Mesmo quando historiciza este espaço,

² Ratzel foi um dos fundadores da geografia moderna. [...] Os seus discípulos radicalizaram suas colocações, constituindo o que se denomina “Escola Determinista” ou “Doutrina do Determinismo Geográfico”. Os atores que partiram da reflexão ratzeliana do objeto da reflexão geográfica, simplificaram-na. Orientaram seus estudos por máximas como “as condições naturais determinam a

valida-o como ponto de partida para recortar a historicidade. Ela faz uso de uma região “geográfica” para fundar uma região epistemológica no campo historiográfico, justificando-se como saber, pela necessidade de estabelecer uma história da origem desta identidade regional, afirmando sua individualidade e sua homogeneidade. Por isso, o questionamento da região, como uma identidade fixa, passa pela crítica desta “História Regional”, que participou desta cristalização identitária, e passa pela retirada das fronteiras do campo historiográfico.³

Estabelece-se assim, uma maneira peculiar de ver e dizer o Nordeste e os nordestinos, pois a identidade dos seus atores passa ser vinculada ao espaço físico em que habitam. Por isso mesmo, a longevidade de algumas famílias no exercício do poder municipal tem sido não obstante traduzido como a permanência do coronelismo, ou melhor, da sua capacidade de adaptar-se a diferentes situações históricas. O atraso econômico motivado por sua condição “agrária e pré-industrial” seria o fator responsável pelo retrocesso político e por um corolário de antiquíssimas tradições.

Cabe-nos, contudo, romper com estas formas de enquadramento do nosso olhar. Pois, por mais que se diga o contrário, assim como faz Barbosa Sobrinho, quando diz “o que importa que o coronel tenha passado a doutor? Ou a fazenda tenha se transformado em fábrica? Ou que seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos? A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada”,⁴ sabemos que a história não é linear e homogênea, mas feita de descontinuidade, de singularidades e de diferentes projetos humanos.

Questionamos esta noção de identidade, vista por nós como uma repetição, uma semelhança de superfície, que possui no seu interior uma diferença fundante, uma batalha, uma luta, que é preciso ser explicitada.⁵ A identidade de uma região ou de um povo é fruto de uma construção mental, de conceitos sintéticos e

história” ou “o homem é produto do meio”. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**, 2ª edição, São Paulo, Hucitec, 1983, pp. 53 a 58.

³ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Cortez/Massangana, 1999, p. 28/29.

⁴ SOBRINHO, Barbosa Lima. (prefácio) IN. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 18.

⁵ ALBUQUERQUE Jr., Op. Cit., p. 27.

abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual e de uma enorme variedade de experiências efetivas. Conceituar, portanto, as elites locais como coronéis ou neocoronéis, a rigor, não ajuda a esclarecer a realidade, mas fixar preconceitos sobre o seu papel na história recente.

Para analisar essas contradições entre o velho e o novo, o moderno e o tradicional, faz-se “necessária uma teoria livre da ideologia do reflexo e de qualquer suposição sobre correspondências mecânicas diretas entre base material e representações simbólicas”.⁶

A tradição representada pelas elites, no exercício do poder, não significa necessariamente algo incompatível com os signos do moderno. Como é o caso da família Moura proprietária de uma fábrica que nasceu e se desenvolveu em Belo Jardim, no Agreste pernambucano, cujo desenvolvimento a transformou na maior empresa de baterias da América Latina (sem falar dos vários prêmios nacionais e internacionais conquistados), o que demonstra sua capacidade de inserção no capitalismo globalizado. Da mesma forma acontece nas relações de poder quando envolvem o popular, o culto e o massivo numa só conjugação temporal.

Daí, o meu questionamento em relação a alguns autores, sobretudo no que tange à construção do conceito de coronelismo e neocoronelismo para justificar a hegemonia de famílias tradicionais ou não, no controle do governo municipal. Sabe-se que o coronelismo foi um fenômeno que se desenvolveu e se institucionalizou principalmente durante a “República Velha”, chamada também de “República dos Coronéis”(1889-1930).

Autores clássicos⁷, como Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, Maria Isaura Pereira de Queirós, Edgar Carone, entre outros, analisaram o coronelismo como um fenômeno típico da “República Velha”, cujo enfraquecimento e desaparecimento se daria com a industrialização, a urbanização e a sofisticação dos processos eleitorais. Todavia, há aqueles que defendem que, mesmo que o coronelismo enquanto sistema tenha se exaurido após a “Revolução de 30”, persistiu

⁶ CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo, EDUSP, 2000, p. 75.

⁷ VER LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, Vol. 1 e 2. Porto Alegre, 1975. Queirós, Maria Isaura Pereira de. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, livro I, Estrutura de Poder e economia (1898-1930), São

a figura do coronel que soube adaptar-se à modernização político-econômica vivenciada no país a partir de então.

As redefinições do poder dos coronéis são entendidas por estudiosos como Bursztyn, Eul-Soo Pang e Décio Saes, entre outros, através das mudanças implementadas pelo Estado, que se orientaria ora pelos imperativos de legitimidade, ora pela acumulação, assumindo duplamente um caráter modernizador e conservador. De acordo com essa concepção, o Estado é quem vai incorporar, em suas práticas, os elementos coronelistas: o clientelismo e o paternalismo autoritário.⁸

Conforme Busztyn, a modernização, via processo de desenvolvimento urbano-industrial planejado, condenaria o coronelismo dito tradicional à morte, mas não os coronéis, que continuariam existindo individualmente. Dar-se-ia, então, um período de transição para uma situação de coronéis sem coronelismo, visto que a burocracia representada pelo funcionalismo estaria ligada à estrutura local.⁹

Para Pang, a modificação e não o declínio do coronelismo deveria ser o tema da história política depois de 1930. O seu caráter modernizador minaria progressivamente o coronelismo tradicional, mas não o destruiria totalmente. Ela persistiria na emergência de novos mandatários que seriam beneficiados com a estratégia do Estado de fortalecimento do poder local.

Porém ele veria nesta ação do Estado viabilizado pelo planejamento econômico, através de organismos federais como a SUDENE, BNDES e investidores privados, a possibilidade de construção de uma mudança mais democrática nas relações de poder das cidades do interior nordestino, favorecendo inclusive o surgimento de novas lideranças que levassem ao fim a herança coronelística.

Em certa época a violência e os favores serviam aos coronéis como meios complementares de expandirem seu poder e obterem votos. O Estado e às vezes o governo federal, recorriam a táticas igualmente nefandas para controlar os coronéis, mas esse tempo acabou. O estado uma tática mais sofisticada para dominar o interior, principalmente o Nordeste: o

Paulo, Difel, 1975. CARONE, Edgar. **A República Velha(instituições e classes sociais)**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

⁸ FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel: De símbolo a simulacro do poder local**. Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas, 2000, p.50.

⁹ Idem, p. 50.

*desenvolvimento econômico através das instituições regidas pelo estado, tais como a SUDENE e investidores privados de São Paulo e de países estrangeiros.*¹⁰

Já Décio Saes defende que a existência do coronelismo aparece como uma expressão de uma fração hegemônica da classe dominante que funciona a partir da lógica de acumulação capitalista e das instituições democráticas, muito embora seja produto de relações de produção pré-capitalistas que ainda se exercem no Brasil.¹¹ Percebe-se, portanto, que o conceito de coronelismo é usado para explicar a contradição de uma sociedade burguesa, civilizada e democrática, que convive ainda com manifestações “arcaicas” de existência social.

Alguns destes estudiosos, informados pela teoria marxista, apresentaram uma interpretação dualista, concebendo as relações entre o velho e o novo na política e na sociedade local sob o prisma do antagonismo, de uma constante luta entre as forças progressistas e reacionárias. Dessa perspectiva, sobressai uma visão histórica linear e evolutiva da sociedade brasileira. Neste caso, o coronelismo aparece como fruto de uma anomalia que obstrui o pleno desenvolvimento da sociedade brasileira, e esta anomalia chama-se a região Nordeste.

Entretanto, historiadores como Maria de Lourdes Jannotti defende a tese que o coronelismo continua existindo a despeito de quaisquer transformações estruturais ocorridas nas várias regiões do Brasil. Segundo ela,

Autores insistiram no ocaso do coronelismo, talvez por não terem se detido na observação dos seus compromissos. Após a Revolução de Trinta modificações são registradas nas relações coronelísticas, mas não a ponto de determinar sua extinção. Não há dúvida que Getúlio Vargas se valeu dos coronéis do sertão, dos estancieiros gaúchos e mesmo dos fazendeiros para tomar o poder e nele se manter. O mesmo poder-se-ia dizer de todos os governos da República até hoje. O coronelismo demonstra, portanto ter

¹⁰ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943); A Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp, 51 e 52.

¹¹ FORTUNATO, Maria Lucinete. Op, cit, p. 39.

*uma estrutura bastante plástica, adaptando-se a sucessivos momentos históricos.*¹²

Portanto, nesta acepção o coronelismo sobrevive em função de sua plasticidade, isto é, da capacidade de acomodação a contextos históricos diferentes. O fato de não se abrir mão de um conceito (conforme Fortunato) e, conseqüentemente, a tentativa de legitimá-lo sempre insistindo na sua conservação, apesar das mudanças históricas, não estaria ajudando na legitimação da dominação da cena política por parte de determinados segmentos sociais em “aliança” com o “Estado”? Não se estaria com isso tentando naturalizar permanentemente a idéia de que no teatro das relações de poder são sempre os mesmos personagens que roubam a cena?¹³

Ou mais do que isso, tal perspectiva não estaria desconsiderando a complexidade da trama histórica, as transformações sócio-culturais e políticas presentes no mundo contemporâneo? É preciso considerar que a permanência de alguns personagens no poder - a exemplo das famílias Mendonça e Galvão de Belo Jardim – desenvolve-se numa sociedade dominada pela idéia de simulacro, pela volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, ideologias e práticas estabelecidas¹⁴. A própria política revela melhor do qualquer outro a natureza deste processo. Para Baudrillard, vivemos à sombra das maiorias silenciosas e do declínio do social e das formas de lhes representar politicamente. Na era da mídia e do simulacro,¹⁵ as massas parecem ser impermeáveis a qualquer sentido que lhes seja atribuído.

*Seja qual for seu conteúdo, político, pedagógico, cultural, seu propósito é sempre filtrar um sentido, manter as massas sob o **sentido**. Imperativo de produção de sentido que se traduz pelo imperativo renovado de moralização da informação: melhor informar, melhor socializar, elevar o nível cultural das massas, etc. Bobagem as massas resistem escandalosamente a esse imperativo da comunicação racional. O que se*

¹² JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo, uma política de compromissos**. In. Coleção tudo é História, Brasiliense, 7ª edição, 1989, p. 80.

¹³ FORTUNATO, Maria Lucinete, Op, cit, p. 54.

¹⁴ HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, p. 257.

¹⁵ Por **simulacro** designa-se um estado de réplica tão próximo da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida.

*lhes dá é sentido e elas querem espetáculo. Nenhuma força pôde convertê-las à seriedade dos conteúdos, nem mesmo à seriedade do código. O que se lhes dá são mensagens, elas querem apenas signos, elas idolatram o jogo de signos e de estereótipos, idolatram mais os conteúdos desde que eles se transformem numa seqüência espetacular. O que elas rejeitam é a dialética do sentido.*¹⁶

A política atual assume, portanto, uma característica parecida com a que viveu Maquiavel no período da Renascença italiana.

*Exemplificando com Maquiavel, quando o político surge da esfera religiosa e eclesial na época da Renascença, ele é antes de tudo um puro jogo de signos, uma estratégia que não se preocupa com nenhuma “verdade” social ou histórica, mas, ao contrário, joga com a ausência de verdade. A forma é a de um jogo, não de um sistema de representação – semiurgia e estratégia, não ideologia e sua utilização depende de virtuosismo e não de verdade.*¹⁷

Na contemporaneidade o exercício do poder insinua-se mais como um jogo de simulacros, onde valem mais as máscaras usadas por seus atores (os políticos) para produzir o espetáculo do que a busca da “verdade”. Como se constata na realidade brasileira, não é o desejo de mudança social que move grande parte dos atores sociais a participarem da política. As propostas de governo, o partido e a ideologia são as questões menos importantes, valoriza-se, sobretudo, o marketing e a imagem como peças fundamentais à conquista do poder.

São valores que diferem bastante daqueles do tempo do coronelismo, principalmente por seu aspecto pós-moderno, ou seja, estritamente fantasmagórico e midiático. Os atores sociais estejam, localizados nas metrópoles ou nos grotões, interpretam o mundo através do auxílio dos meios de comunicação de massa (o rádio e a televisão principalmente), os quais formam suas opiniões e articulam sua relação com a política. Não seria esta capacidade de absorção dos novos signos e rituais da

¹⁶ BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo, Brasiliense, 1994, 4ª edição, pp. 14 e 15.

¹⁷ BAUDRILLARD, Jean. Op, cit. p, 19.

política que levaria algumas famílias, a exemplo dos Mendonça e dos Galvão, a exercerem o poder por tanto tempo? Ou, partindo do pressuposto de que a política apresenta-se como um teatro, como representação, a permanência de alguns destes atores no controle da esfera pública municipal não estaria ligada também a sua capacidade de representarem papéis, de vestirem máscaras elaboradas permanentemente? Não seria tal capacidade de metamorfosear-se, que ainda torna as elites sedutoras, produtoras de matéria de expressão e, por que não dizer, de um sentido político?

Como podemos ver, é preciso levar em consideração a complexidade que assume o tema na atualidade. O saber histórico demanda de um enfoque mais interdisciplinar, pois precisa enriquecer seu olhar com a contribuição de outros saberes (a sociologia, a antropologia, a geografia, a lingüística) à medida que estes parecem ter avançado mais do que a própria história no estudo do contemporâneo.

Acrescentar ao debate novos conceitos trazidos das ciências sociais ajuda a sairmos da letargia das idéias defendidas por alguns autores, que compreendem a permanência das elites locais no governo municipal em função de dispositivos meramente econômicos ou ideológicos. Vimos que o poder se reveste de muitas formas, transcendendo assim a forma repressiva e maquiavélica geralmente centralizada na figura do Estado. Foucault talvez tenha sido o intelectual contemporâneo que mais contribuiu para uma interpretação do poder deslocada do aparelho estatal. Segundo Roberto Machado, a concepção foucaultiana lança a importante e polêmica idéia de que:

[...] O poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm poder e de outro os que dele se encontram alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situado em nenhum lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as

próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. [...]¹⁸

A intenção de Foucault, consiste em nos mostrar que as relações de poder se exercem em múltiplos lugares e que devemos dar mais atenção às suas formas locais, capilares, às tecnologias de dominação minuciosa do corpo, dos gestos e atitudes dos indivíduos. Para ele o poder tem sua eficácia quando produz o indivíduo adequado e necessário ao funcionamento da sociedade burguesa.¹⁹

Um outro elemento a ser destacado na sua análise do poder é que este possui um valor (não no sentido moral) tanto positivo quanto negativo. Ou seja, o poder não se sustenta apenas reprimindo, excluindo, mascarando, mas utilizando-se de formas sutis, sofisticadas para aprimorar e domesticar o corpo dos indivíduos. Sua positividade reside na capacidade de “neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, de tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, em aumentar a utilidade econômica, diminuir os inconvenientes, os perigos; aumentando a força econômica e diminuindo a força política”.²⁰

Mas há algo mais a se dizer sobre esta fisionomia tão enigmática do poder. Existe uma dimensão simbólica, mágica, a qual só podemos compreender com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Ele se faz mediante a dissimulação da exploração, pela afeição e admiração e pelo reconhecimento tácito entre os atores que assumem posições desiguais no âmbito das relações sociais.

Na formação histórica da sociedade latino-americana, assim como nos informa Néstor Canclini²¹, as relações de poder, foram construídas por processos de hibridação e obliquidade. Quer dizer que na nossa singularidade histórica o tradicional, o moderno e o pós-moderno se entrelaçam uns com outros de maneira tensa e negociada, mas não necessariamente auto-excludente. Esta intersecção de diferentes temporalidades históricas caracteriza, portanto, o caráter antropofágico que tanto nos diferencia em relação aos demais povos. A modernidade latino-

¹⁸ MACHADO, Roberto (Org. e Introd.)In. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 15ª edição, Rio de Janeiro, Graal, 2000, p. 15.

¹⁹ MACHADO, Roberto. Op. Cit, p. 13.

²⁰ Idem, p. 16.

²¹ Ver CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. São Paulo, Unesp 2000.

americana diferentemente da européia não aspirou a destruição da tradição, ao contrário, ressignificou-a. O Brasil, por exemplo, sempre soube negociar esta contradição, criando um espaço intersticial como aconteceu no período monárquico, onde coisas aparentemente antagônicas como a escravidão, o catolicismo e o liberalismo político conviviam lado a lado.

Deste modo não devemos ver o novo como sendo simplesmente uma ruptura com o velho. Na esfera local, somos atravessados por fortes imagens de arcaísmos e de tradicionalismo na política, tais como o filhotismo, o clientelismo, que “sobrevivem” misturando-se a práticas consideradas modernas. Na verdade, interpretamos a modernidade como um jogo de simulacros, uma vez que temos em nossas elites verdadeiros atores que misturam os discursos de justiça social com rituais populistas que fazem do povo um mero expectador, apoiados no uso estratégico dos meios de comunicação de massas e nas agências de publicidade.

Partindo desse pressuposto, não seria esta capacidade que têm os líderes locais como seus herdeiros (os familiares) de se apropriarem tanto de valores do passado quanto do presente, de saberem mediar velhos e novos emblemas, tais como: a religiosidade, o espetáculo, a juventude, a modernização econômica, que favorecem a sua hegemonia política?

A despeito de serem atores localizados no agreste ou no sertão nordestino, tradicionalmente marcado pela imagem da pobreza e do atraso, estão bem sintonizados com os signos e valores do seu tempo. De modo que neste trabalho, o conceito de hibridismo que tomamos de empréstimo a Canclini, nos ajudará a compreender a maneira pelo qual as nossas elites traduzem os cruzamentos entre o novo e o velho. De uma forma em que as coisas por mais paradoxais que parecem ser, não serão vistas como algo sem lógica, fora do seu lugar²², mas como produtos a serem constantemente reelaborados e reinventados.

A historiografia que trata do poder local deixou de perceber que ela mesma é um discurso produtor de individualidade, um poder “que produz realidade, produz campos de objeto e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que

²² Ver SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. SÃO Paulo, Duas Cidades, 1997.

dele se originam só podem ter se originado nessa produção”.²³ Uma produção que desconheceu a trama que está inscrita na natureza de sua verdade fugaz.

Cidade e Poder

Quais são as estratégias utilizadas pelos grupos políticos de Francisco Cintra Galvão e José Mendonça Bezerra para se manterem hegemônicos na política belojardinese por quase quatro décadas?

Procurei responder a esta questão através da análise dos imbricamentos que envolvem o velho e o novo nas relações de poder desde as décadas de 1970 até 2000 na cidade de Belo Jardim. A cidade é, portanto, o lugar de onde extraio as minhas reflexões sobre o poder local. É nela que visualizo melhor as tensões que se operam na política municipal. Assim, a cidade torna-se o espaço pelo qual os dois grupos políticos produzem formas de significação sobre o lugar dos belojardineses. Interessa-nos perceber o modo pelo qual a cidade e as mudanças sociais e urbanas são simbolizadas e significadas nos discursos e nas práticas das elites. Conforme Orlandi, compreender a ordem do discurso urbano é compreender o discurso político da cidade.²⁴

O poder produz discursos e imagens sobre a cidade que se concretizam na própria identidade dos seus habitantes. Muito embora nem sempre sejam homogêneos, eles aventam a possibilidade de constituição de um imaginário mais ou menos coerente em torno da cidade. É o caso de Belo Jardim, que se espacializa na linguagem política e no senso comum, como a “cidade das baterias”, “cidade dos músicos”, “terra do Bitury”. São alguns dos emblemas com os quais sua imagem é produzida.

A entrada de Cintra Galvão e José Mendonça na cena política do município no final da década de 1960 inaugura uma nova prática discursiva: a de uma cidade com vocação industrial. Nesta época, precipitam-se várias mudanças urbanas, sociais e culturais que alteram a sua fisionomia. Destas, a novidade estará

²³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. São Paulo, vozes, 2000, p. 172.

²⁴ ORLANDI, ENI P. **Discurso e Texto. Formulação e circulação de sentidos**. Campinas, Pontes, 2001.

na industrialização – a responsável direta pelo substancial crescimento econômico e político conquistado pelos belojarinenses no cenário estadual. A industrialização passa a ser a palavra mágica usada pelas atuais elites para diferenciá-las dos seus antecessores. Ela se constituirá no espectro da modernização local, tornando-se a força-motriz do seu desenvolvimento, o referencial a partir do qual é medida sua singularidade histórica. Na verdade, tornou-se num eficiente marketing usado pelos grupos de Cintra Galvão e José Mendonça para garantir a continuidade do seu poder.

De fato, a industrialização modificou a paisagem urbana e dinamizou a vida social dos belojarinenses, aumentando o fluxo de capitais, embora apropriado apenas por uma parcela restrita da sociedade. O novo se expressava através de novos signos que invadiam seu cotidiano – cinemas, bancos, escolas estaduais e uma federal, além de faculdade, supermercados, lojas comerciais, aliados a um perfil mais arrojado – dando a tônica do aburguesamento que atingira parte da sociedade local.

A industrialização, por sua vez, intensificou a migração rural. No final da década de 1970 quase 60% da população concentrava-se na área urbana, assinalando uma nova divisão social do trabalho, tendo a sede como principal pólo de atração econômica do município. Os efeitos desta migração contribuíram para a constituição de um significativo mercado de trabalho que transformou parcialmente os camponeses em mão-de-obra operária. Estes novos personagens passaram a compor uma paisagem humana mais diversificada do a que existia antes deste processo.

Em meados da década de 1970 e, principalmente nas duas décadas posteriores, o progresso tão desejado e cultivado pelas elites destruiria o principal emblema dos belojarinenses: o rio Bitury. Desaparecia, com efeito, um dos mais belos cartões-postais da cidade – aquele que se constituiu como lugar de inspiração poética dos seus artistas, dos banhos coletivos, da pesca e da nostalgia de seus amantes. O rio e as praças, como descreve Gil Moraes, tinham uma função social muito significativa para os telúricos e amantes da natureza.

Seu Hermenegildo construiu banheiros, dentro do rio. Os primeiros eram dos homens e logo mais abaixo, o das mulheres. E, era uma atração, porque não dizer turística: uma verdadeira festa com seresteiros como Zé Borboleta, Zequinha Enfermeiro, Natanael, Pereira, França Cirino, Marcolino da Farmácia, Nego Veio e Sebastião Sapateiro, cantando e

*farrando e, ainda havia pastoris por lá. [...] Era uma verdadeira festa, quando além dos banhos, os seresteiros se juntavam para verdadeiras sessões musicais, pastoris; enfim, tudo o que se podia ter de lazer naqueles idos de 1950 e 1960. Os anos dourados desta terra. Naquela época Belo Jardim tinha uma verdadeira veneração por suas árvores, pela praça da Conceição e, mais tarde pela praça da Estação como era conhecida, coberta de flores e de árvores ornamentais que hoje aparecem apenas restos do passado.*²⁵

Esta crítica ao progresso da cidade aparecerá em vários momentos através de uma imagem telúrica quando referida a alguns monumentos do passado – rio, praças, casarões, igrejas, bares, etc – representando para muitos a memória dos anos dourados, a inocência que se perdera com o racionalismo técnico da economia fabril. O afã pelo progresso justificaria aquilo que David Harvey chamou de destruição criativa²⁶, isto é, um processo que busca incessantemente a construção do novo destruindo o que antes existia. Uma nova cidade era erguida, da velha restam poucas ruínas. Os olhos das elites contabilizaram apenas os monumentos por si erigidos, esquecendo-se, porém, das ruínas que ficaram para trás. É papel do historiador falar também das desditas e do silêncio dos vencidos. Para Walter Benjamim, a empatia com o vencedor, beneficia sempre os dominadores, pois:

Todos os que hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses são os despojos que chamamos de bens culturais [...] devem sua existência não somente aos esforços dos grandes gênios que os criaram, mas também à corvéia anônima imposta aos contemporâneos desses gênios. Todo monumento de cultura é também um monumento de barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco seu processo

²⁵ MORAIS, Gil. **Lá na ponte de seu Hermenegildo**. In. Águas do Bitury. Recordações, fatos e fotos. Belo Jardim, Gráfica Progresso, 2001, p. 33.

²⁶ Ver HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

*de transmissão. Por isso, tanto quanto possível o materialista se desvia deles. Considera sua tarefa escrever a história a contrapelo.*²⁷

Significa dizer que muitas coisas criadas pelos “grandes homens” e, postas à nossa contemplação são frutos da exploração e do silenciamento de muitas pessoas. O historiador crítico deve trazer à tona o não-dito que a crônica oficial escamoteia, neste caso fugindo do consenso que marca a história local, sobretudo naquilo que ela possui de mais apologético quando se referem aos grupos políticos.

A década de 1970 representa ao meu ver, o começo da construção de um imaginário que apenas engrandece as realizações dos grupos políticos de Cintra Galvão e José Mendonça, mas não o faz de maneira problematizadora, pois não investiga os fios que tecem sua trama, suas estratégias e alianças. Existe um discurso lacunar, cheio de silêncios. A política do silêncio “nos indica que para dizer é preciso não dizer, em outras palavras todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre outros sentidos [...] sobre aquilo que não pode ser dito em certa conjuntura”.²⁸

De vez em quando precisamos lembrar que a história não é somente feita de heróis e de grandes marchas rumo ao progresso. Ela também é feita de descontinuidade, de “becos sem saída, de causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”.²⁹ Por isso mesmo, faz-se necessário recuperar outras falas, inserindo a memória dos vencidos no contexto da trama histórica.

Foram muitos os construtores do progresso da cidade – trabalhadores, empresários, artistas, políticos, etc, mas somente quem ganha às páginas das narrativas locais são aqueles que se vinculam diretamente aos anseios dos grupos dirigentes. É preciso romper com esta arquitetura da história local, como uma linha reta que conduz sempre a um final feliz para alguns poucos personagens.

Para responder as questões suscitadas nesta introdução dividi o presente trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **Tramas da**

²⁷ BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo, 1996, p. 226.

²⁸ ORLANDI, ENI P., Op. Cit, p.128.

²⁹ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa (vol. 1)**. São Paulo, Paz e Tera, 1997, p.13.

subjetividade destacarei a minha relação pessoal com o tema, e como ela interferiu na escolha e elaboração do texto a partir de um enfoque que privilegia a História do Tempo Presente, ou seja, partindo de uma reflexão que valoriza a relação entre a análise e o vivido.

Já no segundo capítulo, que leva o título de **A cidade do progresso: mitos e emblemas**, procurei analisar o processo de modernização econômico-social pelo qual passou a cidade a partir do final da década de 1960. Fiz isso, discutindo preliminarmente algumas transformações que vinham-se operando em anos anteriores, fundamentais para preparar o caminho que deu origem à hegemonia política dos grupos de Cintra Galvão e José Mendonça. Ainda destaco como a partir daí emerge uma nova prática discursiva que reveste a cidade dos belojardinenses de uma vocação industrial, entendida como um mecanismo fundamental à legitimidade do poder destas elites. Logicamente sem deixar de mostrar alguns aspectos do sub-lunar deste processo desenvolvimentista, desvelando alguns elementos pouco visíveis nos discursos e na historiografia local.

No terceiro e último capítulo que chamei de **“Os inventores” da cidade**, meu olhar se desloca para uma análise mais detida das relações entre o velho e o novo na política local, refletindo sobre as práticas dos líderes e dos seus herdeiros (filhos, parentes e amigos) e a maneira como são interpretados por outros atores que a eles se vinculam, seja através de alianças políticas, seja por relações afetivas, assim como aqueles que lhes fazem oposição. A família Mororó Moura ganha um certo destaque pela sua contribuição para a industrialização local, como também por suas relações com um dos grupos políticos da cidade.

A pesquisa se nutriu, como já foi enunciado aqui, de uma perspectiva interdisciplinar nem sempre coerente aos olhos daqueles que exigem um certo purismo ideológico e também de alguns recursos metodológicos que me possibilitaram dialogar com as fontes. Fiz um pouco de análise de conteúdo e de abordagem arqueo-genealógica dos discursos e das práticas que dão legitimidade ao poder das elites na esfera local. Trabalhei com entrevistas, com decretos-leis, artigos de jornais locais e da região, com discursos, fotografias, toponímia de lugares entre outros, tomando-os não apenas como prova documental, mas como produtoras de sentidos e significados que favorecem uma forma específica de ver e dizer a história

político-econômica da cidade. Trata-se, pois, de uma abordagem qualitativa, entendida por mim como o desejo de captar aspectos da subjetividade dos atores, o que não exclui necessariamente os dados quantitativos.

Passemos agora ao desenvolvimento destas reflexões.

Capítulo 1

TRAMAS DA SUBJETIVIDADE

“É pelo meu corpo que compreendo o
outro, como é pelo meu corpo que
compreendo as coisas”
(Maurice Merleau-Ponty)

A

lguém já disse que toda pesquisa tem um pouco de auto-retrato – pois quando procuramos o homem, procuramos a nós mesmos. Este trabalho segue o mesmo caminho, pois procurei refletir sobre as relações de poder inscritas na cidade de Belo Jardim, nos últimos trinta anos, partindo de uma abordagem, em que tomo como ponto de partida a minha relação existencial com o tema. Trata-se, portanto, de uma abordagem feita na perspectiva do Tempo Presente, cuja lógica significa traduzir em termos de duração, algo que se apresenta como um processo inacabado, isto é, ainda vivo na memória e nas relações dos diversos atores sociais que a compõe.

Tarefa instigante, à medida que me coloco como parte do enredo que irei construir, pois assim é o desafio para aqueles que, como eu, vivem o dilema de estar profundamente submersos numa trama aonde a condição de autor e de ator parecem se confundir. Pois como diz um velho provérbio “as coisas quando não nos afetam na vida nos afetam no palco”.³⁰

Portanto, conhecer e viver simultaneamente o processo histórico torna-se hoje uma questão crucial que está colocada para aqueles que estudam a história – principalmente a mais próxima ou imediata, ou seja, a que se conta em semanas, meses ou alguns anos. Tal situação nos interpela a pensarmos na relação

aparentemente contraditória que significa o ato de conhecer e experimentar ao mesmo tempo uma realidade histórica na qual estamos tão envolvidos. No entanto, a crise que afeta os paradigmas modernos relativiza essa separação, uma vez que se desenvolve num contexto histórico bem diferente daquele no qual predominou as idéias positivistas.

A crítica ao cientificismo, serviu para desconstruir o mito da neutralidade correspondente aos trabalhos acadêmicos à medida que revelou a sua face subjetiva. A ênfase na objetividade não pode servir mais como estratégia para ocultar a visceralidade que impulsiona a pesquisa. Vimos que no caso do saber histórico tal posicionamento gerou toda uma inquietação na maneira de conceber a história, levando-nos a um exercício constante de auto-reflexão. Na escolha deste tema, já se encontram os primeiros indícios da trajetória a ser construída. Os critérios que me motivaram a escolhê-lo estão diretamente relacionados com as questões que me cercam na contemporaneidade, pois o meu olhar sobre o passado carrega as imagens da minha época, as indefinições do meu tempo, as cores pouco nítidas das minhas inquietações.³¹

Cabe dizer que a relação que mantenho com o tema dá-se numa topografia onde as minhas ações individuais e os meus projetos coletivos cruzam-se com as relações de poder desenvolvidas na esfera local. Por esse motivo, achei importante discutir, num capítulo à parte, os condicionantes desta escolha pessoal – apoiando-me naquilo que vários historiadores franceses chamam de História do Tempo Presente.

A militância política que eu exerci no movimento estudantil e no Partido dos Trabalhadores contribuiu de modo especial para a formulação das questões centrais que permeiam o presente trabalho. Ela fez-me ver, dentre outras coisas, que não dá para falar de um tema como o poder local sem um envolvimento direto.

A manifestação do poder não pode ser simplesmente entendida como um fenômeno exterior aos indivíduos ou apenas como sendo estratégia das classes que controlam o aparelho estatal. Mais do que isso, precisa ser lida como uma produção

³⁰ BENJAMIM, Walter. Obras Escolhidas. **Magia e técnica, arte e política. Vol. I** São Paulo, Brasiliense, 1996, p. 204.

³¹ REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) encantos modernos. Histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife, Fundarpe, 1997, p. 15.

subjetiva, como uma coisa que supõe uma interioridade. Pois, como constatei, o poder local projeta-se ao mesmo tempo como espécie de presença ostensiva e intersticial porque se move de fora para dentro do nosso próprio corpo.

Neste aspecto, a política se constitui num bom medidor para analisar a história das pequenas e médias cidades à medida que organiza a vida social, cria relações e interfere nas condições materiais e psicológicas dos atores sociais. Por isso mesmo, ocupa no imaginário coletivo um lugar proeminente.

Este imaginário produzido pela política de grupos acompanha toda minha existência. Como qualquer outro indivíduo, sofri as influências deste tipo de poder. Ele nos chega geralmente através da família, quando ainda somos crianças. E somente após a maturidade é que nos damos conta de que estamos umbilicalmente ligados a ele, mediante fortes laços e afinidades que perpassam o aspecto meramente econômico e político.

O presente trabalho - a despeito de atender a um objetivo científico e acadêmico – corresponde também a um desejo que sempre habitou em mim e que somente agora começa a ganhar forma e materialidade. Assim, parafraseando o grande antropólogo Darcy Ribeiro, diria que além de professor, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência, movido por razões éticas e, profundo sentimento de paixão as coisas relacionadas a minha terra. Assim, busquei fazer uma interpretação sobre a cidade e a política contemporânea dos belojarinenses, fundamentado naquilo que Michel Mafesolli chamou de uma razão sensível³².

Devo destacar, todavia, que este texto não resulta simplesmente das minhas emoções e dos meus juízos de valor. Conforme Georges Duby, “o historiador deve controlar suas paixões, mas sem estrangulá-las, e tanto melhor fará se deixar aqui e ali se levar por elas. Longe de afastá-lo da verdade, elas têm todas as possibilidades de aproximá-lo mais ainda.”³³

Todavia, é preferível fazer uma história assim, movida pela paixão, do que uma história fria, seca e impassível. É claro que não é minha intenção reduzi-la a um mero exercício de ego-história, embora, não obstante a relação mantida com o

³² Cf. MAFESOLLI, Michel e ROUANET, Sérgio Paulo. **Moderno e Pós-moderno**. Rio de Janeiro, UERJ, 1994. p. 21

³³³³ DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/UFRJ, 1993, págs.61, 62.

tema, adquira em alguns momentos certa ambigüidade. Por essa razão é que senti a necessidade de explicitar alguns pressupostos que lhe atravessam. Principalmente, pelo fato de se tratar de um objeto, ao qual encontro-me ligado não apenas intelectualmente, mas também afetiva e politicamente.

Não foi fácil realizar uma pesquisa onde a paixão falava mais alto. Sobretudo eu, que vinha há vários anos militando no Partido dos Trabalhadores, tendo sido inclusive seu presidente e candidato a prefeito nas eleições municipais de 2000. Pareceu-me, aos olhos do ritual acadêmico, uma postura insensata, uma vez que ainda estando matriculado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, envolvia-me numa disputa política extremamente polarizada, onde as chances reais de algum êxito eram por demais remotas. Era para mim uma situação inusitada, porque o pesquisador e o candidato estavam presentes numa só dimensão, envolvidos diretamente na análise e na ação. Na realidade, comportei-me como um candidato-pesquisador, pois tive a oportunidade de experimentar e observar, simultaneamente, muitos dos emblemas e signos que estão representados na cultura política local. Diria que me vi agindo como um pesquisador no campo de batalha, vivendo todas as suas emoções e frustrações, sendo atravessado pela razão e pela paixão.

A passagem do conhecimento à ação permitiu-me compreender certas peculiaridades do poder local. Percebi que este se manifesta como uma espécie de prolongamento do nosso corpo, como algo que modela nossos desejos e nossas utopias. Não podendo ser visto como uma coisa distante e apenas teórica, mas sim como expressão de vontades, lutas e afetividades, construídas diariamente entre os atores que fazem parte da sua trama.

Do mesmo jeito, vejo a cidade de Belo Jardim como uma parte de mim, um monumento onde se inscreve a minha história, as minhas lutas, os meus desejos e as minhas angústias. Cada indivíduo traz a sua cidade no seu corpo, pois aprende com ela e se exprime nela. Sendo assim, a cidade em todos os seus aspectos é a expressão da cultura dos homens e das mulheres que a habitam.

1.1 – Lugar da memória: Entre o campo e a cidade.

Como na novela de Marcel Proust – *Em Busca do Tempo Perdido* –, sou atravessado por lembranças que me remetem a momentos de minha vida que o tempo ainda não apagou. Da infância até os dias atuais, muitas lembranças da cidade de Belo Jardim ficaram guardadas na minha memória, como verdadeiros instantâneos imobilizados pelo tempo. Georges Poulet, ao analisar a obra proustiana, diz que “graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado. Ou, para ser mais preciso, está um espaço enfim encontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança”. Nesse movimento desencadeado pelo presente e o passado, nasceu o desejo de apropriação de algumas das suas imagens.

Muitas destas lembranças assinalam transformações sócio-culturais ocorridas na cidade que eu pessoalmente vivenciei. No plano existencial, talvez a mais representativa, foi quando meus pais resolveram deixar a vida no campo e procurar a sorte na cidade. Com apenas cinco anos de idade pude perceber uma nova realidade descortinar-se, muito diferente daquela onde nasci. Era uma realidade mais dinâmica e mais instigante, que permitiu meu primeiro contato significativo com a vida urbana, com seus signos e valores, enfim com o moderno.

Passamos a residir na Rua Monteiro Lobato, no Bairro da Ponte Nova, um lugar por onde transitavam sitiantes e feirantes de Belo Jardim e das cidades circunvizinhas para vender e comprar mercadorias nas feiras. Ali passavam também centenas de operários em direção às fabricas Moura, Mafisa, Caibe, Cilpe e Palmeiron.

Meus pais, diferentemente de muitos agricultores que se proletarizaram, optaram por constituir um pequeno negócio. De início, era uma simples mesa de bilhar – uma raridade no bairro onde morávamos – que depois evoluiu para uma mercearia e um barzinho. Numa época em que eram raros os supermercados e quase inexistiam os shopping centers, a mercearia possuía grande importância, não apenas econômica mas também social. Era mais democrática, porque se caracterizava por seu caráter informal, personalizado, possibilitando uma convivência mais íntima e respeitosa entre os parceiros econômicos. Lá compravam operários, funcionários públicos, sitiantes de modo simples, geralmente fiado, não precisando do formalismo

de um cheque ou de um cartão. Com a modernização das redes de supermercados e das lojas, assim como a sofisticação das formas de pagamento, paulatinamente foi desaparecendo a importância das mercearias e dos bancos de miudezas e de calçados.

Lembro-me que quando criança, atrás do balcão daquela mercearia, assisti a diversas cenas de operários/operárias que, sob o apito pungente das fábricas deixavam suas casas em direção ao trabalho. E depois de longa jornada de *labor*, aqueles homens e aquelas mulheres sujos e cansados anteviam em nosso bar a fuga daquele cotidiano embrutecedor. A embriaguez era a forma mais comum de esconder-se da violência simbólica das fábricas. Suas vidas, porém, não se resumiam apenas à melancolia, pois pude ver sua alegria estampada nos momentos de catarse, como nos carnavais e nas festas juninas organizadas por Toinho Frandileiro, um dos maiores foliões da cidade. Da Rua Monteiro Lobato saía o Bloco Unidos da Ponte Nova, parodiando a vida social com sua ironia burlesca.

Porém, a coisa que mais mexia com o imaginário da população era a política. Tornava-se, sobretudo nos momentos de embate eleitoral, o tema principal das conversas, aflorando a paixão, gerando discussões calorosas e intrigas entre os vizinhos. A paixão política se espacializava nas praças, nas escolas, nos lares, através de pessoas das mais variadas idades. É difícil, portanto, se apartar deste tipo de memória, uma vez que somos cotidianamente alimentados por seu repertório.

A memória, conforme Certeau, “é como uma escritura originária e secreta, que é atingida pelos toques, como o piano que ‘produz’ sons ao toques das mãos”.³⁴ Deste modo a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão a nossa disposição no momento em que desencadeia o fluxo da memória”.³⁵ Por isso, ela sempre vem à tona como algo reconstruído, seletivo, alterada em função das estruturações que sofre no momento presente.

Retomando a questão da relação entre o espaço e a memória, o deslocamento do campo para a cidade não provocou em mim um rompimento total com as tradições e valores herdados da vida rural. Pois a figura do migrante, para não se sentir perdido no novo ambiente, busca ponto de apoio, constrói núcleos

³⁴ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer.** Rio de Janeiro, 1994, p. 163.

³⁵ LUCENA, Célia. **Tempo e espaço nas imagens das lembranças.** IN. Os desafios contemporâneos da História oral. (Org.) VON SIMON. Olga Rodrigues de Moraes. Campinas, CMU/Unicamp, 1997, p.224.

comunitários, onde as lembranças possam sobreviver e a identidade anterior possa ser preservada.³⁶

O fato de ter vivido entre o campo e a cidade ajudou-me a experimentar duas realidades que definem simultaneamente o lugar da tradição e do moderno. Raymond Willians, que viveu esta dupla experiência, definiu-a como algo que pode ser “expresso abstratamente como o problema da relação entre a vida regida pela tradição e a orientada pela instrução formal; entre os sentimentos e pensamentos ligados aos costumes e os que são frutos da educação”.³⁷

Os efeitos dessa relação contribuíram para aguçar o meu desejo de estudar a vida social dos belojardinenses, partindo de um recorte temporal que estivesse próximo da minha experiência pessoal. Não foi por acaso que delimitei meu tema entre as décadas de 1970 e 2000 – fase de significativas mudanças sócio-econômicas e políticas que coincidem virtualmente com a maior parte da minha existência.

A História do Tempo Presente estabelece, portanto, uma relação bastante estreita com a memória individual e coletiva, pois trabalha sobre um passado recente, com uma história caracteristicamente documental. Ou seja, trata-se de uma narrativa feita com fontes orais, com o testemunho de pessoas vivas. Para Jean Pierre Azema, trata-se de uma “uma história com testemunhas, delimitada, acima, pela história muito imediata e, abaixo pela sobrevivência de testemunhas.”³⁸

A minha intenção é discutir a historicidade da cidade de Belo Jardim seguindo um caminho diferente das abordagens historiográficas realizadas até então. Mas essa escolha, como já disse, tem muito a ver com a maneira como vivencio tais relações no cotidiano e como as manifesto no campo das representações intelectuais.

Pretendo, pois, refletir a partir de uma perspectiva que toma o historiador como sujeito fundamental na construção do saber histórico, como cidadão atuante na representação histórica de determinada sociedade. Desse modo, meu trabalho deve ser compreendido também a partir do jogo de forças e do lugar de sujeito que ocupo na esfera local.

³⁶ LUCENA, Célia. Op, cit. P. 226.

³⁷ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo, Cia. das Letras, 1990, p.

³⁸ AZEMA, Jean Pierre. “Tempo presente”. In. Burguière, André. (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro, Imago, 1993, p. 735.

2.2 – Política, identidade e historiografia.

O nosso corpo, como já enfatizei, é o responsável pela tradução da microfísica do poder que se distribui no espaço político, social e familiar. Ele (o corpo) o expressa mediante o modo como as pessoas pensam, sentem e agem politicamente. Trata-se, na maioria das vezes, de corpos dóceis, preparados para consumir e se comportar tal e qual a distribuição das práticas discursivas construídas pela correlação de forças entre os grupos que controlam o governo municipal.

São estratégias bem elaboradas cuja lógica serve para forjar nossa identidade, demarcar nosso território, construir nosso lugar de sujeito e armar o cenário onde deveremos atuar como atores sociais. Vale dizer que, embora tais identidades sejam construções históricas, provisórias, elas são na verdade estruturadas para terem estabilidade, permanência e solidez.

Ao transferir esta discussão para o imaginário das relações de poder que se manifestam em Belo Jardim, percebo haver uma idéia quase generalizada de que os caminhos da política somente podem ser trilhados por alguns poucos personagens. Sedimenta-se, então, a idéia da conquista da esfera pública municipal, como sendo um território quase intransponível para determinados segmentos da sociedade. É preciso, portanto, questionar a idéia de identidade fixa, isto é, que se apresenta essencialmente inalterada ao longo do tempo, principalmente, porque tal idéia é usada como dispositivo para esquadrinhar a sociedade e, depois dividi-la entre aqueles indivíduos considerados aptos para o exercício do poder e aqueles apenas “aptos” para os esportes, a educação, o trabalho braçal, entre tantos outros. A fixação destes estereótipos, ao meu ver, tem uma razão de ser pois, se inscreve nos mecanismos de dominação produzidos estrategicamente pelas elites do poder local. Conforme Durval Muniz,

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, uma fala arrogante, uma linguagem que leva a estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta, porque, além de lançar mão de matérias

*de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é esteriotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto.*³⁹

Assim, a família, a escola, a religião e a mídia assumem na atualidade papéis fundamentais na produção e reprodução dessas falas de astúcia e desses lugares de sujeito. Como nos mostra Rubem Alves

*Desde que nascemos, palavras nos vão sendo ditas. Elas entram em nosso corpo, e ele vai se transformando. Virando uma outra coisa, diferente do que era. Educação é isso: o processo pelo qual nossos corpos vão ficando iguais às palavras que nos pintaram. Eu não sou eu: eu sou as palavras que os outros plantaram em mim. Como disse Fernando Pessoa “sou o intervalo entre o meu desejo e aquilo que o desejo dos outros fizeram de mim”. Meu corpo é resultado de um enorme feitiço. E os feiticeiros foram muitos: pais, mães, professores, gurus, líderes, livros, tv. Meu corpo é um corpo enfeitado: porque aprendeu as palavras que foram ditas, e se esqueceu de outras que agora permaneceram mal... ditas.*⁴⁰

A eficácia de tais estereótipos no campo da política somente é possível de acontecer com a ambigüidade e aceitação daqueles que, no jogo, assumem o papel de dominados. Ou seja, de atores que não vêem sua situação de classe a partir de pares opostos e antagônicos, mas através de um formato meio sentimental e meio paternalista. De tal modo que a dominação se instaura com a cumplicidade daqueles que a sofrem, como acontece com as relações domésticas. O dominado colabora com sua própria elaboração através de sua afeição e de sua admiração.⁴¹

Algumas práticas discursivas disseminadas nos variados espaços geográficos da cidade contribuíram para gerar aquilo que Foucault chamou **regime de verdade**, isto é, aquilo que “cada sociedade acolhe como sua política geral de verdade; ou seja, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como

³⁹ ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, FJN/Cortez, 199, p. 20.

⁴⁰ ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. São Paulo, Cortez, Ed. Papirus, 4ª edição, 1988, p. 18.

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas, 1997, p. 181.

verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”⁴²

Porém, foi justamente neste intervalo entre os meus desejos e os desejos dos outros sobre mim que resultou uma indagação em torno do jogo aparência/essência, levando-me a pensar na fluidez da minha identidade, a questionar esse “eu” coerente, uma vez que percebi existirem vários “eus” que podem aparecer a cada momento, assumindo uma nova identidade, uma nova linguagem. Ao contrário do que pensamos, o nosso nome não significa um indivíduo com uma natureza fixa e imutável.

Nosso “eu” contém várias pessoas, várias máscaras. A própria palavra pessoa vem do latim *persona*, que quer dizer “mascara de teatro”. A vida e a política são muito parecidas com o teatro, pois constituem algo que precisa de um público para existir. Sem um público, eles não têm sentido. Tanto na política quanto no teatro, interessa às pessoas ver a máscara, a representação de um papel. Esse rosto desconhecido é ignorado pelo público, não tem nome. Assim, o nome Adilson não é o nome do meu eu verdadeiro. É o nome da máscara pela qual sou reconhecido pelo público. É o nome pelo qual o público pede que o meu eu represente. O uso do nome *persona*, máscara de teatro, a nós mesmos implica o reconhecimento implícito de que a história é fruto de uma trama, de uma representação, ou de um carnaval orquestrado como diria Nietzsche.⁴³

Ao discutir a relação entre identidade e poder, quero trazer à tona um debate muito importante sobre a constituição do sujeito, refletindo simultaneamente sobre o lugar que assume a minha identidade e a de outros atores, assim como a das elites em meio a um processo de fragmentação do real. A crítica desfechada por autores pós-estruturalistas, a exemplo de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guatarri, em relação aos paradigmas iluministas contribuiu para pôr em xeque seus conceitos e alguns dos seus mitos essencialistas.

⁴² FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**, São Paulo, Martins Fontes, 1985, p. 12.

⁴³ NIETZSCHE apud FOUCAULT, In. **Nietzsche, a genealogia e a história**. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1990, p. 34.

Por isso, ao meu ver, não é esclarecedor para o debate analisar as elites interioranas a partir de uma estrutura identitária fixa, vendo-as como remanescentes do coronelismo ou simplesmente como um novo tipo de coronel. Ou apenas analisando-as pelo aspecto sociológico da permanência e das continuidades. A mesma situação acontece com os demais atores, os cidadãos-eleitores: eles também mudam, produzem resistências, renegociam seus espaços de atuação. Enfim, ninguém tem a mesma identidade sempre, por que todos usam máscaras, embora algumas sejam mais permanentes do que outras. Stuart Hall, um estudioso da contemporaneidade, vem exatamente nos mostrar como estão se dando as mudanças identitárias:

O sujeito precisamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentada, composta não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguram nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, mais variável e problemático.⁴⁴

São mudanças que nos levam a compreender nossos “eus” contemporâneos no momento presente a partir de uma perspectiva onde não há postos de observação seguramente afastados, nem na “ciência”, nem na “história”. Quase podemos dizer que essa autoconsciência terminal (terminal é glamoroso, mas impreciso, porque a questão da autoconsciência nunca é terminal) apenas caracteriza o momento presente ou pós-moderno.⁴⁵ Ou seja, em meio às contingências e fragmentações da sociedade contemporânea, o indivíduo descobre a diferença, a própria singularidade que o define em relação à coletividade.

⁴⁴ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP & A, 1999, p. 12.

⁴⁵ CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna. Introdução as teorias do contemporâneo**. São Paulo, Loyola, 1993, p. 13

Assim o indivíduo, em tempos pós-modernos, é mais impermeável a determinadas injunções identitárias, seja na perspectiva positivista de uma identidade nacional ou na marxista de uma classe revolucionária. Ambas, na atualidade, parecem estar em descrédito, pois o pesquisador, embora deseje sempre a captura do objetivo, o faz cada vez mais se voltando para dentro de si mesmo, buscando compreender a radicalidade do seu ser individual e coletivo.

Felizmente, há uns vinte anos estamos dando maior relevância às articulações que atravessam a prática da pesquisa, isto é, aos seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, pois é em função deles que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiês e as indagações relativas aos documentos.⁴⁶

Aprendi com Pierre Nora que toda uma tradição científica levou os historiadores desde um século a apagarem-se perante o seu trabalho, a dissimularem a personalidade por detrás do conhecimento, a barricarem-se por detrás de suas fichas, a evadirem-se para uma outra época, a não se exprimirem senão por intermédio de outros, permitindo-se fazer, na dedicatória, no prefácio das teses e dissertações, uma confidência furtiva. A experiência historiográfica pôs em evidência, há uma vintena de anos, os falsos aspectos dessa impessoalidade e o caráter precário de sua garantia. Também o historiador dos dias de hoje está pronto, ao contrário dos seus antecessores, a confessar a ligação estreita, íntima e pessoal que mantém com o seu trabalho. Ninguém ignora que um interesse confessado e elucidado oferece um abrigo mais seguro dos vagos projetos de objetividade. A explicação e a análise do investimento existencial, em vez de afastarem uma investigação serena, tornam-se o instrumento e a alavanca da compreensão.⁴⁷

Portanto, somente aos ciosos da objetividade interessa uma neutralidade do pesquisador diante do seu objeto. Eles preferem ocultar as relações de poder, os interesses e as intrigas subjacentes aos bastidores dos trabalhos acadêmicos. Tal postura é típica daqueles que tem um compromisso com uma determinada “verdade” alcançada mediante o distanciamento em relação ao formigamento da vida humana.

⁴⁶ CERTEAU, Michel. **A operação histórica**. IN NORA, Pierre, LE GOFF, Jacques. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, p. 18.

⁴⁷ NORA, Pierre. (Org. e introd.). **Ensaio de ego-história**. Lisboa, edições 70, 1989, p. 9 e 10.

Essa concepção de história está baseada no que chamamos de **pensamento arborescente**, isto é, um tipo de análise que metaforiza o desenvolvimento histórico igualmente ao crescimento de uma árvore apresentando um encadeamento lógico com começo, meio e fim. Para Nietzsche a história deveria parodiar a intensidade da vida humana, ou seja, ser o contrário da “história-antiquário” obstinada a encontrar as origens das coisas, a achar que tudo pode ser explicado com a descoberta das raízes históricas. Para ele o estudo deveria ser atravessado pelas discontinuidades, pelas diferenças e por aquilo que toca o corpo dos indivíduos.

A análise que faço do poder local dá-se nos interstícios de uma prática, onde é quase impossível ocultar-se a ambigüidade que permeia a relação entre o pensamento e a ação, porque ela surge de uma vivência cotidiana, orgânica e nervosa que se infiltra e se internaliza no meu corpo. É uma situação que me interpela a manter simultaneamente uma relação sincrônica e diacrônica com o assunto abordado.

Segundo René Remond o político é também de geometria variável, às vezes retrátil, às vezes extensivo, principalmente por que concerne a tudo que toca a existência individual: o corpo, a vida, o nascimento e a morte.⁴⁸ Consiste numa abordagem cheia de bifurcações e ambivalências, pois se trata de uma história do vivido, dos comportamentos visíveis, das incertezas e de relacionamentos contraditórios a exemplo do que ocorre com as figuras de autor e ator.

Falo de um lugar no qual me vejo articulado sem, no entanto, me reduzir a ele. E é este lugar que deve ser questionado constantemente pelo especialista em História. A operação historiográfica deve se constituir dessa volta crítica sobre si mesma.⁴⁹ A história dita tradicional não permite esse questionamento, sobretudo porque trabalha com a noção de neutralidade.

Quaisquer gerações de historiadores sofrem as influências ideológicas do seu tempo. Sou de uma geração nascida no curso de uma Ditadura Militar, que viu e se emocionou com as Diretas Já, com a volta dos exilados políticos, com a emergência de vários movimentos sociais, com a criação do PT e da CUT, que

⁴⁸ REMOND, René. IN **Questões para história do presente**. (orgs.) CHAVEU, A, TÉTARD, Philippe. São Paulo, Edusc, 2000, p. 59.

⁴⁹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, FJN/Cortez, 1999, p.29.

descobriu o gosto pela ação política durante o movimento estudantil e se apaixonou pela utopia socialista. Foram experiências que continuam agindo como um reagente, sensibilizando e colorindo meus ideais, conferindo-lhes uma especial preocupação para com a democracia e a justiça social. A tal ponto que a minha primeira incursão pela produção acadêmica foi escrever uma monografia sobre as condições de vida e trabalho do operariado fabril de Belo Jardim, estudo este motivado pela relação política e ideológica mantida diretamente com o movimento operário local.

Como intelectual engajado e apaixonado pelas causas sociais, a indiferença política constituía para mim uma forma de cegueira, pois o afastamento do sofrimento dos homens, sua negação de comprometer-se com a busca da gênese deste, configurava barreira, quase intransponível para compreensão do mundo.⁵⁰ Isto me fez ver a trama histórica sob o ponto de vista também dos oprimidos, isto é, daqueles atores que permanecem inaudíveis à escuta da história tradicional. Mas mantendo sempre a preocupação com um esforço de abstração e um certo distanciamento, isto é, uma postura pautada pela “razão vigilante e desconfiada das razões do poder”.⁵¹

Informado por outros referenciais teóricos, passei a enxergar tanto a historiografia local quanto os discursos veiculados na mídia como mecanismos de produção de relações desiguais de poder. Observei que tais práticas corroboram para fortalecer o regime de verdade que coloca para as elites o bônus de verdadeiros “construtores” da cidade – ficando de fora a figura dos operários ou dos músicos, a despeito dos discursos que pintam a cidade como sendo a “terra de gente ordeira e trabalhadora” ou a “terra dos músicos”.

A historiografia local, embora se apresente precária em relação à quantidade de suas publicações, é consensual quanto ao enfoque que trata da história política da cidade. Seu discurso tem incidência positiva, sobretudo, em relação às elites (empresários, políticos, profissionais liberais, etc) vistas como responsáveis pelo progresso. Enquanto os atores das camadas populares – os marginalizados - as prostitutas, os operários, os desempregados, os loucos, ganham visibilidade apenas

⁵⁰ BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquíria D. Leão. **Intelectuais e Política. A moralidade do Compromisso.** São Paulo, Ed. Olho D'água, 1999, p. 8.

⁵¹ BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquíria D. Leão. **Intelectuais e Política. A moralidade do Compromisso.** São Paulo, Ed. Olho D'água, 1999, p. 8.

quando são folclorizados pela ironia dos seus narradores.⁵² Ou quando “são atravessados pelo poder. Sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar seu fugidio trajecto”.⁵³

A história é, portanto, um foco de disputa, conforme Marc Ferro:

*Controlar o passado sempre ajudou a dominar o presente; em nossos dias, contudo, essa disputa assumiu uma considerável amplitude. De fato, a democratização do ensino, e a difusão dos conhecimentos históricos por outros meios – cinema, televisão – contribuem para esclarecer o cidadão, ao mesmo tempo sobre o funcionamento de sua própria cidade e sobre usos e utilizações políticas da história ... A sociedade freqüentemente impõe silêncios a história e esses silêncios são tão história quanto a história.*⁵⁴

Uma das marcas da História do Tempo Presente é a tensão dramática que assume a relação entre a subjetividade e a objetividade na construção dos trabalhos historiográficos. Esta dramaticidade dependendo do seu ponto de vista teórico, traduz-se num inconformismo e numa luta incessante para transcender o existente.

Os impactos das configurações existenciais e ideológicas na minha prática profissional e política fizeram-me conceber a história como trama, isto é, sem a preocupação de encontrar a coisa em si, a verdade essencial. Esta história (a etimologia da palavra já diz) é mais um exercício interpretativo, mais uma verdade que se escreve dentre tantas outras, sobre alguns personagens da vida pública de Belo Jardim. Só que o faço de uma maneira diferente, colocando explicitamente o meu envolvimento afetivo e político com o tema. Conforme Paul Veyne

Se tomarmos a explicação histórica dessa maneira, ou seja, vendo os fatos como algo que não existem isoladamente, mas no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito

⁵² A revista **Águas de Belo Jardim** (2001), embora não tenha a intenção de ofender esses indivíduos, fez uma longa lista dos loucos com seus aspectos mais característicos, retratando também operários, jogadores e artistas bem ao estilo folclórico. Ao tratar, porém das elites, a escrita adquire um tom de respeito, de seriedade e de louvação.

⁵³ Michel Foucault. **A vida dos homens infames**. In; o que é um autor. Lisboa, ed. Presença, 1994, p.97.

*humana e pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que fatos tem seus laços objetivos e sua importância subjetiva (...) Essa trama não se organiza, necessariamente, em uma seqüência cronológica: como um drama interior, ela pode passar de um plano para o outro; (...) A trama pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo.*⁵⁵

Conceber a história, portanto, como sendo fruto de uma mistura muito humana e pouco “científica” implica em adotarmos uma postura mais autocrítica. Significa ver a história como o campo do possível e do inusitado, aberta ao diálogo e aos diversos olhares. Longe de ser um discurso sobre um passado morto, ela é a própria arte de reinventar a vida.

O percurso do meu trabalho sobre as relações de poder, informado pela perspectiva do Tempo Presente, assemelhou-se à figura do *flanêur*, o observador que passeia pelas ruas e avenidas tentando capturar através do olhar e do contato direto com as pessoas os emblemas da cidade. Minha pesquisa se valeu muito deste tipo de experiência. Ao passear pelas ruas, pelas praças e bares de Belo Jardim, às vezes para conversar e me divertir, noutras ocasiões apenas para filtrar alguma informação, foi possível testemunhar de perto a maneira como a política dos grupos mesclam-se as paixões e as questões mais vitais da sociedade local.

Isto reflete a tensão de sermos indivíduos e sociedade ao mesmo tempo. O historiador do tempo presente é aquele que mantém uma con-vivência direta com o social. Ou seja, con-viver, viver juntos, trocar experiências são situações peculiares a indivíduos que estão submersos no tempo e no espaço da própria narrativa histórica.

⁵⁴ Marc Ferro. **A história vigiada**. São Paulo, Martins Fontes, 1989, p. 1 e 2.

⁵⁵ Paul Veyne. **Como se escreve a história**. Brasília, Ed. da UNB, 1998, p.42.

1.3 – História e tempo presente: proximidade e inteligibilidade

“Seria vão tentarmos nos tornar nosso
próprio historiador: o historiador é
também criatura histórica”.

Jean- Paul Sartre.

O ilustre filósofo francês Jean-Paul Sartre, na frase acima demonstra a sua posição contrária à tentativa do historiador apreender o seu próprio tempo. Talvez por isso mesmo, o tempo presente tem sido a área de interesse por excelência de sociólogos, cientistas políticos e jornalistas, cabendo apenas aos historiadores o domínio do passado, sobretudo, de um passado distante. Se num vôo de pássaros fizessemos uma viagem às origens da História, enquanto conhecimento temporal das ações humanas, perceberíamos que tanto Heródoto como Tucídides – seus “inventores” – foram historiadores do tempo presente, porque se debruçaram sobre aquilo que as suas visões alcançavam. Neste caso, pressupõe-se que o saber histórico nasceu como o testemunho de uma temporalidade vivida e conhecida, muito diferente da análise estrutural feita pelas metanarrativas. A etimologia da palavra História surgiu com um sentido diverso do conceito científico. Segundo Jeanne Marie Gagnebin:

A palavra historie não pode ser simplesmente traduzida por história. O nosso conceito implica um gênero científico bem determinado; a palavra grega historie tem, nesta época e neste contexto, uma significação muito mais ampla: ele remete a palavra histôr, “aquele que viu, que testemunhou”. O radical comum (v)id está ligado a visão (videre, em latim ver), ao ver e saber (oida em grego significa eu vi e eu também sei, pois a visão acarreta o saber). Heródoto quer apresentar, mostrar a (apodexis) aquilo que viu e pesquisou. Trata-se, então, de um relato de viagem, de um relatório de pesquisa, de uma narrativa informativa e agradável que engloba os aspectos da realidade digno de menção e de memória. (...) Heródoto fala daquilo que ele mesmo viu, ou daquilo que ouviu falar por outros; ele privilegia a palavra da testemunha, a sua própria ou a de outrem. Inúmeras vezes no decorrer de sua própria narrativa, o nosso viajante menciona as suas “fontes”, se ele mesmo viu o que conta ou só se ouviu falar e, neste caso, se “o informante” tinha visto,

*ele mesmo, ou só ouvido falar. (...) O período cronológico alcançado se limita, portanto, a duas ou três gerações antes da sua visita, pois o resto do tempo se perde no não mais visto, isto é, no não-relatável. Em oposição ao nosso conceito de história, esta pesquisa, ligada à oralidade e à visão não pretende abarcar um tempo distante.*⁵⁶

Na perspectiva atual, pensar historicamente o tempo presente tem sido uma tarefa desafiadora, pois a inteligibilidade do contemporâneo é vista muitas vezes como uma espécie de violência conceitual, uma fixação das energias do agora urgente. Para Connor, esta concepção está baseada num sentido inerente entre a experiência e o conhecimento, isto é, uma crença de que, quando experimentamos a vida, só podemos compreendê-la parcialmente e de que, quando tentamos compreender a vida, deixamos de experimentá-la de fato. De acordo com esse modelo o ato de conhecer está condenado a chegar tarde demais à cena da experiência⁵⁷.

Esta crítica é freqüentemente invocada contra aqueles que se aventuram a fazer a história do vivido. A objeção mais forte segundo Jean-Pierre Rioux, está relacionada à proximidade do autor e ao caráter efêmero do presente. Presente esse cada vez mais amassado, triturado, transformado sem trégua, sob o triplo efeito da mediatização do acontecido, da ideologização do ato e dos efeitos de moda na apreensão de um curso da história? Se nosso presente é doravante uma sucessão de flashes, de delírios partidários e de jogos de espelho, como sair dele para erigi-lo em objeto de investigação histórica?⁵⁸

Seria, portanto quase impossível ao historiador manter a lucidez da análise, pois estaria mergulhado numa corrente de incertezas, numa confusão que o incapacitaria de saber distinguir a hierarquia das motivações inscritas nos acontecimentos. Assim, os críticos desta concepção, acham por bem sugerir aos seus adeptos que renunciem a tal pretensão em nome, de jornalistas, sociólogos, cientistas

⁵⁶ Jeanne Marie Gagnebin. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro, Imago, 1997, p. 17,18.

⁵⁷ Steven Connor. **Cultura pós-moderna. Introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo, Loyola, 1993, p. 11.

⁵⁸ RIOUX, Jan-Pierre. In. **Questões para a história do presente**. (orgs.) CHAVEU, A, TÉTART, Philippe. São Paulo, Edusc, 2000, p. 41.

políticos e economistas, os quais estariam mais preparados para fazer uma abordagem do tempo próximo.

Daí tem resultado a grande dificuldade de o historiador contemporâneo ter uma conduta igual à de Heródoto e Tucídides – isto é, ser aquele indivíduo que possuía uma atitude de ver, olhar para os fatos, para testemunhar o comportamento dos homens. Hoje, ao contrário do que se acreditava naquela época, a narrativa ganha consistência quanto mais longe estiver da presença física do pesquisador. Não é à toa que Nietzsche irá criticar esta tradição, que, segundo ele, em nome da verdade histórica, da busca da essência das coisas, direcionava seu olhar para um passado cada vez mais remoto, esquecendo-se do mundo vital e corpóreo próximo dele.⁵⁹

Entre os historiadores brasileiros, sempre houve uma forte recusa a escrever sobre o presente. A maior parte das obras historiográficas publicadas e das teses e dissertações defendidas sobre História do Brasil são estudos sobre o Período Colonial e Monárquico e os períodos da República Velha e Populista. A produção sobre o período mais recente da nossa história – a fase do Regime Militar, e principalmente as décadas de 1980 e 1990 da chamada República Nova – é dominada pelas reflexões de jornalistas, sociólogos e cientistas políticos entre outros.

Em função desta posição, a contribuição renovadora dos historiadores sobre o fenômeno do poder local, isto é, da longevidade de algumas famílias nos governos das pequenas e médias cidades do Brasil contemporâneo, tem sido relativamente pequena. O debate não tem levado em consideração o impacto das mudanças sociais, econômicas e culturais em relação à subjetividade dos atores. Tratam-se as elites e os demais atores circunscritos à topografia das cidades interioranas mediante uma perspectiva naturalista, onde os indivíduos por mais que ensaiem as mudanças, estão presos às determinações de um passado reacionário e arcaico que serve como barreira ao progresso.

Mas como bons artesãos do tempo que somos, não devemos negligenciar a dimensão histórica do presente. Porque somos interpelados a contribuir com o nosso olhar retrospectivo sobre um tempo tão acelerado e instantâneo como este em que vivemos. Um tempo conforme Pierre Nora, em que as pessoas vivem seu presente como já possuído de um “sentido” histórico. E somente isso seria suficiente

para dotá-la de uma identidade, para libertar a história contemporânea de sua imperfeição.⁶⁰

Está claro, portanto, que na contemporaneidade somos instados a reconhecer que fazemos parte de uma engrenagem que nos atravessa por todas as partes, do macro ao micro. Principalmente quando esta engrenagem manifesta-se numa escala micrológica como é a vida nos pequenos municípios, locus de reciprocidade intensa entre os indivíduos e a história. Como observou Marx, “o homem não é um ser abstrato, agachado fora do mundo. O homem é o mundo do homem”.⁶¹ O presente impõe-nos então a consciência da nossa condição humana e seu caráter precário e temporário, algo importante para vermos a história com menos ilusionismo, sem a comodidade de um sentido determinando o seu curso até um final feliz.

Nos últimos tempos, temos visto historiadores de diversas matizes ideológicas mostrarem sem nenhum devaneio como seu pensamento e obras foram profundamente marcados por alguns acontecimentos radicais do século XX. Um historiador como Eric Hobsbawm, estudioso do século XVIII e XIX, sentiu-se desafiado a escrever sobre um tempo que se confunde virtualmente com a sua própria existência. O resultado está expresso na sua obra mais contemporânea – A Era dos Extremos. Ele mesmo faz questão de confessar a influência da experiência individual no resultado final do seu trabalho.

Cito minha experiência não porque deseje persuadir vocês a verem o século 20 também nessa perspectiva, mas apenas para demonstrar a diferença que significa viver dois ou três anos dramáticos e como isso, repercute na maneira como um historiador considera o passado. Será que um historiador, escrevendo num período de cinquenta anos, verá nosso século sob essa luz? Quem sabe? Não importa se eu me preocupo. Mas é quase certo que ele estará menos à mercê de movimentos de

⁵⁹ Ver **Nietzsche, a genealogia e a história**. In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

⁶⁰ NORA, Pierre. **O retorno do Fato**. In: (orgs.) LEE GOFF, Jacques, NORA Pierre. História: Novos Problemas, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, p. 180.

⁶¹ MARX apud Rubem Alves. IN **O enigma da Religião**, São Paulo, Ed. Papyrus, 1988, p. 18.

*prazo relativamente curto de clima histórico, conforme experimentados por aqueles que os vivem. É essa a dificuldade do historiador do seu próprio tempo.*⁶²

Essa imersão do historiador com o seu tempo mostra-nos que a definição da história do Tempo Presente passa principalmente pela referência de uma nova relação entre o cientista e seu campo de investigação⁶³. A diferença entre ser um historiador do presente em relação a um medievalista ou modernista, por exemplo, é que um contemporaneísta poderá descrever o que “viveu”, investindo sua presença física. Já os outros, falam de um tempo que não é o seu, que não puderam experimentar. A esse respeito é muito importante a defesa que Roger Chartier faz daquele tipo de Historiador.

*O historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é, pois, o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e de homens e de mulheres que ele descreve. Ao contrário do historiador dos tempos consumados, para o historiador do tempo presente parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores sociais históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói.*⁶⁴

Percebe-se que este tipo de historiador não sonha com a pura objetividade, mesmo porque ela não existe. Ele na verdade procura recusar a doxa que afirma que só se deve falar com razão do passado morto. Nenhum passado morre, pois, inerva continuamente a história dos indivíduos.⁶⁵ Inspirados por estes estudiosos do seu tempo, pude perceber que o contemporaneísta pode conhecer e

⁶² HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo, Cia, das Letras, 1988, p. 252.

⁶³ CHAUVEAU, A, TÉTART, Philippe. Op, cit, p. 31.

⁶⁴ CHARTIER, Roger. **O historiador modernista**. In : Usos e Ausos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1998, p. 224.

⁶⁵ TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. São Paulo, Edusc, 2000, p136.

reconhecer mais do qualquer outro as armadilhas e imprecisões que afetam o seu ofício, de tal maneira que quando busca a compreensão de uma história próxima, seu olhar é sempre retrospectivo. Ou seja, vive no presente, mas precisa escutar o passado. Talvez por isso mesmo, tenha capacidade de ser mais rigoroso, metucioso no modo como estrutura o trabalho, seleciona as fontes e constrói a trama.

Qualquer tema, por mais contemporâneo que seja, sempre será tributário do passado. No entanto, o presente é sempre o ponto de partida para qualquer investigação histórica, pois é a partir dele que sentimos o desejo de conhecer e explicar. Mas isso somente é possível tendo o passado como lastro. Aí reside, portanto, a diferença da perspectiva historiográfica em relação ao jornalismo e à ciência política. O historiador, embora dialogue com seus confrades das ciências sociais, procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do fechamento, recorre sempre à dialética do passado-presente, presente-passado.

Insiste-se muito na crítica de que não se conhece o “fim” dessa história. Ora, sabemos que toda história é uma construção provisória, um processo inacabado cujo desfecho somente é possível acontecer no texto. Para usar uma frase bem conhecida de Benjamim diria que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras”.⁶⁶ Daí deduzirmos que não importa o tempo no qual vai se dar o estudo da História, porque ele estará sempre revestido de historicidade.

1.4 – Presente e história política

Nos últimos trinta anos, fomos surpreendidos pelo retorno de alguns temas outrora considerado entulho historiográfico. Destes, a narrativa, a história política e o presente representam os suprimidos do vocabulário do historiador “científico”, cuja virtude não é mais forjar o cidadão patriótico, o soldado da nação,

⁶⁶ Walter Benjamim. Op. cit,229.

mas revelar os movimentos, as continuidades, as durações das formações sócio-econômicas, pautado logicamente numa perspectiva estruturalista.

Os Annales, seguindo uma tradição marxista, desfecharam um golpe mortal na História tradicional. Considerada por Lucien Febvre como uma “história historicizante”, isto é, presa às batalhas e aos jogos diplomáticos, não podia reconhecê-la seriamente o estatuto de ciência histórica. Na mesma linha de pensamento segue Braudel, um dos seus maiores críticos, para o qual os “acontecimentos são como perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas”.⁶⁷

Não é somente um acerto de contas com a chamada história acontecimental, mas com a própria idéia de história como arte ou como narrativa dos homens. Com os Annales, a história vira problema, tornando-se ciência dos homens nos seus mais diversos aspectos e nas suas relações mais profundas.

Enquanto a história-narrativa traduzida pejorativamente como história política é aquela que coloca em evidência os indivíduos e os acontecimentos numa sucessão contínua e linear dos fatos sob o impulso do progresso. Já o tempo com o qual trabalha o historiador estruturalista é um tempo marcado pela profundidade e a oscilação de movimentos lentos e de grande envergadura. É por excelência o tempo braudeliano que quer tornar “invisível” o evento e a política. Conforme Roland Barthes, representa “o apagamento (quando não o desaparecimento) da narração na ciência histórica atual, procurando falar das estruturas mais do que das cronologias [...] o signo da história é, daqui para frente, menos o real do que o inteligível”.⁶⁸

A narrativa nunca desapareceu, pois, conforme Paul Ricouer, a História sem este elo por mais tênue que ele seja, não poderia tornar-se compreensível⁶⁹. Até porque não existe história dissociada do ato de contar, o que existe são formas diferentes de narrar a experiência humana. Nesse sentido, os Annales e os vários marxismos não fizeram outra coisa senão a construção de uma outra maneira de

⁶⁷ BRAUDEL, Fernando apud BURKE, Peter in: **A escola dos Annales. A revolução historiográfica francesa**. São Paulo, Unesp, 1997, p. 48.

⁶⁸ BARTHES, Roland apud HARTOG, François. **A arte da narrativa histórica**. In: Passados recompostos. Campos e canteiros da história. (orgs.) BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/FGV, 1998, p. 196.

⁶⁹ Sobre a relação entre tempo e narrativa histórica e ficcional. Ver RICOUR, Paul In: **Tempo e narrativa**. Tomo I e II. Campinas, Papirus, 1995.

narração dos fatos, diferentemente do que imaginavam ter feito: a destruição da história-narrativa.

Da mesma forma, via-se a história política como anedótica, individualista, factual, psychologizante, ou seja, reunia todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. Foi a história política, portanto, quem forneceu as bases para a renovação historiográfica dos Annales. Porém a atual ressurreição do político dá-se num contexto diferente daquele que era praticado segundo as lições de Charles Seignobos. Ela aprendeu com a crítica e agora ressurge com linguagem e métodos diversificados na medida em que incorpora saberes das várias ciências do homem, tais como: a Lingüística, a Ciência Política, a Sociologia, a Estatística, a Demografia, entre tantas outras. Como atesta René Remond, um dos seus mais ilustres renovadores:

A renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade imperativa mais do que para outros casos. É impossível para praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar.⁷⁰

Como vimos, a narrativa, o acontecimento, a história política não desapareceram, apenas (cf. Ricouer) viveram uma espécie de eclipse. O seu retorno dá-se numa dimensão mais complexa, de mudanças paradigmáticas, de encurtamento das distâncias espaciais e temporais que atinge o cotidiano dos indivíduos. A vida das pessoas é cada vez mais dominada pelo signo da produção midiática, pela economia das imagens e do espetáculo.

O indivíduo é redescoberto como aquele que não somente faz parte de uma coletividade, mas que possui uma singularidade, um jeito de ser que o torna específico.

⁷⁰REMOND, René. (org.) **Por uma história Política**. Rio de Janeiro, UFRJ/ FGV, 1996, p.29.

A história do tempo presente ressurgue neste contexto marcado pela emergência da subjetividade, de uma relação mais nítida entre a análise e o vivido, entre o sentir e o conhecer. Talvez seja por isso tão difícil escrever sobre o presente, uma vez que no dizer de alguns, trata-se de um *tempus fugit*, que ainda não virou passado. Porém é cada vez maior o interesse dos historiadores pelo seu próprio tempo, os quais tomam como objeto fatos com os quais mantiveram laços profundos.

Capítulo 2

A Cidade do Progresso: mitos e emblemas.

“Mas poderei eu levar para outro
mundo o que me esqueci de sonhar?
Esses, sim, os sonhos por haver, é que
são cadáver.”
(Álvaro de Campos)

“Palavras e sons, não são eles arco-íris
e pontes sobre coisas eternamente
separadas?”
(Nietzsche)

“Beleza é o nome daquilo que
perdemos.
E aquilo que perdemos se faz presente
como nostalgia e desejo...”
(Rubem Alves)

T

oda cidade é um fenômeno socialmente produzido, que expressa um modo de vida, costumes, valores e tradições. É um espaço onde se inscreve uma miríade de sonhos e desejos humanos. Parafraseando Otávio Paz, diria que pensar a cidade, “significa produzir o vazio para que o ser aflore”. É preciso, pois, deixar aflorar em nós o silêncio para que nele apareça o inesperado.

As cidades, são assim, lugares enigmáticos e cheios de surpresas. Por este motivo, elas contêm diversas verdades, não podendo ser faladas da mesma forma por todos os seus intérpretes. Elas pertencem a entidades misteriosas e suas linguagens nem sempre são inteligíveis.

As verdades das cidades expressam-se no jogo de linguagem, na heteroglossia, isto é, nas armadilhas das palavras que ecoam das bocas e das emoções que se adensam no corpo dos seus narradores. Lendo algumas dessas narrativas sobre a cidade de Belo Jardim, deparei-me com a seguinte mensagem que dizia:

*“Não sei até que ponto o desenvolvimento traz felicidade ao homem, sei porém, que nós que fazemos parte desta cidade, só temos a ganhar com o progresso que se manifesta nela. Nossa Belo Jardim está a completar 74 anos e nós que a conhecíamos de outros amanhãs, nos orgulhamos desta cidade que ora aponta no cenário nacional, mas sentimos dentro dos nossos corações a nostalgia das belezas dela. Daquele lindo rio de águas cristalinas, cortando o centro da cidade, margeado de árvores frutíferas saborosas e saudáveis. Aquela paisagem bucólica que fez Frei Cassiano dar-lhe um nome tão bonito. Até o velho despoupador de café que fazia a alegria da criançada, nos traz delicadas recordações. [...] lembra-nos aquelas ruas de casas singelas [...] Belo Jardim hoje, por sua pujança, nos causa admiração, principalmente àqueles que lhes conheceram outrora, e hoje como filhos desta terra transformaram-na e merecem nossos aplausos. Parabéns Belo Jardim, também pelos seus filhos que souberam com espírito de luta, elevar nossa cidade ao pódio como uma das mais importantes da região e de Pernambuco”.*⁷¹

Esta fala revela-nos um misto de fascinação e melancolia quanto ao presente da cidade. O discurso do fascínio pelo progresso da cidade é mais incisivo e direto, chegando mesmo a ser apologético quando se refere aos homens que o tornaram possível. Em contrapartida a crítica é indireta, sutil, travestida de lembranças de uma paisagem bucólica e de um belo rio que não diz que foi o progresso que o destruiu. O passado da cidade é visto com os olhos e os interesses do presente. A visão que se tem do passado, então, é dada pelo jogo de esconder e

⁷¹ COSTA, Valéria. **Mensagem**. In. **Revista da cidade**. Belo Jardim. Ano 1- Número 1, Set. de 2002, p. 2.

revelar, deixando entrever traços antigos que ora sobressaem, ora são esmaecidos pela pátina do tempo.⁷²

Percebe-se, portanto, que o olhar do nosso interlocutor se extasia com a velocidade das sucessivas modificações sofridas pela paisagem urbana, ao mesmo tempo em que deseja recuperar o descontínuo deste movimento, isto é, alguns emblemas que foram perdidos na passagem do tempo e que agora somente é possível revivê-los mediante o movimento retrospectivo da memória.

Na análise desta narrativa revela-se também uma nova sensibilidade e uma nova experiência que surge do novo que se instaura no cotidiano da cidade; o desenvolvimento, a tecnologia, as fábricas, enfim o progresso que transforma, por exemplo, o velho despoupador de café num símbolo da tradição. São representações de duas realidades altamente simbólicas e dicotômicas, que permitem pensar o universo de algumas gerações que viveram situações próprias e distintas de outras faixas etárias. O moderno e o tradicional, o velho e o novo, passam a explicar a vida social nas cidades a partir de uma constante tensão.

Foi com a modernidade (nos séculos XVIII e XIX) que se ampliaram às tensões entre o velho e o novo. A “imagem da destruição criativa”, segundo Harvey, “é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pelo projeto modernista. Afinal, como poderia se criar um novo mundo sem destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não se pode fazer uma omelete sem quebrar os ovos, como observou toda uma linhagem de pensadores de Goethe a Mao.”⁷³

Neste caso, a tradição será o grande inimigo do projeto modernista, uma vez que se assenta na permanência e na conservação das formas e conteúdos morais, políticos e sociais. A pulsação pelo novo, que acompanha a civilização capitalista desde então, produziu uma imagem do mundo reduzida ao signo da contingência e das constantes rupturas. Marx e Engels já haviam magistralmente antecipado este caráter dissolvente da moderna sociedade capitalista, expresso sinteticamente na

⁷² BARROS, Myrian Moraes Lins de. **A cidade dos velhos**. In. VELHO, Gilberto. (org.), *Antropologia Urbana, Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999, p. 43.

⁷³ HARVEY, David, Op. cit, 26.

famosa frase “tudo que é sólido se desmancha no ar”⁷⁴. Ou seja, a virtude deste sistema seria profanar o que antes era considerado sagrado, convertendo valores morais e econômicos e, pior, os próprios homens ao sórdido cálculo do dinheiro.

A busca insaciável pelo novo converteu as cidades no palco privilegiado dos desejos e angústias humanas. Nelas, o espaço e o tempo foram profundamente redimensionados, intensificando-se as mudanças urbanas, políticas e sociais. O devir da sociedade humana passou a ser arquitetado nas cidades, sustentando-se na idéia de progresso, de avanço científico e tecnológico, assim como na idéia de revolução. É um novo ambiente que promete velocidade, mudanças radicais e que almeja o futuro como possibilidade concreta de ser realizado. Para Marshal Berman, ser moderno significa:

[...] Encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, que ao mesmo tempo tenta destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia, nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que como disse Marx, “Tudo que é sólido se desmancha no ar”.⁷⁵

Numa situação bastante diferente da realidade norte-americana e européia, algumas cidades brasileiras conheceram os signos do moderno um pouco tardiamente. Mas apesar da sua natureza híbrida envolvendo simultaneamente a tradição e o moderno, parte delas também sofrem processos de destruição criativa, adequadas às novas condições do Brasil como nação capitalista. O Rio de Janeiro é o exemplo mais conhecido e que melhor ilustra esse desejo de modernização.

⁷⁴ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto comunista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editores, 1978.

⁷⁵ BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo, Cia. das Letras, 1986, p. 15.

Conforme Nicolau Sevcenko⁷⁶, o prefeito Pereira Passos, ao destruir casebres, cortiços, expulsando os pobres para os morros, substituindo-lhes por belas avenidas, estaria fazendo à brasileira a destruição criativa da Paris de Haussmann. Este foi um fenômeno marcante que ocorreu nas grandes cidades brasileiras desde o início do século XX até meados da década de 70. Porém, cabe ressaltar que não foi um processo exclusivo delas – precisamente porque se desenvolveu num espaço geográfico muito mais amplo do que o geralmente focado pela literatura acadêmica.

Num cenário de pouca visibilidade – pequenas e médias cidades do interior – ainda bastante cedo aspiraram participar da aventura do progresso, de suas conquistas materiais e simbólicas, sintonizando-se numa escala micro com o ritmo e a velocidade dos grandes centros urbanos. Elas também tiveram os seus Hausmanns e Pereira Passos, experimentaram reformas urbanas, conheceram a higienização social, lutaram contra as epidemias, combateram os mocambos e se deslumbraram com os encantos do rádio, do cinema e do automóvel, dentre tantas outras invenções maravilhosas dos tempos modernos. Como assinala Anthony Giddens,

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza⁷⁷.

2.1 - Veredas do Progresso

⁷⁶Ver SEVCENCO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensão e criação cultural na Primeira República**. S.Paulo, Brasiliense, 1995.

⁷⁷ GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, Unesp, 1991, p. 27.

A cidade de Belo Jardim, localizada no Agreste pernambucano e distante 185 km da capital, foi uma destas que ao seu modo vivenciou algumas metamorfoses do moderno. Ainda nas primeiras décadas do século vinte, quando era apenas uma vila do município do Brejo da Madre de Deus, suas elites mostraram-se bastante sintonizadas com algumas novidades trazidas pelo capitalismo. Para fins ilustrativos, a vila de Belo Jardim possuía concessionária de automóvel, empresa de luz elétrica, cinema e jornais, o que demonstrava o desejo de captura do novo. Mas a mesma, não obstante, era o espaço da tradição, pois lá residiam os principais chefes políticos (coronéis) do Brejo da Madre de Deus.

Contudo, é preciso lembrar de que o conteúdo destas inovações estava ligado ao que era visto e considerado como moderno pelos grupos de elite.

Na época de que nos ocupamos, moderno, modernidade, modernização significava muita coisa: a estrada de ferro, a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o gramafone, o cinema, o automóvel, o avião [...] Todos os elementos mencionados podiam ser parte do conceito de moderno, mas a maneira pela qual se combinavam é que vai dar o sentido de modernidade, seu maior ou menor grau de rompimento com a tradição. Começando pelo aspecto político ela não contemplava a idéia de igualdade e de democracia [...] ⁷⁸.

Segundo o historiador Amauri de Barros Correia, “diante do desenvolvimento econômico da vila de Belo Jardim e da estagnação de Brejo da Madre de Deus, desencadeou-se em 1913 um movimento entre os moradores da vila visando à transferência da sede do município para área comandada pelos belojaridenses”.⁷⁹ Embora tal objetivo não fosse concretizado de imediato, o dinamismo econômico alcançado a tornaria mais atraente para os interesses das elites políticas e econômicas do município de Brejo da Madre de Deus.

A vila, em função da expansão da rede ferroviária, foi agraciada com a inauguração ainda em 1906 de uma estação de trem. Este fato foi fundamental para

⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados. Escritos de história e política**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1997, 113.

incrementar uma série de transformações que fortaleceria a emancipação política dos belojardinenses. Diversas famílias tradicionais, percebendo a efervescência que tomava conta da vila, passaram a residir nela, desenvolvendo atividades políticas, econômicas e jurídicas. Dentre as principais figuras destacam-se os chefes políticos de Brejo da Madre de Deus, como os coronéis Pedro Firmino, Antônio Marinho e Germiniano Maciel, este prefeito do município. Assim, já em 1913, conforme Barros Correia, moravam em Belo Jardim médicos, advogados, comerciantes, etc., e, apesar de não ser a sede do município, nela residia o prefeito, o juiz de direito e o promotor público. Simultaneamente ao seu crescimento, verificou-se na segunda década deste século uma intensa expansão das atividades comerciais na vila. Consta ainda que no comércio de Belo Jardim estavam os 26 maiores contribuintes da junta comercial.⁸⁰

Na década de 1920, a vila de Belo Jardim dava uma demonstração significativa de sintonia com as aspirações modernas mediante a introdução de alguns dos seus produtos mais emblemáticos. O coronel Joaquim Soares inauguraria em 1923 uma agência de automóveis⁸¹. O primeiro automóvel a circular na cidade foi do Major João Gomes, figura pouco destacada na história econômica da cidade, embora fosse um empreendedor ao estilo self-made man, pois conseguiu com recursos próprios trazer importantes benefícios aos belojardinenses. Em 1923, deu grande contribuição ao desenvolvimento da cidade, ao associar-se ao barão de Suassuna e importar da Alemanha um motor de 150 HP para funcionar a Empresa de Luz Elétrica, a qual substituiu a iluminação com lâmpadas a álcool e com lampiões a querosene. Foi ele ainda quem inaugurou o cinema (cine Brasil). Para estréia desse cinema foi exibido o filme intitulado a “A recompensa”.⁸²

Como podemos observar, a Vila de Belo Jardim na década de 1920, introduz no seu cotidiano algumas novidades que somente existiam nos grandes centros urbanos brasileiros. Tal situação, por conseguinte irradiou-se também para o aspecto cultural e artístico.

⁷⁹ CORREIA, Amauri de. **Belo Jardim. De povoado à cidade**. IN : Revista de História Municipal, Ano III, No 4- MAR, - Centro de estudos de história municipal –CEHM, Recife, 19991, p. 37.

⁸⁰ CORREIA, Amauri de, **idem. ibid.**

⁸¹ LEITE, Agamenon apud SILVA, Adalberto Jordão da LIMA, e Abel de In. **Belo Jardim. História, cultura e recursos naturais**. Recife, O autor, 2001, p. 193.

⁸² SILVA, Adalberto Jordão da. **Belo Jardim. Personalidades de nossa terra**. Vol. 1 Recife, o autor, 2001,p. 205.

Em 1924 foi instalado pelo Governo Estadual um posto de saúde em Belo Jardim. Na época havia na vila uma escola pública estadual e a escola pública municipal São José. Além destas, existiam várias escolas particulares. Do ponto de vista das atividades de diversão, foram criados dois clubes carnavalescos, o Club Aliado (1920) e o Club Esperança (1921), cujos blocos desfilavam no carnaval juntamente com o bloco O Bacalhau na Vara. Na época já eram comemoradas as festas de Nossa da Conceição, de São Sebastião e de São Pedro. Foi fundado neste período a União Desportiva Caixerai (1920), sem falar da “Gazeta de Belo Jardim”, o primeiro informativo da prefeitura, cujo diretor foi o então prefeito Adjar do Rego Maciel.⁸³

Em decorrência do crescimento econômico e das pressões políticas das elites belojardinenses, a vila foi elevada à categoria de cidade em 1924. A promulgação da lei estadual número 1627 tornou Belo Jardim sede do município de Brejo da Madre de Deus, criando um fato inusitado para seus munícipes, que passaram a conviver com duas sedes, ou seja, com dois governos. Tal situação durou quatro anos provocando um profundo mal-estar nos habitantes da velha sede. Esta também foi a sensação sentida pelos belojardinenses, que, motivados pela nova realidade política, pressionariam a Assembléia Legislativa a votar pelo seu desmembramento, fato ocorrido em 1928, através da lei estadual de 11 de setembro de 1931.

Não é a intenção deste trabalho narrar todos os processos modernizadores vivenciados pelos cidadãos belojardinenses ao longo de sua história. Desejamos assinalar, como desde os seus primórdios o moderno conviveu com a força da tradição. Aliás, foram as elites tradicionais que introduziram o novo no nosso cotidiano. Alguns autores chamariam a isso de modernização da tradição, isto é, veriam como uma estratégia de atualização do velho em função dos impactos disruptivos causados pelo novo.

Podemos dizer que a singularidade da nossa formação histórica nunca contemplou aquilo que o historiador francês Le Roy Ladurie chamou de événement

⁸³ CORREIA, Amauri de. Op, cit, pp. 38/39

matrice (acontecimento criador), ou seja, algo que destrói as estruturas tradicionais, substituindo-as por outras novas.⁸⁴ As mudanças verificadas na história brasileira e, particularmente em Belo Jardim ocorreram, de maneira difusa, descontínua e gradual, nunca de maneira brusca e revolucionária. É claro que em determinadas condições históricas alguns acontecimentos irão impulsionar uma série de mudanças, como foi o caso da criação do I Distrito Industrial em Belo Jardim.

Porém, a criação do parque industrial só pode ser entendida a partir de outros fatores, que foram imprescindíveis para a sua montagem. Várias mudanças foram realizadas por governos anteriores aos grupos de Cintra Galvão e José Mendonça. Importa para este trabalho, citar as administrações de Arnaldo Maciel e de Júlio Alves de Lira, pelo fato de realizarem ações que viriam contemplar a cidade de uma melhor infra-estrutura.

Até 1957, Belo Jardim ainda era iluminada pelo motor de 150 HP comprado na Alemanha pelo Barão de Suassuna e o Major João Gomes, quando foi substituída pela energia elétrica da CHESF no governo do prefeito Arnaldo Maciel, o qual estava ligado aos quadros da UDN (União Democrática Nacional).

*Para a implantação de um sistema daquele porte era necessário redimensionar muitos aspectos da infra-estrutura que suportava o sistema antigo, senão sua própria substituição. Assim, as ruas da cidade foram tomadas por um verdadeiro batalhão de funcionários da empresa, desde trabalhadores braçais até eletricitas e engenheiros diversos, trazendo à rotina habitual uma movimentação sem precedentes.*⁸⁵

Ainda em 1957, seria inaugurado o sistema de abastecimento de água da cidade, passando a população a contar com água canalizada, sob a administração da Compesa. O açude do Bitury, com capacidade para mais de 18 milhões de metros cúbicos, passaria a fornecer água a um sistema integrado de abastecimento, abrangendo os municípios de Cachoeirinha, São Bento do Una, Lagedo, Tacaimbó, Pesqueira e Sanharó.

⁸⁴ LADURIE, Le Roy apud BURK, Peter. **A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa**. A escrita da História. Novas Perspectivas, São Paulo, Unesp, 1992, p. 329.

⁸⁵ SILVA E LIMA, Op, cit, pp, 289/290.

Na prática, a incorporação de outros municípios ao sistema Bitury possibilitou uma posição privilegiada para os grupos de elite locais, uma vez que significou de certa forma o controle político sobre a principal fonte de água potável numa área predominantemente marcada pela estiagem e escassez de recursos hídricos.

Enquanto no governo do petebista Júlio Alves de Lyra (1964-68), as preocupações administrativas penderam mais para as questões urbanísticas e relacionadas com a higienização social. Impondo uma série de alterações na paisagem urbana da cidade, dando-lhe nova roupagem, através da revitalização das principais avenidas e ruas da cidade. Neste período foram reformadas a Siqueira Campos, principal avenida da cidade, a Adjar Maciel, a Desembargador João Paes, e com alargamento, as ruas Eurico Rodrigues, São Lourenço, Cândido Mergulhão, além da instalação do núcleo residencial do Prado.

Destacou-se também pela construção de várias escolas municipais. Junto a alguns amigos, construiu o colégio professor Donino, atualmente estadualizado, do qual torna-se-ia seu diretor por muito tempo. Um fato interessante, se levarmos em conta que o prefeito era uma pessoa de baixa escolaridade, dirigindo uma instituição de ensino que na época aglutinava os intelectuais e filhos da elite local. A preocupação com a higienização se fez sentir através de ações contra os mocambos, quando em 1967, na presença do governador Paulo Guerra e do presidente do Serviço Social contra o Mocambo, inauguraria o Núcleo Residencial do Prado.

A preocupação com a higienização social foi um fenômeno que atingiu vários governantes brasileiros durante todo o período republicano, embora sem a necessária violência e marginalização que caracterizou o governo do engenheiro Pereira Passos, cujo reflexo gerou a Revolta da Vacina. Lá, os moradores dos cortiços antes localizados no centro e bairros “nobres” foram expulsos para viver nos morros⁸⁶. A cidade conforme o historiador Antonio Paulo Rezende,

⁸⁶ Sobre as ações sanitaristas e revoltas sociais em algumas capitais brasileiras, Ver: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensão e criação cultural na Primeira república**. São Paulo, Brasiliense, 4o edição, 1995. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987. JANNOTI, Maria de Lourdes M. **Os subversivos da república**. São Paulo, 1986. R

*Está sempre em movimento. Um movimento que é impossível de ser percebido na sua totalidade e que tenha talvez um sentido comum. Ou as coisas ou os homens mudam. A fragmentação toma conta da cidade moderna, na medida em que cresce nela a idéia de que se pode sempre aperfeiçoá-la. Ela não cessa, então, de ser reconstruída, cria-se uma obsessão. A imagem que se tem dela passa a ser modificada constantemente, a dialética entre o novo e o velho ganham dimensões incríveis.*⁸⁷

A década de 1970 exemplifica bem esta obsessão: a cidade do Bitury viveu uma nova atmosfera, diversificaram-se seus atores e novas linguagens foram incorporadas ao seu cotidiano. Já não era mais aquela cidadezinha pacata, bucólica, cantada nostalgicamente pelos seus poetas. Agora é mais pretensiosa, desabrocha para o futuro, encarnando a idéia de progresso. Surgem as novidades, bancos, faculdade, supermercados, cinemas, indústrias, etc, como forma de dar materialidade aos desejos modernizadores dos homens.

⁸⁷ REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. Op, cit, p.24

2.2 – Quando o moderno é a indústria

Em 1967, o deputado estadual José Mendonça Bezerra, recém eleito pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), ocupava a tribuna da Assembléia Legislativa de Pernambuco para fazer seu primeiro pronunciamento.

Venho hoje pela primeira vez, à tribuna desta casa [...] O meu grande compromisso assumido com aquela gente, foi no sentido de batalhar através desta tribuna por uma política desenvolvimentista para Belo Jardim e região [...] Estamos dentro daquela tese do governador Nilo Coelho de interiorizar a industrialização. [...] Vou terminar minha oração fazendo um apelo, desta tribuna, ao Exmo sr. Governador do Estado para através do COMPER desapropriar uma grande área na cidade de Belo Jardim, e ali criar um distrito industrial⁸⁸.

Trata-se de um discurso muito importante, pois assinala uma nova perspectiva, diferente daquela que predominou no município das suas origens até o governo de Júlio Alves na medida em que a industrialização não fizera parte dos seus projetos e mesmo que se fizesse, a conjuntura política da época não oferecia as condições necessárias para sua implementação. Neste caso o discurso de José Mendonça inaugura, oficialmente, uma nova prática discursiva fundamental para compreendermos a construção de alguns dos mitos fundadores do progresso recente da cidade. A industrialização ganharia materialidade na administração de Cintra Galvão (1969-73), quando foi implantado em 1969 o I Distrito Industrial às margens da BR-232.

Cintra Galvão, na época como aliado do dep. Estadual José Mendonça, vencera as eleições para prefeito, tendo o prof. Ulisses Lima como seu adversário. Suas ações definiram-se pelo espírito desenvolvimentista, principalmente pela defesa da industrialização. O clima político do Brasil naquele momento facilitava o incremento das atividades industriais, uma vez que, segundo Francisco Oliveira:

A expansão industrial do Nordeste se dá num movimento do capital (nacional e internacional) instaurador de uma nova divisão inter-regional do trabalho no país. Estas se constituem como resposta aos interesses da acumulação de bases monopolistas, comandadas pelo sudeste. As políticas de desenvolvimento regional – como um conjunto de ações políticas, econômicas e financeiras – asseguram condições privilegiadas de reprodução do capital no Nordeste.⁸⁹

As indústrias instaladas em Belo Jardim foram contempladas com recursos financeiros de instituições federais como a Sudene, BNB e Banco do Brasil. Mas a prefeitura daria a contrapartida oferecendo infra-estrutura e isenção fiscal. Através da lei número 11/69 era desapropriado um terreno de 60 hectares às margens da BR-232 para as indústrias que viriam se instalar. A chegada das indústrias foi viabilizada mediante o Comitê de Desenvolvimento Econômico e Social, que teria a responsabilidade de atrair os investimentos econômicos para a cidade.

O parque industrial formou-se com indústrias de médio e grande porte, destacando-se, sobretudo, as ligadas ao setor alimentício e elétrico. Era composto das seguintes unidades: Mafisa Frigorífico Industrial, Palmeiron, Caibe e as fábricas do Grupo Moura (Acumuladores, Separadores, Eletromoura, Metalúrgica e Marbol), ampliando-se depois com o acréscimo da Cerâmica Cintra e da Belasa, ambas propriedades respectivamente de Cintra Galvão e José Mendonça. Algumas destas fábricas mais tarde passariam a desempenhar um expressivo papel no mercado regional e nacional. Foi o caso das Baterias Moura, que na década de 1990 tornou-se a líder nacional do setor; enquanto a Palmeiron liderava o mercado nordestino de sucos e doces e a Mafisa Avícola chegava a ocupar o sexto lugar na produção de frangos no país.

Na verdade, toda a atividade econômica é sobremodo beneficiada pela estrutura urbana instalada em sua sede. Ressalte-se que o referido arcabouço urbano permitiu ampliar sua importância no contexto regional. Esta parte é pouco enfatizada pelos atuais líderes, pois foi parcialmente estruturada em governos anteriores como

⁸⁸ Discurso proferido pelo Deputado Estadual José Mendonça Bezerra na Assembleia Legislativa de Pernambuco. In . **Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco**. Recife, Ano de 1997.

já assinalai. A industrialização, por sua vez, beneficia-se muito desta situação, por estar notadamente localizada numa área de grande fluxo comercial, no intercâmbio do agreste-sertão. A atividade fabril dinamizou a economia local, através do aumento de empregos e renda, elevação da receita municipal, aumento do consumo de energia, assim como ajudou a constituir uma mentalidade mais urbana. “Estas empresas, conforme informações obtidas das indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), são as que absorvem maior volume de mão-de-obra em termos de produção e, possivelmente, em termos de produção econômica representam a maior parcela de renda gerada pelo município.”⁹⁰

Até o impulso das atividades industriais em 1969, a economia local esteve baseada predominante na atividade agropecuária. Entretanto, a despeito das boas condições climáticas, sua produtividade sempre foi muito limitada. A agricultura, grosso modo, caracterizou-se pela produção baseada em técnicas rudimentares voltada principalmente para subsistência. A pecuária trilhou o mesmo caminho de dificuldades da atividade agrícola, apresentando baixa produtividade, ausência de melhoramento genético, tratamento e alimentação adequados e, o mais importante, a falta de apoio institucional.

O espaço urbano passou a ser uma linha de fuga para os pobres agricultores locais. Sem perspectiva de uma vida melhor no campo, muitos foram forçados a migrarem para a periferia urbana da sede. Uma parcela expressiva deles seria parcialmente integrada à vida urbana na condição de operários; alguns mais aquinhoados montariam seu próprio negócio, parte no setor informal, enquanto outros passariam a residir apenas em função da infra-estrutura oferecida pela cidade, embora continuando a exercer suas atividades econômicas no campo, seria este o caso dos fazendeiros e agricultores.

A urbanização acelerou-se já por volta da década de 1980, a população urbana da sede somava 59%, superando, respectivamente, os distritos de Xucuru, Água Fria e Serra dos Ventos. O Jornal Diário de Pernambuco em reportagem feita

⁸⁹ OLIVEIRA, Francisco apud LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder**. Fortaleza, Edições UFC, 1996, pp. 29 e 30.

⁹⁰ **Belo Jardim**. Série Monografias Municipais. Recife, Condepe, 1988, p. 40.

em 1978, afirmou “que Belo Jardim era a área que desfrutava, com exceção da região metropolitana, de maior urbanização”.⁹¹

O aumento do fluxo populacional, associado ao incremento da atividade industrial, favoreceu a ampliação da rede de comércio e de serviços. Em 1970, foram implantadas uma agência do Banco do Brasil e uma agência dos Correios. As feiras populares seriam contempladas com a construção da Central de Abastecimento na Avenida Cel. João Leite, que significou a organização dos feirantes em moldes mais modernos. O setor educacional ganhava reforço no mesmo ano com a instalação da escola Agrotécnica Federal e com o projeto de uma faculdade de formação de professores, que só seria criado no governo de Sebastião Lopes (1974-78).

Vivia-se uma certa euforia com as transformações da cidade. O jornal O Bitury comemorava os 44 anos de emancipação do município, em 1972, com grande apologia ao seu desenvolvimento:

*Escurece os canais de nossa mente e deixamos de lado o passado e vamos ver o nosso pedacinho de chão hoje. O que vemos é uma verdadeira metamorfose ocorrendo em nossa cidade, pois, de uma região baseada em uma monocultura, temos hoje uma escola que forma técnicos agrícolas para a diversificação na agricultura e com isto dá o esteio para a agro-indústria; de indústrias pequenas e fábricas isoladas para um parque industrial respeitável, estruturado e planificado, oferecendo aos empresários toda infra-estrutura para a implantação de novas indústrias. Se entrarmos no maior e mais sofisticado supermercado da capital, onde é vendido mercadorias da mais alta qualidade é com orgulho que vemos os produtos agro-industriais da nossa terra falando bem alto. Se nos deslocarmos para o maior parque industrial automobilístico da América Latina, Belo Jardim dará a sua valiosa parcela neste setor. [...] Com tudo isto é mérito dizer: EU SOU FILHO DA TERRA DO BITURY.*⁹²

⁹¹ Caderno especial **Belo Jardim Cinquentenária**. Recife, Diário de Pernambuco, p. 5.

⁹² O Bitury. **Belo completa 44 anos de emancipação política**. Ano 1/ setembro/1972, p. 1.

Deste então, percebe-se uma maneira voluntária e ufanista de descrever o progresso de Belo Jardim. O discurso sobre o passado já não é mais significativo, nem mesmo para ser lembrado nostalgicamente, pois estaria associado ao atraso, ao rural e à monocultura. Agora “os canais da mente se escurecem para ele”, pois o que vale é o “pedacinho de chão hoje”, que segundo nosso interlocutor traduziria uma cidade de que dava orgulho dizer-se seu filho. Tais discursos corroboraram para a construção de uma determinada imagem da cidade ao longo das décadas de 1970 e 1990.

Mas as atenções dos belojoardineses não se reduziam somente aos avanços da economia, havia também preocupação com a arte e a cultura. Em 1969, a cidade sediava o concurso Miss Pernambuco, sagrando-se vitoriosa a belojoardinese Eunice Mergulhão. O cinema era a outra novidade que reaparecia depois do fechamento do cine Teatro São Jorge, que tinha capacidade para mais de 800 pessoas. O comerciante Arcanjo inauguraria em 1970, na rua Desembargador João Paes, o cine Teatro Brasília, um enorme espaço que servia tanto para exibição de filmes como para a encenação de peças teatrais. O deslumbramento com a sétima arte fez alguns belojoardineses aventurarem-se na “transa do super 8”. Em agosto de 1973, Cleto Mergulhão organizou a I Amostra de Belo Jardim sob os auspícios da Empresa Pernambucana de Turismo e da Prefeitura Local. O filme produzido por Mergulhão - A Casa Maldita - fez parte da I jornada de Super 8 em Salvador. Era um filme de terror com 20 minutos de duração, feito na fazenda Peixe, em Belo Jardim, com carruagens, vampiros e uma casa mal-assombrada.⁹³ Alguns destes filmes empolgaram a população local. Um exemplo disso foi o Último Cangaceiro, um filme que durou catorze anos para ficar pronto, devido à falta de dinheiro. Segundo Erasmo Moura, o ator que protagonizou o cangaceiro Temeroso

O filme estreou em Belo Jardim no cine teatro Brasília, com muitas sessões, muita renda de bilheteria [...] havia muitos homens, mais de cem figurantes que foram convocados junto aos contingentes da polícia militar

⁹³ FIGUEIRÔA, Alexandre. **Cinema Pernambucano. Uma história em ciclos.** Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, p. 40.

*de Pernambuco. Participaram ainda duas ex-miss Pernambuco, Eunice Mergulhão e Lamira Pimentel*⁹⁴.

A industrialização e a urbanização possibilitaram uma maior dinamização das atividades culturais e artísticas. Embora, vale salientar, as mudanças que ocorreram não foram frutos da determinação pura e simples das novas condições materiais. A cidade está sempre em mutação, porém em certos momentos da história alguns acontecimentos ecoam com mais força em virtude da amplitude dos seus efeitos.

O aumento do fluxo populacional pressionaria os administradores locais a mudarem o foco de suas atenções para questões relacionadas aos esportes, às artes e à ecologia. Na gestão do prefeito Fábio Galvão (1978-82), foi comprada uma área com 12 hectares nas nascentes do rio Bitury, um belíssimo lugar com matas e cachoeiras, transformada em Estação Ecológica, enquanto que no Bairro do São Pedro foi construído o Centro Social Urbano, direcionado às artes e a prática dos esportes – o objetivo seria dotar a juventude de melhores condições de lazer, até hoje uma das suas maiores deficiências. Desejava-se, com isso, mostrar-se mais sintonizado com os valores do moderno assinalando uma nova postura política. Vejam, pois o que diz o prefeito ao término do seu mandato.

Deixo a prefeitura de Belo Jardim com a consciência do dever cumprido. Quando iniciei a minha administração existiam apenas 7 mil imóveis cadastrados e apenas dois bancos. Hoje, a cidade possui 14 mil imóveis e quatro bancos [...]

*Muito resta a fazer, contudo acredito ter contribuído para uma mudança de mentalidade e participado efetivamente no equacionamento dos problemas municipais visando à melhoria da qualidade de vida da comunidade.*⁹⁵

Mas a despeito do que insinua o jovem prefeito Fábio Galvão, a mentalidade da população, pelo menos em termos de exercício mais democrático da

⁹⁴ **O último cangaceiro.** In. Jornal da cidade, Recife, 1994, p. 8.

⁹⁵ **Prefeito Fábio Galvão Fala da sua administração.** In. Gazeta do Bitury. Ano 1. No 01/ jan/1983, p. 3.

gestão pública, não se alterou, uma vez que esta nunca foi convidada a participar do seu governo. Na verdade, ele deu continuidade a um processo de modernização econômica que fora iniciado com o seu tio, Francisco Cintra Galvão, quando prefeito de Belo Jardim entre os anos de 1969-1973. De 1969 até 1982, os governos municipais, fossem eles, ligados a Cintra Galvão ou a José Mendonça, estiveram vinculados aos quadros da Arena e do PDS e, talvez por isso, tenham adotado uma linha mais desenvolvimentista e autoritária, que estava em sintonia com as aspirações do planejamento regional estabelecido pelos governos militares.

2.3 – Espaço e poder: Territórios suspeitos.

Conforme o depoimento de Fábio Galvão, na sua gestão o número de unidades cadastradas subiu de 7 mil para 14 mil unidades, o que assinala um rápido processo de urbanização. Dados retirados do Censo de 1980 informam-nos que os domicílios permanentes no território municipal se distribuíam da seguinte forma: 67,3% no distrito da sede; 7,6% no distrito Água Fria; 13,1% no distrito de Serra dos Ventos; 11,9% no distrito de Xucuru. Observa-se, portanto, que a maioria da população do município concentrava-se na sede. Isto, por conseguinte, provocou um grave problema habitacional, forçando o governo municipal adotar um planejamento mais racionalizado do espaço urbano. Em 1980, a construção do Bairro da COHAB I foi à alternativa encontrada para absorver parte do contingente populacional que vinha da zona rural e das cidades circunvizinhas. Pode-se dizer também que tal medida significou uma maneira mais eficaz de disciplinar o espaço social, jogando para a periferia aqueles atores considerados estranhos. Ou seja, era uma forma de exercer maior controle sobre eles, demarcando-lhes um território onde pudessem viver com uma certa distância das áreas consideradas “nobres”.

O crescimento urbano acelerado provocou a formação de favelas na periferia da cidade, favorecendo diretamente a construção de uma hierarquização dos espaços geográficos de maneira altamente dicotomizada, tais como centro x periferia, áreas nobres x áreas de risco, bairro dos ricos x bairro dos pobres.

A cidade se fragmentava. Velhos bairros como o Santo Antonio, o São Pedro e o Bom Conselho assistiriam a um crescimento domiciliar e populacional significativos, superando em números algumas cidades como Sanharó e Tacaimbó. A partir das décadas de 1980 e 1990, as contradições espaciais dariam mais visibilidade as desigualdades sociais entre os belojardinenses. Nesta época, surgiram as COHAB 2 e 3, o Bairro do Pontilhão, o Bairro de Frei Damião, Nossa Senhora da Saúde, o Chorão, etc, - a maioria cresceu rapidamente e de maneira desordenada, sem nenhuma infra-estrutura básica. As conseqüências sociais daí resultantes foram o aumento da violência, do desemprego, das doenças e da miséria.

Simbolicamente, o preconceito tornou-se a maior forma de violência, pois passou a associar os indivíduos que habitam tais lugares a coisas geralmente negativas. Tal situação, contudo, não foi exclusividade apenas dos moradores dos novos bairros. O estigma do preconceito e do estereótipo se estendeu a lugares outrora considerados nobres, os quais entraram num processo profundo de decadência em função da dinâmica espacial comandada pelos interesses político-econômicos das elites locais. Este foi o caso dos bairros da Lagoa e do Tambor, lugares antes vinculados às origens da cidade, cultivados no passado pelas suas belezas naturais - a lagoa, o rio, os jardins - que inclusive inspiraram o nome da cidade. Neles fixaram residência vários coronéis, políticos, prefeitos e comerciantes que deram impulso ao processo de emancipação política do município.

Várias décadas depois, o Bairro da Lagoa, composto em sua maioria por operários, funcionários públicos (garis, merendeiras, serviços), subempregados e desempregados, passaria a ser significado no imaginário coletivo como umas das áreas mais violentas da cidade. Os discursos policiais e da imprensa local ampliaram a produção deste imaginário mediante a indiferenciação dos seus atores, ou seja, os crimes, as brigas passaram a se deslocar para o espaço social marginalizado e não para os indivíduos isoladamente.

A modernização trazida pelos grupos políticos criou uma nova visibilidade e dizibilidade sobre os espaços urbanos da cidade. Tal hierarquia traria profundos reflexos na auto-estima e na atuação política destes atores. A periferia passaria a ser definida como o lugar da decadência, do sujo e do imundo, enfim daqueles que não possuem os atributos necessários a se tornarem sujeitos do seu

próprio devir histórico. Enquanto o centro, mais principalmente os lugares onde vivem as elites, consideradas áreas “nobres”, passariam a significar o moderno, o civilizado, a ordem, o limpo, os valores superiores, inscritos apenas nas próprias elites.

Contudo, tais hierarquias não evitaram o envolvimento político entre ambos. A dependência dos atores suburbanos em relação às elites nesta época esteve relacionada a diversos fatores, dentre os quais se destacam as péssimas condições materiais de existência, que favoreceram bastante a prática do clientelismo. A busca de vantagens econômicas por parte dos pobres se constituem numa estratégia para negociar a sua dependência política e econômica. Mas ela não é a única que interfere na construção de sua inferiorização enquanto ser social. As elites utilizaram estratégias para inibirem sua auto-estima e resistência política, a começar pela desvalorização dos seus nomes na indicação das ruas, dos bairros e/ou monumentos.

Não é à toa que as denominações da maioria das ruas e dos bairros da periferia são de representantes das elites regional, nacional e principalmente local. Contudo os indivíduos reagem, não se identificando, por exemplo, como moradores da Travessa Coronel João Leite e sim como moradores do Beco de seu Eufrásio. Reagem, portanto, da forma como são estigmatizados.

Ranciére, em *Os nomes da História*, afirma que “um nome identifica, ele não classifica”.⁹⁶ As ruas com nomes de personagens ligados as elites servem para dar legitimidade a seus feitos, construindo uma memória, um tipo de pertencimento à sua história⁹⁷. Mas existem também aquelas ruas com nomes que não exprimem nenhum enunciado histórico, político ou cultural, como ocorrem com algumas ruas da Cohab 3 que recebem apenas numerações (1,2,3 ...). Trata-se de um significado meramente administrativo, ou seja, da enunciação de algo sem história, sem memória. Há também aquelas que recebem designações de árvores e de plantas, sentimentos existenciais, etnias (rua Pau-Brasil, Pau D’Arco, rua da Solidão, rua do

⁹⁶ RANCIÉRE, J. **Os nomes da História**. Campinas, 1994, Pontes, Educ, 1994, p. 43.

⁹⁷ Os grupos de Cintra Galvão como de José Mendonça nomearam diversas ruas, praças, escolas e monumentos com nomes de parentes, amigos e aliados. O atual prefeito João Mendonça anuncia ainda em sua gestão a construção de um novo bairro com a denominação de Teresa Mendonça, sua avó e mãe do dep. Federal José Mendonça.

Índio, etc). Nesses casos a preocupação não ultrapassa a necessidade de identificá-los como endereços.

Na gestão de Fábio Galvão, várias ruas da COHAB I foram contempladas com nomes de poetas e escritores regionais e nacionais (Cego Aderaldo, Graciliano Ramos, Zé Pretinho, Zé Limeira, etc), mas isso não significou necessariamente uma postura política progressista, pelo menos no sentido de representar uma crítica à prática de privilegiar apenas representantes das elites, santos, ou datas históricas como geralmente acontece. Podemos dizer que este tipo de enunciação remete a uma memória que não constitui a princípio uma identidade com seus moradores, sobretudo, por serem estes poetas na sua maioria de outras cidades. Os poetas, os líderes sindicais, os trabalhadores de Belo Jardim ficaram de fora das enunciações dos espaços e monumentos públicos.

Embora a cidade tenha sido construída pelos trabalhadores, eles estão ausentes nos monumentos e logradouros da cidade. Apenas algumas categorias sociais tais como os músicos, motoristas e os estudantes foram lembrados. Porém, ao homenageá-los como conjunto e não como indivíduos específicos, as elites pretendem silenciar suas lutas, vitórias e derrotas. Ou seja, identificando cada sujeito com uma categoria vazia de memória e de história.

No caso das ruas e principais avenidas localizadas no centro e lugares “nobres”, são consagrados sujeitos que representam o poder político e econômico local e, em menor quantidade, personagens com dimensão nacional e regional. Diferentemente da periferia, as ruas do centro que eram identificadas por numeração sofreram modificações. A Rua 10 foi trocada por Major João Gomes, pois seu nome temporaliza um tipo de imagem e acontecimento que está vinculado ao progresso econômico de Belo Jardim.

Com certeza, tais enunciados não pretendem identificar “uma geografia específica, não pretendem enunciar um lugar, mas sim suas características que são representações enunciadas de fora, nomeações do outro, como forma de atribuir uma identidade e fixar uma memória”.⁹⁸ Neste caso, a inferiorização social do suburbano é construída discursivamente a partir dos significados que são atribuídos aos atores que residem nestas áreas.

⁹⁸ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**, São Paulo, Edusc, 2000, p. 24.

Em Belo Jardim, nas décadas de 1980 e 1990, o discurso sobre o espaço, o próprio do ato de nomear ruas e monumentos públicos, tem uma significativa importância para as estratégias de poder das elites. Os historiadores na maioria das vezes dão pouco crédito à importância da questão do espaço na construção da dominação política.

O progresso é seu objeto teórico e o tempo histórico, sua dimensão primária. Com efeito, o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e “aniquilação última do espaço através do tempo. A redução do espaço a uma categoria contingente está implícita na própria noção de progresso”⁹⁹. É preciso captar os diferentes sentidos que carrega a noção de espaço, principalmente, quando o progresso representa o domínio do homem sobre a natureza, e principalmente de uma tecnologia de dominação mais eficaz sobre a própria geografia do corpo.¹⁰⁰

⁹⁹ HARVEY, David. Op, cit. P,190

¹⁰⁰ Ver FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. São Paulo. Vozes, 1998,

2.4 – Falas de astúcia: A cidade com vocação industrial.

“Galvão impulsiona Belo Jardim para seu destino industrial” era o título de uma entrevista feita no Diário de Pernambuco em 1978 com o prefeito Fábio Galvão. Seria menos astuciosa se não viesse logo acompanhada da seguinte pergunta: *“Belo Jardim é uma cidade que tem uma vocação essencialmente industrial. O que determina essa tendência?”*

Resposta – *Nós sempre acreditamos na vocação industrial de Belo Jardim. E não cremos, vamos além: apostamos nela.”* Respostas como essas são rotineiras não apenas nos discursos políticos, mas nas falas de diversos atores sociais. Deixando, portanto, de serem apenas discursos isolados e ocasionais, para transformarem-se numa formação discursiva. Atribuir à cidade uma vocação industrial foi um emblema que surgiu durante a hegemonia política de Cintra e Mendonça na década de 1970.

Tanto um como outro irão utilizar-se freqüentemente deste dispositivo para realçar seu papel na constituição do desenvolvimento local. Mais do que um simples conceito, a palavra industrialização passou a significar esperança, futuro e prosperidade. Um sonho que somente foi “possível” de ser realizado através do esforço laborioso dos seus demiurgos. Mas não bastou somente produzir os símbolos, foi preciso desenvolver os meios de transformá-los naquilo que Baczko chamou de “comunidade de imaginação ou comunidade de sentido.”¹⁰¹

Era preciso dar materialidade aos projetos, torná-los concretos, como realmente aconteceu quando foi implantado o I Distrito Industrial às margens da BR-232. O município se tornaria na década de 80 um dos dez mais importantes economicamente do Estado, superando municípios tradicionais como Pesqueira e Arcoverde. Arcoverde perderia a Palmeiron, que, atraída pela boa infra-estrutura, subsídios fiscais e abundante oferta de água, se transferiria para Belo Jardim. Já Pesqueira assistiria a sua tradicional indústria de doces entrar num processo de falência crônica. Os dados abaixo demonstram o crescimento econômico de Belo Jardim em comparação com Pesqueira:

¹⁰¹ Ver sobre imaginário social. BACZKO, Bronislaw. **Les imaginaire sociaux. Mémoire et espoirs collectifs.** Paris, Payol.1984

Índices Econômico-sociais

	1950		1991	
	Belo Jardim	Pesqueira	Belo Jardim	Pesqueira
População do Município	37.049	48.584	60.558	57.622
Domicílios	7.717	9.807	14.570	13.467
Ligações de água	10	272	9.950	7.118
Ligações de eletricidade	453	863	10.261	9.274
Número de escolas	65	99	149	122
Receita orçamentária	2.378.382	7.912.543		

Fonte: Diário de Pernambuco – Dados apresentados pelo empresário Edson Moura ao candidato Fernando Henrique Cardoso em 1994.

A comparação é positiva porque Pesqueira, distante 30 Km de Belo Jardim, foi desde as primeiras décadas do século XX uma cidade de grande influência na economia do Estado, principalmente no setor alimentício. Como assinala o empresário Edson Moura, “é evidente, então que os dinâmicos empreendimentos industriais implantados em Belo Jardim, com o apoio da Sudene, respondem pelo excelente desempenho sócio-econômico desta cidade, e é evidente também pelos números apontados que é falaciosa a informação de que a Sudene propiciou apenas concentração de renda.”.¹⁰²

PIB industrial (%)

Municípios	1996	
Belo Jardim	33,50	
Bezerros	5,07	
Caruaru	39,61	
Gravatá	7,46	
Pesqueira	4,91	
Outros	9,46	
Total	100,00	Fonte: CONDEPE, 2001

¹⁰² Saudação de Edson Moura a FHC em comício realizado em Belo Jardim em 1994.

O peso das indústrias locais na economia do Estado pode ser conferido no percentual ocupado pela sua produção industrial na microrregião do Vale do Ipojuca. Ela responde atualmente por 33,50% , ficando abaixo somente de Caruaru que detém 39,61%. Vale ressaltar que Caruaru é a maior cidade do interior do Estado de Pernambuco, possuindo cerca de 1.125 estabelecimentos, destacando-se na liderança do setor de confecções, seguida de pequenas unidades empresariais do segmento mobiliário, massas,biscoitos, etc.¹⁰³ Enquanto que Belo Jardim possui somente 302 estabelecimentos, dos quais apenas três fábricas de grande porte (Baterias Moura, Palmeiron e Mafisa Avícola) representam o grosso desta produção. No entanto, o espectro da política dera passos mais largos do que o da economia: os grupos políticos expandiram sua influência sobre uma área geográfica com uma densidade

Tabela 07
Microrregião do Vale do Ipojuca.
Evolução do PIB per capita, segundo os municípios (em US\$ de 1998).
1970/98

Municípios	PIB per capita				
	1970	1980	1990	1996	1998
Alagoinha	423	586	288	1.075	957
Belo Jardim	795	1.650	1.456	1.759	1.680
Bezerros	769	886	645	1.243	1.391
Brejo da Madre de Deus	574	790	393	881	722
Cachoeirinha	687	1.568	540	1.325	1.150
Capoeiras	592	726	338	972	873
Caruaru	1.217	1.817	1.620	1.970	1.881
Gravatá	880	1.118	1.013	1.374	1.404
Jataúba	535	537	1.398	1.688	1.368
Pesqueira	978	1.581	1.046	1.383	1.297
Poção	574	723	547	1.106	1.004
Riacho das Almas	624	576	806	1.500	1.081
Sanharó	705	737	1.479	1.800	1.560
São Bento do Una	831	1.036	960	937	863
São Caetano	630	841	468	909	942
Tacaimbó	475	1.126	627	1.374	1.074
Total da microrregião	876	1.311	1.120	1.526	1.449

Fonte: IPEA.

eleitoral superior à dos grupos políticos de Caruaru. Em 1994, havia seis deputados representando o município, sem falar que o atual vice-governador Mendonça Filho é um dos representantes destas elites.

¹⁰³ **Monografia da Microrregião do Vale do Ipojuca.** Recife, Condepe, 2001, p. 50.

Como podemos ver nesta tabela, a industrialização integrada à dinâmica dos outros setores possibilitou algumas melhorias na qualidade de vida da sociedade belo Jardimense. Vê-se que mesmo sendo uma tendência ascendente da microrregião, houve uma significativa evolução *per capita* do PIB em Belo Jardim que oscilou de 795 dólares, em 1970, para 1680 dólares, em 1998, cujo valor está acima da média do Agreste e do Estado, ficando somente atrás de Caruaru.¹⁰⁴

Estas mudanças tiveram forte impacto na sociedade belo Jardimense, que desde então passaria a ler a história da cidade através de novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens que permitiram ver e falar de forma diferenciada da forma como se via e se dizia o sublunar, anteriormente.¹⁰⁵ Ou seja, surge uma nova maneira de ver e dizer a cidade, a começar, pelo uso dos conceitos de industrialização, progresso, modernidade, vocação e desenvolvimento. Elas sugerem uma temporalidade diferente daquela que marcou os “Anos Dourados” das décadas de 40 e 50, isto é, os anos em que a cidade era pacata, rotineira, bucólica, com uma população urbana menor do que a rural e sem muita perspectiva de desenvolvimento. Agora ela vivia sob o espectro do aburguesamento e da força do capital industrial.

Em função disso, algumas lideranças tradicionais como Júlio Alves de Lira e Arnaldo Maciel, que mantiveram durante décadas a hegemonia da política local, entrariam em processo de decadência, não conseguindo mais se reabilitar politicamente. Uma série de fatores concorreu para deslegitimá-los como lideranças, principalmente pelo fato de não terem reciclado seu repertório político de acordo com o espírito desenvolvimentista da época, além de não possuírem recursos financeiros suficientes para competirem com a força econômica que dispunham seus adversários. Outro ponto relevante a ser destacado é que ambos não foram prestigiados pelas forças políticas que davam sustentação ao regime militar. Júlio Alves, que foi aliado do então deputado José Mendonça e do prefeito Cintra Galvão, tornou-se adversário de ambos em virtude de eles terem lançado a candidatura de Sebastião Lopes a prefeito, nas eleições de 1973, com a qual discordava. Em contrapartida, Júlio Alves lançou o ex-deputado Luís de França, seu antigo aliado.

¹⁰⁴ **Idem ibid.**

¹⁰⁵ ALBUQUERQUE Jr, Op. Cit, p.24

Com a derrota de seu correligionário, Júlio Alves tentaria ser candidato a prefeito na eleição seguinte, mas, como ele próprio afirma seria prejudicado mediante vários processos criados por seus adversários.

Depois que eu perdi as eleições, fiquei sozinho. Tentei depois ser candidato, mas não pude. Você sabe que falei que quando houve a Revolução a justiça desapareceu. A justiça quase não funcionava, o que funcionava eram os dispositivos que a Revolução montou. Então eu passei a ser um monstro e coisa e tal. Arranjaram tudo contra mim, para que eu não fosse candidato. Embora não me tornando inelegível, era como se estivesse, pois montaram vários processos contra mim¹⁰⁶.

Na entrevista, o ex- prefeito não explica quais eram os tais processos e deixa pouco claro quem eram esses adversários que queriam inviabilizar sua candidatura, preferindo não aprofundar mais a questão. De todo modo, a sua decadência, mais a de Arnaldo Maciel (que fora prefeito por duas vezes, deputado estadual também por duas Legislaturas e secretário de Estado no governo de Cid Sampaio), representava o fim de uma tradição política que vinha sendo continuada desde a década de 30, legitimada pelo estilo populista e carismático dos seus líderes. A partir da década de 1970, não somente carisma e prestígio, mas, também a ajuda do marketing e a força do poder econômico passariam a fazer a diferença. Para Júlio Alves, além das manobras políticas orquestradas contra ele por seus novos adversários (pressupõe-se que Cintra Galvão e José Mendonça), o fator financeiro foi o principal responsável pelo seu enfraquecimento político.

Quando eu saí da prefeitura, no segundo mês já não tinha quase nada com que fazer a feira. Já estava liso [...] Eu sou um homem de poucos recursos, sem condições financeiras, ninguém aparece e desaparece até do mapa. Eu hoje não sou nada, sou apenas um assalariado. Embora tivesse algum prestígio, mas o complemento de prestígio, chama-se dinheiro. É o caso de chegar alguém a minha casa e eu puder dar alguma

¹⁰⁶ depoimento de Júlio Alves de Lira gravado em fita cassete em 16 de maio de 2002.

*coisa a ele quando estiver com necessidade. Eu não tinha recursos, então isto concorreu para o meu enfraquecimento.*¹⁰⁷

O argumento evidencia que além do capital político, isto é, do prestígio social, o dinheiro tornara-se fundamental para o exercício do poder. Prova disso é que tentou ser candidato a prefeito por duas vezes (1982 e 1986) e uma para vereador (1990) e não conseguir se eleger em nenhuma das três tentativas, mesmo dispondo do apoio do grupo do dep. Federal José Mendonça. A falta de uma estrutura financeira não permitira a ele, como a Arnaldo Maciel, praticar o assistencialismo e garantir uma rede de amigos e de fidelidades, capazes de competir com a força econômica dos seus adversários.

Dr. Arnaldo Maciel, como é conhecido, após o fim da hegemonia sobre o governo municipal perderia praticamente quase todos seus aliados e eleitores. Mesmo assim, conseguiu se eleger deputado federal pelo PMDB nas eleições de 1982, mas não se reelegeria no pleito de 1986. Vale ressaltar que a maioria dos votos que o elegeram vieram de outras cidades. Depois destas experiências, argumentando falta de dinheiro, abandonaria de vez a vida política, tornando-se uma figura folclórica da história política belo Jardimense.

Com isso, fortalecia-se a construção de alguns mitos fundadores do progresso de Belo Jardim. Segundo a definição de Marilena Chauí, mito fundador “é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quando mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.¹⁰⁸

Já falamos que o contexto histórico que emerge por volta da década de 1970 apresenta uma série de imagens e conceitos que farão parte constante dos discursos que são veiculados sobre a cidade. Principalmente os discursos de tipo ufanista, que engrandecem as suas conquistas, os seus líderes, seu passado, presente e futuro. Percebe-se, com maior ênfase a força dos símbolos e dos signos nas comemorações cívicas, como ocorre no 11 de setembro, data do seu aniversário. Ali

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ CHAUI, Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Perseu Abramo, p. 9.

se reúnem todas as autoridades, empresários, artistas e populares para consagrarem a história do desenvolvimento da cidade.

É preparado todo um cenário, rico em adereços, orquestrado pela participação da maioria das escolas públicas e privadas, além de entrevistas nas rádios locais, lançamento de jornal com edição especial, jogos, inaugurações de obras públicas para abrilhantar o evento, mas são as elites que roubam a cena. A preocupação com a notoriedade da data municipal é tão forte que acaba ofuscando o 7 de setembro, dia da independência do Brasil. Neste dia, apenas uma ou outra escola desfilam.

A fundação do mito se “refere a um momento imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar”.¹⁰⁹ Nos momentos cívicos e nas eleições afloram os discursos que pretendem naturalizar este instante originário em algo realmente transcendental e perene. Não apenas políticos, mas intelectuais também fazem-no constantemente. Vejam por exemplo às palavras do historiador Amauri de Barros proferidas em homenagem ao cinquentenário do município.

A cidade do rio Bitury é hoje um dos mais importantes pólos industriais do interior pernambucano e cresce em ritmo acelerado, aprofundando a sua vocação natural (grifo meu), através da instalação de novas indústrias. [...] hoje vivemos uma vida nova, uma nova mentalidade. Progredimos bastante, em todos os setores do cultural ao industrial. Hoje é um açude que se inaugura, barrando e domando a torrente raivosa do rio Bitury. É um hospital que se abre amparando a saúde da população antes completamente desprovida de assistência. Um instituto técnico é instalado ao lado de outras tantas iniciativas de igual alcance, em andamento. [...] O cinquentenário é também uma homenagem póstuma

¹⁰⁹ CHAUI, Marilena. Op. Cit, pp. 9 e 10.

*aos homens que ajudaram a construir a nossa cidade hoje, infelizmente não podem presenciar a materialização dos seus sonhos.*¹¹⁰

Como podemos ver nesta fala, o desenvolvimento que estava sendo vivenciado no momento do cinquentenário de Belo Jardim, em 1978, era o aprofundamento de “uma vocação natural”, ou seja, de algo perene, essencial, que atravessa o curso dos tempos. Assim, para este historiador o que estava ocorrendo era a concretização de um destino natural. É daí que emerge a sagração dos atuais líderes na história local, uma vez que seu poder opera “simultaneamente com a transcendência e a imanência, isto é, os governantes se apresentam como estando fora e acima da sociedade, transcendendo-a, na medida em que são os detentores do poder, do saber e da lei; mas, ao mesmo tempo, só conseguem realizar suas ações se também fizerem parte do todo social, já que operam sem recorrer as mediações institucionais”¹¹¹ (partidos, sindicato, associações). Eles se colocam como os pais, os *condotieres* do povo, do qual estão acima.

As famílias Galvão e Mendonça canalizaram para si, portanto, o progresso material da cidade, como uma espécie de seu destino manifesto. As narrativas reforçam a idéia, elaborando uma identidade mais ou menos fixa, com imagens e enunciados que se repetem, com regularidade, em diferentes épocas, com diferentes estilos para dotar a cidade de uma homogeneidade e natureza comum.

A construção de um regime de verdade em torno destas duas famílias deu legitimidade a uma visão providencialista da história local, isto é, produziu a idéia de que somente sob seus auspícios é que foi “possível” à cidade realizar seu destino: a de ser uma cidade progressista e industrial. Vale destacar, porém que tais idéias são operadas mediante a exclusão e marginalização de outros atores, inclusive de representantes das próprias elites.

Um caso que exemplifica bem é o do já falecido dep. Luís de França, que atuou ao lado do prefeito Júlio Alves em Belo Jardim por muitos anos, seja como deputado estadual e também como candidato a prefeito. O “estrangeiro”, como era apelido pelos seus opositores pelo fato de residir no Recife, “troux

¹¹⁰ BARROS CORREIA, Amauri de. In. **Belo Jardim cinquentenária**. Caderno especial. Diário de Pernambuco, Recife, 13 de setembro de 1978, p. 3.

¹¹¹ CHAUÍ, Marilena. Op, cit, p. 87.

benefícios à terra do Bitury, como a escola professor Donino, implantação da eletricidade dos distritos de Xucuru e Água Fria, apoio à construção do açude do Bitury, etc. Como político, possuía como aliados, o deputado federal Oswaldo Lima Filho, seu sobrinho, o governador Miguel Arraes e seu vice, Paulo Guerra, o senador José Ermírio de Moraes e o prefeito Júlio Alves, entre outros.”¹¹² Mas não existe no espaço público local nada que lhes faça referência. Por que será? Contudo, existem algumas vozes dissonantes que pensam o contrário, que procuram manter acesa a sua memória.

*Homem altamente político, tentou ser prefeito. Sendo derrotado, foi humilhado até por quem deu a mão, sendo vaiado em praça pública, coisa imerecida a quem teve tantos serviços prestados ao ponto de até hoje, ninguém lembrar mais o seu nome, como homem de bem, apaixonado por nossa terra. Não há outra vida a comparar com esse homem que só pensou em enaltecer os valores da nossa querida Belo Jardim, que falhou imensamente com ele. Esse é o nome da lenda de quem sempre colocou Belo Jardim em sua memória. Mesmo doente, mesmo sofrido, e mesmo esquecido na velhice, numa cadeira de rodas, embora senil, mesmo caducando, lembrava das coisas e dos feitos de Belo Jardim. Nos seus momentos de lucidez, perguntava o que era feito de nossa cidade. Achamos justo prestar essa homenagem ao Dr. Luis de França.*¹¹³

Talvez pelo fato de ter sido um homem de esquerda e ter feito oposição aos dois grupos atuais, Luís de França tenha ficado no anonimato todo este tempo. Como sabemos, toda história impõe silêncios, privilegia alguns personagens, omite outros. Hoje mais do que nunca a história é uma disputa, sendo que a história oficial privilegia como seu foco principal a proscrição da diferença, isto é, daqueles atores que rompem com a linearidade do discurso hegemônico.¹¹⁴ Assim, alguns

¹¹² SILVA, Adalberto Jordão da. **Luis de França Cavalcanti Costa Lima**. In. Personalidades de nossa Terra, op. Cit, p.281.

¹¹³ **Uma legenda, uma lenda, uma realidade**. In. Águas do Bitury. Recordações, fatos e fotos. Op. Cit, p. 57.

¹¹⁴ Sobre as condições de produção das obras historiográficas, ver entre outros. FERRO, Marc. **A história Viglada**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

personagens raramente aparecerão nas construções elaboradas em torno do progresso recente de Belo Jardim.

Enquanto outros serão constantemente lembrados, como é o caso das duas forças que operam hegemonicamente no âmbito local. Vejamos como um destes define seu papel na história local.

Na primeira vez como prefeito, tentei fazer a industrialização da cidade, conseguindo transformar à época Belo Jardim num pólo de desenvolvimento. A instalação de vários grupos industriais, como também o empenho de vários filhos da terra, que acreditaram no futuro, impulsionaram o desenvolvimento de suas fábricas, negócios, proporcionando assim a posição de destaque que ora ocupamos¹¹⁵

Esta fala é de Cintra Galvão. Ele coloca a sua administração como o ponto de partida para entendermos a configuração assumida pelo município atualmente. A mesma ordem discursiva será assumida por Fábio e Cecílio - sobrinho e filho - respectivamente. Para Fábio, a gestão de Francisco Cintra Galvão foi uma das melhores do município desde sua emancipação, pelo fato de ele ter sido um “homem constantemente preocupado com o progresso e desenvolvimento de Belo Jardim.”¹¹⁶

Vinte e dois anos depois, o jovem prefeito Cecílio Galvão em entrevista mantinha o mesmo enfoque e, quíça com as mesmas palavras, evocava o destino “essencialmente” industrial da terra do Bitury¹¹⁷. Trata-se de um enunciado que reforça a idéia de continuidade, de presentificação do passado. E o timoneiro deste desenvolvimento, é claro, só poderia ter sido seu pai.

A realidade econômica de Belo Jardim começou a se transformar no que é hoje quando foi implantado o I Distrito Industrial. O que naquela época poderia ser tomado como um delírio, uma pequena cidade do interior

¹¹⁵ **Depoimento do Prefeito Cintra Galvão** In. Jornal A Tribuna. Edição especial de aniversário. Set, de 1995, p.5

¹¹⁶ **Belo Jardim Cinquentenária**. Op, cit. 7.

¹¹⁷ **“Belo Jardim vai continuar trilhando o caminho do desenvolvimento** (palavras de Cecílio Galvão) In. Informativo da Prefeitura Municipal de Belo Jardim – Número 2, maio de 200.

*pernambucano querendo se industrializar, foi com certeza o passo mais importante dado pelo seu governante, o então prefeito Francisco Cintra Galvão, para a sua consolidação como grande centro de desenvolvimento e geração de empregos no agreste pernambucano. Desde aquele tempo, Belo Jardim tem mostrado a força de sua economia, chegando a estar entre as dez maiores cidades do interior de Pernambuco.*¹¹⁸

Percebe-se como é forte a ênfase na memória e como o passado é idealizado quando vinculado à figura “heróica” de Cintra, pois “o que era um delírio para muitos” ele tornou realidade. Esta necessidade de perpetuação de uma determinada memória nasce como vontade de prolongar o passado para o presente e, quem sabe, fazer dele também o futuro¹¹⁹.

Em 1989, no segundo governo de Cintra Galvão, era anunciada com certo estardalhaço uma saída para crise do desemprego na região, através da criação do II Distrito Industrial. O Jornal a Tribuna do Agreste fazia coro com a seguinte chamada: **“Com o I Distrito Industrial, em 1969, Cintra iniciou o desenvolvimento, 21 anos depois a história se repete”**.

Entre as empresas confirmadas, viriam a Companhia Industrial Granito Ltda. No ramo da tecelagem a Batista Modesto do Grupo Luiz Batista Gonzaga Modesto, que criaria mil empregos diretos. Além de outras, de menor porte como a Lajefort, indústria de pré-moldados, a Fribesa, frigorífico do grupo José Mendonça, a Tapeçaria Recife, Baterias Elba, a COCANE – Cooperativa Central Agrícola do Nordeste, com uma unidade somente para produzir derivados de leite e a Laje Piso Belo Jardim de propriedade de Zinovaldo Galvão, além da construção do Cintra Palace Hotel.¹²⁰

No entanto, o mesmo jornal se esqueceu de dizer que “na segunda vez, a história se repete como farsa”¹²¹, pois a maioria das empresas não se instalaria nem tampouco o Palace Hotel do prefeito foi construído. Argumentou-se, na época, que

¹¹⁸ **Cecílio Galvão** IN. Belo Jardim que faz. Informativo da prefeitura Municipal de Belo Jardim – Ano 1 - No 02 – Maio de 2000.

¹¹⁹ ALBUQUERQUE Jr, Op. Cit, 81.

¹²⁰ **II Distrito Industrial. Novo tempo para Belo Jardim.** In. Tribuna do Agreste. Belo Jardim. Outubro. 1991, pp 3/4.

¹²¹ MARX, Karl. **18 Brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 21.

foi devido à falta de financiamento das instituições públicas federais e do governo estadual que não garantiu a infra-estrutura e o apoio necessários. O II Distrito Industrial, como podemos observar, não causou o mesmo impacto sócio-econômico como a primeira versão causaria em 1969. Vale ressaltar que o discurso da continuidade da industrialização foi a grande estratégia de Cintra Galvão para ganhar as eleições municipais de 1988, o que demonstra a força que ela tem no imaginário da população, principalmente quando sugere a possibilidade da geração de milhares de empregos diretos e indiretos.

Esta mesma prática discursiva será usada pelo grupo de José Mendonça Bezerra que é colocado como “um verdadeiro líder e paladino do desenvolvimento local”. É desse jeito que o ex-radialista e amigo João Torres define a sua atuação parlamentar.

José Mendonça jogou todo seu prestígio para a instalação do “pool” de empresas do grupo Edson Moura, responsável pela formação de um considerável mercado para a formação de mão-de-obra local. As empresas do grupo Moura empregam aproximadamente mil pessoas entre operários, escriturários, motoristas, gerentes e engenheiros. [...] José Mendonça sempre batalhou para transformar nosso quadro econômico, expandir a oferta de empregos, abrir novas oportunidades. É preciso saber que foi através dele que formou-se aqui em Belo Jardim, uma rede de agências bancárias.¹²²

Para João Torres, a história política da cidade tem um divisor: “antes e depois da atuação parlamentar de José Mendonça”. A “Baraúna do Agreste” (como é apelidado por seus aliados) é colocado como um líder que transcende os interesses mais imediatos, esquecendo inclusive as divergências políticas. “Um dos maiores benefícios que ele conquistou foi à conclusão e o funcionamento da Escola Agrotécnica Federal. Ele apóia até mesmo os adversários, desde que o assunto seja o benefício de Belo Jardim. Um exemplo de grandeza foi a sua firme adesão à criação da Faculdade de Formação de Professores, que esteve por muito tempo nas mãos do

¹²² **José Mendonça. O homem, o trabalho, sua teimosia, sua simpatia.** In. Jornal da cidade, Junho/1994, p.10

grupo adversário”.¹²³ A fala encomiástica deste interlocutor revela-nos porque trás do mito fundador moderno existe um trabalho de produção e reelaboração constante do personalismo através do marketing político.

A história e as ações deste personagem constituem parte das suas estratégias de manutenção do poder. A imagem construída assume uma forma grandiosa, repleta de virtualidades, seja como político quando encarna “o personagem do modificador, que faz do lugar onde vive, de acordo com seu estilo de bem querer à terra natal”, seja como homem de raízes nordestinas, “que gosta de comer bode assado, galinha de capoeira, que adora leite de vaca, cuscuz e sobremesa de jaca. Nos hábitos de vestir, quando cultiva o gosto de calçar alpercatas.” Seja pela relação fraternal com a terra pela qual foi “parido” “porque respira, transpira, pensa, sonha, briga e adocece por amor a terra de Belo Jardim”.

Para seu filho o vice-governador Mendonça Filho, ele é “um grande guerreiro e líder do agreste, que procura, ao lado do governo, os melhores momentos para a terra de Belo Jardim”.¹²⁴ Tanto José Mendonça como Cintra Galvão e o empresário Edson Moura, que analisaremos mais adiante, utilizam-se das suas trajetórias de vida como uma espécie de capital simbólico¹²⁵. Ou seja, além dos bens econômicos, do mandato político, sua autoridade e prestígio social são constituídos por elementos que se nutrem de um passado e biografia idealizados.

¹²³ id ibidem, p. 10.

¹²⁴ **Palavras do vice-governador Mendonça Filho.** IN. Revista da Cidade. Belo Jardim. Ano 1, Número 1, p. 6.

¹²⁵ Sobre capital simbólico, ver BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil 1989. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo, Difel 1998. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação.** Campinas, Papirus, 1996.

Capítulo 3

"Os inventores" da cidade

“A realidade subjetiva do mundo está pendurada no
fino fio da conversa.”

(Peter Bergee)

“Se você descrever o mundo do jeito como ele é, em
suas palavras haverá muitas mentiras e nenhuma
verdade.”

(Tolstoi)

“**É** do sonho dos homens que uma cidade se inventa”. A conhecida frase do poeta Carlos Penna Filho foi proferida pelo governador Joaquim Francisco num discurso realizado, em 1994, na Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim, em referência ao trabalho de José Mendonça.¹²⁶ De fato, a cidade é umas das mais criativas e emblemáticas invenções do homem. A Belo Jardim tal como a conhecemos atualmente, é fruto da ação de muitos homens, mas pelo menos três serão objeto da minha reflexão, pela participação direta e constante que tiveram na produção da sua identidade. São eles José Mendonça Bezerra, Francisco Cintra Galvão e Edson Mororó Moura. Interessa-me neste capítulo analisar as dimensões simbólicas e híbridas das suas estratégias de poder assim como dos seus familiares.

3.1. A oligarquia dos Mendonça

José Mendonça Bezerra, natural de Belo Jardim, nasceu em 18 de janeiro de 1938. Filho do casamento de João Bezerra Filho com Tereza Bezerra Mendonça,

¹²⁶ Jornal a Cidade. Op. Cit, p. 11.

um casal de pequenos comerciantes. Seu pai ajudou a fundar a Banda Cultura Musical, uma das mais tradicionais do município. Antes de ingressar na política, José Mendonça iniciou suas atividades como comerciante do setor de eletrodomésticos, atividade que exerceu durante pouco tempo, depois já como político tornou-se grande pecuarista e industrial. Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Caruaru, começou a atuar na política ao lado do ex- deputado Arnaldo Maciel e também fez parte do grupo do ex- prefeito Júlio Alves de Lira. A assessoria ao dep. Federal Lamartine Távora, seu amigo de infância, “serviu para fazer um polimento no jovem bacharel em Ciências Jurídicas. Foi um período de aprendizado que resultou na eleição dele para dep. Estadual em 1966”, destaca, o seu biógrafo João Torres em entrevista concedida ao jornal A Cidade. Na verdade, foi como corretor de imóveis do então Governador Paulo Guerra, proprietário de uma fazenda em Cavalo Morto, localizado no município de Belo Jardim, que José Mendonça construiu as condições necessárias para conquistar seu primeiro mandato como deputado estadual em 1966. Além do apoio político do governador, dispunha do apoio do seu sogro, o industrial Pedro Moura Jr, proprietário das Baterias Moura.

Como um dos membros dos quadros da Arena e depois do PDS, partidos que deram sustentação aos governos militares, conquistou uma meteórica ascensão política, tornando-se mais tarde a liderança principal do agreste pernambucano. De perfil conservador, raramente ficou na oposição em nível estadual. Desde 1966 até hoje, ficou na oposição apenas durante o segundo e terceiro governos de Miguel Arraes, enquanto a nível nacional apoiou todos os presidentes, de Costa e Silva a Fernando Henrique Cardoso. Como político José Mendonça exerceu o mandato de dep. estadual por três legislaturas e no âmbito federal encontra-se no sétimo mandato consecutivo.

Em 1992 foi protagonista de uma aliança histórica entre o PMDB de Jarbas Vasconcelos e o PFL, partido composto de velhos remanescentes da Ditadura Militar. A Aliança foi concretizada na sua Fazenda, localizada em Belo Jardim, ao estilo bem típico da cultura histórica do mandonismo brasileiro. Dela resultaria a eleição por duas vezes consecutivas de Mendonça Filho para o cargo de vice-governador do Estado de Pernambuco.

O grupo de “Mendonção”, como é chamado pela imprensa recifense, tornou-se na década de 1990 um dos grupos mais fortes do Estado. Atualmente a dimensão de sua força se expressa por uma numerosa rede de correligionários que compõem-se de dezenas de prefeitos, centenas de vereadores, de quatro deputados estaduais (Tereza Duere, Augustinho Rufino, Augusto Coutinho, e do ex- deputado e atual prefeito João Mendonça) e de um vice-governador, sem falar de diversos empresários, advogados, professores e funcionários públicos federais e estaduais que lhes dão apoio financeiro e fidelidade política. Em Belo Jardim o grupo dos Mendonça está associado ao poderio econômico, à medida que dele fazem parte os empresários mais ricos da cidade assim como parte significativa da classe média.

Possuindo um perfil conservador, carrega na cidade a imagem de “político durão,” carrancudo”, “autoritário”, sendo sua relação com as camadas populares marcada pela impessoalidade. No entanto, conta com a ajuda de numerosos aliados e correligionários que o mantêm em articulação com as bases eleitorais.

O “rosto sisudo é, todavia, uma pré-disposição ao sorriso bonachão que aparece no instante que enxerga seus amigos. Aí, a cara fechada vai-se embora e surge o verdadeiro José Mendonça, risonho, falastrão, inquieto e hospitaleiro”, acrescenta João Torres, um destes fiéis escudeiros. Talvez uma das características mais fortes do Grupo de José Mendonça, a que é responsável pela conservação da força política, decorre da fidelidade por parte dos seus correligionários. A força do clã dos Mendonça resulta, portanto, da apropriação de um significativo capital social¹²⁷, isto é, das conexões sociais, as redes de amizade, parentesco que mantêm com seus correligionários, mediante influência e troca de favores.

O casamento com Estefânia Moura, irmã do empresário Edson Mororó Moura, proprietário das Baterias Moura, possibilitou uma aliança muito estreita entre a política e a atividade industrial. Não é à toa que ambos assistirão a uma rápida expansão das suas atividades político-econômicas durante o Regime Militar. Zé Mendonça e Edson Moura se beneficiaram mutuamente do apoio incondicional dado

¹²⁷ Na nomenclatura de Pierre Bourdieu, Capital social, “refere-se às conexões sociais – redes de amizades, parentesco, influência e troca de favores – através das quais as classes sociais dominantes garantem suas posições de dominação”. In. **Teoria cultural e educação. Um vocabulário crítico.** SILVA, Tomaz Tadeu da. Rio de Janeiro, DP & A, 2000, p.25.

aos governos militares, através de empréstimos financeiros oriundos da Sudene, Finor e do BNDES. A proeminência de Mendonça, Cintra e Moura nas atividades político-econômicas locais, dera-se, num momento histórico em que a região Nordeste passou a ter uma importância estratégica para a geopolítica nacional.

*Isto se deveu ao desenvolvimento de um conjunto de políticas que envolveu, de forma articulada, inversões de recursos públicos em infraestrutura e em empresa públicas e privadas orientadas para o desenvolvimento da região. O deslocamento de capitais do centro-sul e a formação/consolidação de empresas de proprietários locais, ensejados por aquelas políticas, vieram romper o imobilismo de uma economia até então fundada na agricultura improdutiva. Não é por outra razão que, em vários períodos, os índices de crescimento da economia nordestina superaram os índices nacionais.*¹²⁸

Embora os três (Cintra Galvão, José Mendonça e Edson Moura) divergissem no plano interno, faziam parte do bloco aliado a Ditadura Militar. Somente em 1985, quando a Ditadura agonizava, foi que eles buscaram aderir a agremiações partidárias diferentes. Em 1986, Cintra Galvão filiou-se ao PMDB juntamente com o deputado Nilson Gibson, que fazia parte do seu grupo. Enquanto José Mendonça integrou-se ao PFL, uma dissidência oriunda do PDS. Por muito tempo, nossos personagens foram a retaguarda de sustentação do Regime Militar no Agreste pernambucano. Os candidatos situacionistas sempre tiveram votações expressivas em Belo Jardim e nas demais cidades da Microrregião do Vale do Ipojuca, com exceção de Caruaru que esteve sob o comando da família Lira, que fazia parte do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), único partido legalmente constituído como oposição.

Desde o principio, o grupo dos Mendonça se diferencia das famílias tradicionais vinculadas aos interesses agrários. Eles, como dissemos, cresceram e ganharam notoriedade apoiando-se no capital industrial e numa relação orgânica mantida com o Estado. Vale ressaltar que a coesão familiar é um elemento muito importante na ampliação do seu domínio territorial.

¹²⁸ LEMENHE, Maria Auxiliadora. Op. Cit, p.154.

*O casal teve seis filhos, três homens, três mulheres: José Mendonça Filho (o vice-governador), Danilo Bezerra, Pedro Bezerra, Karla Bezerra, Andréa Bezerra e Isabela Bezerra. Se dependesse do gosto dele, a família seria muito maior ... A família é o bem-querer de José Mendonça.*¹²⁹

A idealização da família como vocacionada à política constitui-se numa das práticas discursivas mais regulares nas entrevistas e discursos do Grupo Mendonça. Assim, busca-se naturalizar no imaginário popular a idéia de que apenas esta família possui os predicados necessários ao exercício do poder. Para isso, fortalece-se a imagem de uma família unida e de sucesso. A ênfase sobre o tipo ideal de família que os Mendonça procuram sacralizar constitui-se, citando Bourdieu, “num dos lugares por excelência de acumulação de capital simbólico sob diferentes aspectos e a sua transmissão entre as gerações resguarda sua unidade. Ela é (o sujeito) principal das estratégias de reprodução do poder. Isso se torna bem claro, por exemplo, na transmissão do nome de família, elemento primordial do capital simbólico hereditário”.¹³⁰

Os sobrenomes das elites carregam uma simbologia muito grande, pois significam riqueza, poder e tradição. Entretanto, nem Cintra nem Mendonça são originários de famílias tradicionais, como foram os Maciel, os Barros Correia e os Leite, descendentes de uma genealogia de coronéis e ricos comerciantes que sempre exerceu influência na história política do município. Embora tenham uma origem social simples, procuram criar em torno de si, um status de família tradicional, com afinidades com os costumes, com os valores, bem como com um passado mais remoto da história da cidade. A passagem pelo mundo empresarial, a relação com a “vida social” na condição de sócios fundadores de entidades como Lyons e Rotary Club, das bandas musicais Cultura e Filarmônica ou dos clubes de futebol, etc., contribui também para distingui-los socialmente enquanto sujeitos específicos.

A imagem do Grupo Mendonça é estrategicamente trabalhada através da realização de grandes eventos políticos e festivos que tenham repercussão na imprensa regional e nacional. Como foi a vinda do candidato a presidente Fernando

¹²⁹ José Mendonça. *O homem, seu trabalho, sua teimosia, sua simpatia*. Op. cit. p. 11.

¹³⁰ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. São Paulo, Papirus, 1997. p.131

Henrique Cardoso para um comício em Belo Jardim, em 1994, e nas eleições de 2002 trazendo José Serra e toda sua comitiva para o lançamento de sua candidatura no Inhumas Tênis Clube. A partir de 1998, com a sua eleição para a presidência do Santa Cruz Futebol Clube, do Recife, seu cacife político ganharia mais peso e notoriedade, o que lhes ajudou a ocupar o sexto lugar entre os deputados federais mais votados de Pernambuco nas eleições de 2002.

Aos poucos os Mendonça deixariam de ser apenas uma elite de expressão local para se transformarem numa oligarquia. Historicamente, legitimaram a tese da coesão familiar como estratégia de dominação, dividindo entre si, o espaço em três esferas de atuação.

- a) José Mendonça Bezerra é o líder, o mentor que articula os acordos, as alianças políticas e representa como dep. federal a esfera nacional, exercendo sua influência em instituições federais, a exemplo, do Mec, Sudene, Banco do Brasil, Escola Agrotécnica Federal, etc.,.
- b) No âmbito estadual, os interesses do grupo estão representados principalmente por Mendonça Filho que foi Secretário da Agricultura no governo de Joaquim Francisco e atualmente exerce a função de Vice-governador. Posição estratégica que poderá levá-lo a ser o governador do Estado. Nele está a esperança do grupo atingir o máximo de poder na esfera regional e daí pensar em barganhar posições privilegiadas em nível nacional.
- c) Já o sobrinho João Mendonça que foi deputado por duas legislaturas, ficou designado a desbancar a hegemonia dos Galvão na cidade e garantir o controle da terra natal do clã. Atualmente é o prefeito de Belo Jardim(2000-2004). Afora estes, tem o dep. Estadual Augusto Coutinho, genro de José Mendonça, cuja atuação legitima-se com os votos da capital e atualmente ocupa a vaga deixada pelo ex-deputado e atual prefeito João Mendonça.
- d) Consolidam-se suas estratégias de poder no plano empresarial, jurídico e intelectual através de relações afetivas e de parentesco com a família Moura e a família do ministro do Tribunal de Contas da União Marcus Vinícius Vilaça.

O núcleo familiar, portanto, constituiu-se no espaço exclusivo de recrutamento dos seus “quadros” para ocupar os lugares-chave nas três esferas do poder. Logicamente, nem sempre foi assim, até os parentes entrarem na cena, isto é, atingirem a maioridade, apostou-se em outros aliados fora da parentela. Foram os casos de Júlio Alves de Lira, Sebastião Lopes, Airton Maciel, e do próprio Cintra Galvão que foi aliado político de Zé Mendonça, dentre outros.

As articulações dos Mendonça são bastante amplas, pois adquiriram inserção em vários setores da sociedade pernambucana. Através de casamentos também selaram grandes alianças. Do casamento com Estefânia Bezerra resultou uma profunda união com o Grupo Moura, empresa que lhe garante apoio financeiro. Já Mendonça Filho protagonizou no dia 19 de dezembro de 1988, um dos “momentos mais marcantes da vida social” pernambucana. Ele se casou com Taciana Cecília Vilaça, filha de Marcus Vinícius Vilaça, Ministro do Tribunal de Contas e imortal da Academia Brasileira de Letras. O acontecimento foi marcado pela polêmica e pela suntuosidade. Após dias de lances sensacionalistas, desde a contestação do casamento feita por Dom José Cardoso Sobrinho, pelo fato de ser realizado na Oficina de Brennand,¹³¹ até a disputa pela cobertura jornalística, e dos diversos convidados, percebeu-se que o objetivo era dar uma demonstração do poder do grupo político.

Trata-se, contudo, de uma elite que sabe se atualizar, na medida em incorpora de maneira estratégica os rituais da política tradicional marcada pela presença de um poder de tipo tradicional mas respaldado na apropriação de elementos da cultura burguesa, tais como o marketing e o narcisismo.

¹³¹ SILVA, Adalberto Jordão da. **Belo Jardim. Personalidades de Nossa Terra**. Recife, O autor, 2001, p. 341.

3.2. Cintra Galvão – “O *condotiere*”.

Francisco Cintra Galvão, ou simplesmente Quincas, nasceu na rua da Palha, filho do casamento de José Cordeiro Cintra Galvão e Albina Cintra Galvão. Além dele, seus pais tiveram mais oito filhos. José Cordeiro, para garantir o sustento da família, teve que exercer durante muito tempo a função de coveiro do Cemitério São Sebastião. Comparada às elites tradicionais do passado, percebe-se que a origem dos Galvão é bem modesta e diferente da maioria das famílias que governaram a cidade de Belo Jardim. Na verdade esta origem marcada pela pobreza vai ser transformada numa eficiente estratégia política, isto é, num símbolo de sua identificação com as camadas populares.

A narrativa sobre os Galvão, principalmente os irmãos Cecílio Cintra Galvão e Francisco Cintra Galvão, coloca-os como um exemplo de sucesso, de pessoas de origem humilde, filhos de um coveiro, que chegaram a se transformar em empresários bem-sucedidos na região. Mas o mais forte nestas representações sobre os Galvão é o destaque dado à amizade entre os dois irmãos nos negócios que se estende depois para a política, quando Cintra Galvão passa a exercer cargos políticos.

Cecílio Cintra Galvão e Francisco Cintra Galvão (Quincas) são os expoentes máximos desta família, destacando-se no ramo empresarial e na política local e estadual. Eram irmãos e dois prósperos comerciantes, e seus negócios no ramo de estivas, praticamente se desenvolviam à base de sociedade entre si (armazém Globo em Belo Jardim, além de estabelecimentos no Cais do Apolo, no Recife). Suas atividades comerciais foram iniciadas com Cecílio em 1937 e Quincas em 1945, na Avenida N.S. do Bom conselho, no imóvel que hoje pertence a João Batista Alves da Costa. Na época em que se iniciou esta atividade, Quincas era tão pequeno que para despachar aos fregueses, era necessário subir em um caixão de sabão que havia ao pé do balcão da bodega. Essa bodega foi comprada por Cecílio a João Bezerra Filho. Além de irmãos, os dois eram dois grandes amigos inseparáveis, que em tudo se acertavam de comum acordo, sendo este último aspecto já uma marca registrada e do conhecimento da sociedade belojardinese. De todos comerciantes estabelecidos na Praça da Conceição, foram os

*irmãos Cecílio Cintra Galvão e Francisco Cintra Galvão os que apresentaram maior crescimento na área de estivas, chegando-se mesmo a ponto de se afirmar na cidade, serem ambos os homens possuidores das maiores fortunas do município.*¹³²

Até 1968, a família Galvão não tinha ocupado nenhuma função de destaque na política local. Com a projeção de prósperos comerciantes, os irmãos Cecílio e Cintra passaram a ter seus nomes cogitados para política. Em função desta visibilidade, o dep. estadual José Mendonça convidou Quincas para ser candidato a prefeito do seu grupo político, por este ser mais popular do que o irmão. Embora Cecílio permanecesse no comando dos negócios, desempenhou um papel importantíssimo na ascensão política de Cintra como liderança, quando passou a financiar praticamente sozinho suas campanhas políticas depois do seu rompimento com José Mendonça durante o governo de Sebastião Lopes(1973-78).

Além de Quincas desfrutar da simpatia popular, havia a motivação econômica uma vez que o dinheiro tornara-se um elemento fundamental na conquista de um mandato. “Parte da fortuna dos dois irmãos foi responsável pelo financiamento das campanhas políticas que terminaram levando Cintra Galvão à prefeitura e à câmara dos deputados”, como afirma o historiador Adalberto Jordão.¹³³

A sua performance como administrador público ajudou a redesenhar o perfil sócio-econômico de Belo Jardim. A criação do I Distrito Industrial, aliada à implementação de uma razoável infra-estrutura urbana (bancos, escolas, saneamentos, etc), favoreceu sua projeção política no agreste pernambucano. A partir de 1974, Cintra passou a exercer sua própria liderança, dividindo com seu ex-aliado o comando da esfera pública municipal. De 1977 até 2000, seu grupo político esteve ininterruptamente no comando da prefeitura. Foi deputado estadual por cinco vezes, sendo em todas elas o candidato mais votado da cidade, foi também chefe do poder executivo por dois momentos (1968-73/ 1988-92).

Como prefeito eleito pela Arena, mostrou fidelidade aos governos militares, embora tivesse que dividir com José Mendonça as conquistas e projetos oriundos dos governos estadual e federal. Ambos disputavam a amizade e o prestígio

¹³² SILVA, Adalberto Jordão da. Op. Cit, pp, 125/126.

¹³³ SILVA, Adalberto Jordão da. Op, cit, p. 127.

junto a figuras como Marco Maciel e Roberto Magalhães, tornando-os sempre presentes na esfera local. O apoio aos militares deu-se também através de festas comemorativas, como bem demonstra “a lei No 31/69 que decretava um crédito de NCR\$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros novos) para atender as despesas com as festividades do 5º quinto aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964”¹³⁴.

Para o ex-prefeito Júlio Alves de Lira, a liderança de Cintra Galvão se firmou “quando ele entrou na prefeitura. A partir daí, ele julgou-se independente, querendo exercer sozinho o poder”. Na verdade, Cintra Galvão fora muito habilidoso à frente da prefeitura, construindo fidelidades amplas, principalmente mediante uma extensa rede de amigos e parentes que ocuparam funções estratégicas em instituições públicas municipais e estaduais. Mas foi justamente nos setores mais pobres do funcionalismo municipal (garis, merendeiras, serviços gerais, professores, etc.) e nos pequenos agricultores e camponeses da zona rural que firmou sua liderança.

Do seu grupo faziam parte lideranças rurais como Zé Amorim, do Distrito de Xucuru, Inácio do Araçá, Ginaldo, de Serra dos Ventos, entre outros, que garantiram sucessivas vitórias em disputas eleitorais bastante acirradas. Em troca, parentes e amigos destas lideranças rurais ganharam funções de merendeiras, faxineiras, professores, vigilantes nas escolas e postos de saúde municipais. Na cidade, favoreceu seus amigos e aliados com cargos estratégicos na burocracia pública, ou seja, em secretarias ou direção de escolas municipais e estaduais, do hospital, da Faculdade de Formação de Professores, etc. Para ele o controle da prefeitura tornou-se imprescindível na manutenção do governo municipal, uma vez que não possuía aliados fortes no setor empresarial que pudessem financiar suas campanhas.

Diferentemente do clã dos Mendonça que sempre soubera articular a política com os negócios, usando a influência política para adquirir financiamentos para suas empresas, Cintra foi progressivamente perdendo sua expressão empresarial, situação esta que será usada estrategicamente como uma espécie de capital simbólico a seu favor. A história de um rapaz que nasceu na Rua da Palha, filho de coveiro, que se torna depois um dos mais ricos comerciantes para em nome do “povo”, gastar

¹³⁴ **Decretos-leis e Atos do prefeito Cintra Galvão (1969-73)** In. Arquivo Público Municipal.

todos os seus recursos, ficando “pobre”, fortalece a imagem do líder abnegado e despojado de qualquer ambição material.

Em 1992, o então prefeito Cintra Galvão, repetindo um ritual já consagrado era convidado à rádio Itacaité pelo locutor Marconi do Amaral para ser entrevistado sobre temas relacionados às conjunturas nacional, regional e local. Como de praxe, o entrevistado enfatizava que o investimento na vida pública lhe deixara empobrecido, porém iria aproveitar o fato de não ter mais mandato político durante os próximos anos para se reorganizar economicamente.

Em função da política, eu perdi até a elegância, roupas rasgadas, sapatos sem meias. Eu vou passar a ser um pouco de gente de novo. E vou cuidar dos meus negócios, que têm sofrido muito com a política. Imagine você, quando entrei nisso, Marconi, há vinte anos atrás ainda jovem, solteiro, eu era um dos homens mais sólidos economicamente do Agreste. Eu tinha o que queria e nunca comprei um lenço fiado a ninguém. [...] Meus negócios foram se apertando, eu fui gastando o dinheiro e não ganhando como devia. Olha que em 1988, eu deixei de ser deputado estadual e trabalho dia e noite e ainda não consegui colocar meus negócios nos eixos¹³⁵.

Político de perfil carismático, Cintra Galvão desenvolveu o costume de atender pessoalmente na prefeitura e em casa as pessoas que o procuravam com pedidos de emprego, material de construção, soluções para problemas burocráticos, etc. O estilo paternalista na maneira de tratar o povo rendeu-lhes a amizade e a admiração de vários segmentos das camadas populares. Fortalecendo a imagem do *condottiere* do povo belojardinense; um comandante imprescindível que “protege” e “acolhe” o povo da violência e ganância de seus adversários. É o que diz numa entrevista quando perguntado sobre a possibilidade de seu grupo ficar sem a sua liderança.

A minha cidade não pode ficar sem um comandante. E no dia que este grupo da gente não tiver uma liderança comandando, eu tenho pena do

¹³⁵ **Depoimento de Cintra Galvão.** Gravado na Rádio Itacaité em 20 de novembro de 1992.

*povo daqui. Olhe, os nossos adversários não tem equilíbrio, não respeitam o direito dos outros. Se votar contra, tem que apanhar, tem que ser preso. Veja quantos delegados foram embora daqui no governo de Joaquim Francisco. Ai, como você diz, tem que ter alguém que faça o contraponto a esta gente, tem que ter uma liderança pra topar com eles. E você há de entender que topar este povo não é fácil, porque enquanto eu ganho dinheiro trabalhando pra me lascar, eles recebem transferência de amigos. Só pra você ver, um banco da cidade na quinta e sexta-feira da eleição (eleição para prefeito de 1992) recebeu quase trinta ordens de créditos em favor dos nossos adversários. Você os enfrenta com dinheiro suado. Porém eu quero dizer a você, se for necessário o meu concurso de novo à política pra defender os interesses do povo, lógico que vou com a mesma tranquilidade e dignidade, me permita dizer que sempre tive, enfrentando os adversários da forma que eles quiserem.*¹³⁶

Ele encarna a força do populismo na medida em que toma o povo como um ser indefeso, incapaz de se auto-representar sozinho. Neste caso, ele se consagra como alguém que realiza a vontade popular, por que a faz através do favor, da clientela e da tutela.

Assim, Cintra Galvão é apresentado pelas camadas populares que o acompanham e também por ele mesmo e seus aliados, através dos meios de comunicação que possui na cidade, como um sujeito portador de uma missão histórica, que tem o poder de melhorar, curar, interromper a dor, saciar a fome, estancar o frio dos mais pobres da cidade. Logicamente este poder advém do acesso aos meios necessários para percorrer os caminhos que levam à resolução dos problemas.¹³⁷ Ele, mais do que qualquer outro, canalizou pra si a imagem de uma liderança personalista que enfrenta sozinho o poder econômico e despótico dos adversários.

Soube mais do qualquer outro usar os recursos da retórica e do marketing político. Na década de 1970 passou a ser apelidado por seus adversários de “pavão misterioso”, pelo fato de ser “muito vaidoso”. Coincidentemente, o apelido surgiu numa época em que a música Pavão Misterioso, do cantor cearense Ednardo, era

¹³⁶ Id ibidem.

trilha sonora de uma novela da Rede Globo que fazia muito sucesso no Brasil. Ou seja, criativamente usou recursos da cultura de massa para transformar um estereótipo num dos seus maiores emblemas políticos.

Desde então, a música passaria a ser identificada, pela maioria dos seus correligionários e adversários, como uma espécie de hino de Cintra Galvão, a ponto de ser praticamente interpretada com sentido político, quando na realidade não era essa a intenção do seu autor. Mesmo assim, ela tornou-se símbolo de alegria e de ironia nos momentos de vitória ou derrota política. E, o mais absurdo, ela passou a ter sua veiculação disciplinada em bares, festas e até mesmo nos lares, pois soaria como provocação e insulto. Há casos inclusive de pessoas que vieram residir em Belo Jardim e que foram censuradas por estarem escutando. Este foi o caso do professor Francisco Henrique, da Escola Agrotécnica Federal e da Faculdade de Formação de Professores, que nos informa que ao chegar em Belo Jardim e escutar a música em volume alto, foi chamado à atenção por um vizinho, que o vinculou ao citado líder político.¹³⁷

O estilo populista e personalista que acompanha Cintra Galvão fê-lo dar pouco valor à fidelidade partidária. Desde 1968, quando começa sua atividade política, até hoje, filiou-se a seis agremiações partidárias com perfis teoricamente distintos (Arena, PDS, PMDB, PSB, PPS e PTB), buscando, no final do ano 2000, filiar-se ao PT, mas tendo seu ingresso recusado pelos membros daquele Diretório. No entanto, a despeito de parecer algo muito desgastante e corrosivo para sua imagem é também uma estratégia de manter-se de alguma forma sintonizado com as demandas dos seus eleitores e exigências do momento político.

Neste aspecto, ele expressa a dimensão fantasmagórica que assumiu a política a partir da década de 1980 no Brasil. Cada vez mais o exercício do poder vai perdendo o seu alinhamento ideológico e dando espaço para uma atuação mais teatralizada e performativa do político. Cintra Galvão encarna bem o papel de ator político, uma vez que sua identidade está sempre sendo alterada, o que não é uma exclusividade sua, mas uma lógica da própria arte de fazer política na contemporaneidade. Não há quase mais espaço na política partidária para atores com

¹³⁷ KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 23.

¹³⁸ Cf. conversa informal com o professor Francisco Henrique da Escola Agrotécnica Federal e da Faculdade de Formação de professores em 1999 e 2002.

identidades fixas. A flexibilização das relações de produção e as mudanças culturais do capitalismo contemporâneo impõem práticas políticas mais pragmáticas.

Em 1985, Cintra Galvão deixou o PDS para ingressar no PMDB e se tornar o segundo deputado estadual mais votado de Pernambuco e ampliar a penetração do então candidato a governador, Miguel Arraes, no eleitorado conservador do Agreste setentrional. Porém não concluiu o mandato para se tornar em 1988 prefeito de Belo Jardim pela segunda vez. Com isso perdeu o apoio de diversos prefeitos e vereadores da região, assegurando apenas o município de Belo Jardim como seu principal reduto eleitoral. Ele ao contrário dos Mendonça, não formou no núcleo familiar e mesmo fora dele uma rede de amizades suficientemente sólida, capaz de lhes garantir a reprodução ampla e duradoura de fidelidades numa dimensão regional. Faltou a alguns de seus principais aliados como o ex-deputado federal Nilson Gibson e o ex-prefeito Valdecir Torres (1982-88- 1990-94), densidade eleitoral e recursos financeiros. Da mesma forma, a família não apresentou a coesão e competência que se esperava. Fábio (1978-82), após o término do seu mandato como prefeito, praticamente abandonou a política enquanto Cecílio (1994-98), seu filho, cuja expectativa seria a de que fosse o seu sucessor natural, revelou-se uma grande frustração. Como administrador, amargou baixíssimos índices de popularidade, sendo co-responsável pela derrota do seu primo Silvano Galvão para João Mendonça nas eleições municipais de 2000.

Cecílio, como filho e herdeiro, não realizou o desejo do pai, de dar continuidade ao seu projeto político, de realizar em seu lugar o papel de líder do grupo. Simbolicamente revelou-se um “aliado infiel”. Bourdieu chama nossa atenção para as complexas injunções que envolvem as relações entre pais e filhos no processo de herança.

O pai é o lugar e o instrumento de um “projeto” (ou melhor, de um conatus) que estando inscrito nas suas disposições herdadas, transmite-se inconscientemente na sua maneira de ser e por sua maneira de ser, e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem (o que em certas tradições chama-se a casa). Herdar é substituir essas disposições imanentes, perpetuar esse conatus, aceitar fazer-se instrumento dócil deste “projeto” de reprodução. A

herança bem-sucedida é um assassinato do pai realizado com a injunção do pai, uma superação do pai destinada a conservá-lo, a conservar seu “projeto de superação, que como tal, está na ordem das sucessões. A identificação do filho com o desejo do pai como desejo de ser continuado produz o herdeiro sem história.”¹³⁹

Neste sentido, Cecílio (o filho) falhou na sua função de garantir a reprodução do projeto de Cintra (o pai), pois não se sentiu identificado com o desejo de continuar a missão de líder. A falta de carisma, de habilidade política, o abandono da administração pública, os atrasos constantes nos salários do funcionalismo ocorridos durante o governo de Cecílio Galvão, colaboraram para a quebra de lealdade de vários correligionários, dentre as quais a de Valdeci Torres, que migrou para o grupo dos Mendonça. Cecílio recusou-se, pura e simplesmente, “a herdar e ser herdado e a anular, retrospectivamente, todo o empreendimento paterno, materializado na herança recusada”.¹⁴⁰

Percebe-se que, enquanto o clã dos Mendonça ampliou regionalmente o espaço do poder, tornando-se inclusive uma oligarquia, os Galvão foram paulatinamente perdendo influência política e, conseqüentemente, densidade eleitoral, limitando ao máximo seu espectro político ao município de Belo Jardim. Como podemos ver nos números das duas últimas eleições de Cintra para deputado estadual, na primeira, em 1994, dos quase 16 mil votos obtidos, uns 75% saíram das urnas locais e, assim somente foi possível eleger-se por conta da cauda de votos dos outros candidatos da coligação. Enquanto em 1998, manteve praticamente o mesmo percentual no município e na região, desta vez não conseguindo garantir sua reeleição.

¹³⁹ BOURDIEU, Pierre. **As contradições da Herança**. Cultura e Subjetividade. Saberes Nômades. LINS, Daniel (org.). Campinas, Papirus, 3o edição, 2000, p. 13

¹⁴⁰ BOURDIEU, Op. cit, p. 12.

3.2.1 – A derrota nas eleições municipais de 2000

A derrota de Silvano Galvão nas eleições municipais de 2000 significou o fim de uma hegemonia exercida durante 24 anos ininterruptos. Como já foi dito, a prefeitura representava o sustentáculo do poder do grupo, sua perda resultou automaticamente numa crise profunda. Sem a estrutura da máquina pública e sem recursos próprios suficientes para manter o clientelismo e a lealdade dos correligionários, o grupo perdeu diversos aliados: ex-prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias, empresários, professores, profissionais liberais.

A perda da prefeitura causaria danos materiais e, sobretudo, de natureza simbólica, tais como desprestígio social, descrédito e um certo ostracismo. Em recente entrevista na rádio Itacaité FM, Cintra Galvão era indagado pelo radialista Waldemir Cintra, sobre “como tinha ficado sua vida após ficar sem mandato de deputado e sem a prefeitura”? Ele respondeu da seguinte forma:

Olha, quando você perde o poder, não tem nada a oferecer. Você começa a ver quem são seus amigos e eu realmente passei por isso. Imagina você que na minha casa não me convidavam nem pra enterro. Eu passava na rua o povo fechava a porta. O pessoal da sociedade, que já não gosta de mim, escarrava quando eu passava sua porta. E grandes amigos que conviveram comigo me abandonaram. E eu fiquei sozinho. O povo não. O povo nunca me abandonou. De maneira que não desejo isso a ninguém. E se as portas da minha casa ficassem abertas, não entrava nem bêbado, ninguém. Fiquei totalmente abandonado.¹⁴¹

Embora nosso interlocutor seja um *expert* no uso da retórica, de fato perdeu o apoio de grande parcela dos seus amigos da classe média (professores universitários, advogados e comerciantes) e de vários políticos que foram seus aliados históricos, tais como os vereadores, Euno Andrade, Ginaldo de Serra dos Ventos e Zuquinha, além do ex-deputado federal Nilson Gibson.

¹⁴¹ **Entrevista com Cintra Galvão** IN. Programa Sem Censura. Rádio Itacaité, Belo Jardim, 27/07/2002.

No plano interno, os conflitos entre Cintra, Silvano e Cecílio, relativos ao controle do patrimônio político, iria enfraquecer mais ainda a sua frágil unidade familiar.

Isto revela, portanto, que “a família não é uma unidade homogênea. Ao mesmo tempo em que mostram sua força, diversas análises revelam que os laços de parentesco podem ser apenas um ponto de partida que, mais tarde, resulte em carreiras próprias, dissidentes ou não, com maior ou menor grau de conflito familiar. A transmissão do patrimônio político familiar, portanto, não é um processo automático”. A filiação confunde-se com projetos e trajetórias individuais”.¹⁴²

O declínio político do Grupo de Cintra Galvão reforça a tese de Júlio Alves de que além de prestígio, o mandato e o fator financeiro passariam a fazer a diferença entre os políticos da sua geração e a geração posterior. Mas ele se esqueceu de destacar uma coisa fundamental – a força da mídia na construção de um espectro político duradouro. Embora Cintra não detenha nenhum mandato, nem ocupe alguma posição de relevo na burocracia pública, possui uma emissora de rádio que diariamente presta-se ao serviço de manter visível seu espectro. O “espectro, como seu nome indica, é a frequência de uma certa visibilidade”.¹⁴³ Que também está vinculada diretamente ao seu capital simbólico, o qual resulta do prestígio social que mantém com os servidores municipais e uma grande massa de agricultores e aposentados que lhes prestam lealdade ao longo de mais de trinta anos.

Além disso, os próprios adversários contribuem para manter vivo seu espectro, ou seja, sua memória, dando-lhe visibilidade através da perseguição a seus correligionários¹⁴⁴, da destruição de obras públicas de sua autoria e da tentativa de exorcizá-lo mediante críticas e denúncias nas rádios Bitury AM e 104 FM. Ou seja, o que seria usado para esconjurar o fantasma de Cintra, terminou por transformá-lo numa “encantação mágica,”isto é,¹⁴⁵ uma evocação da sua presença como ator político. Tais estratégias contribuíram, portanto, para trazê-lo de volta a cena política

¹⁴² KUSCHNIR, Op, cit, p. 57.

¹⁴³ DERRIDA, Jacques. **Os espectros de Marx**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, p. 138.

¹⁴⁴ Uma das primeiras ações do prefeito João Mendonça foi colocar em disponibilidade mais de 500 servidores públicos municipais, dos quais a maioria absoluta é composta de pessoas das camadas populares (garis, faxineiros, merendeiras, serviços gerais, etc.). Além disso, reformou e reinaugurou as praças dos Eucaliptos, da Conceição e destruiu a Praça de Eventos, tirando o nome de Cintra Galvão das placas.

¹⁴⁵ A esse respeito ver DERRIDA, Jacques. Obra já citada.

como candidato a deputado estadual nas eleições de 06 de outubro de 2002. O discurso de campanha foi montado vinculando ao máximo sua imagem as camadas populares.

*Aqui estou voltando para assumir compromissos, para denunciar as irregularidades porque acaso existam na região. E para dizer ao povo que se todo mundo foi embora, eu fiquei e estou com você para defender a integridade moral, a integridade funcional e de sobrevivência especialmente das classes mais humildes do Belo Jardim.*¹⁴⁶

Embora não tenha-se elegido, ganhou em Belo Jardim para o deputado estadual Augusto Coutinho, genro de José Mendonça, com uma diferença de mais de mil e trezentos votos, além de ter contribuído diretamente para a vitória de Lula no primeiro e segundo turnos da eleição presidencial. Vê-se, portanto, o peso que ainda tem o carisma e o populismo, uma vez que a campanha dos adversários contava com a máquina administrativa municipal, dez vereadores, dois deputados e um vice-governador, além, é claro, de recursos financeiros e marketing. Entretanto, prevaleceu o marketing de “defensor dos pobres e indefesos”, “do adversário da burguesia local”.

Cintra Galvão estrategicamente soube mesclar caciquismo, fé e manipulação comunicacional na condução dos seus eleitores. Por esta razão, continua forte e reproduzindo a polarização entre duas famílias há quase quarenta anos no município de Belo Jardim.

¹⁴⁶ Cintra Galvão em entrevista ao programa sem censura da Rádio Itacaité – Belo Jardim, 27 de julho de 2002.

3.3 – A família Moura e o progresso local

A família Moura ocupa um lugar proeminente no que no diz respeito ao processo de industrialização da cidade. Antes dela, existiu a figura empreendedora de Jorge Aleixo da Cunha, que instalou em 1932, a fábrica de doces Mariola, a qual na década de 50 - seu período áureo - chegou a produzir 10 toneladas de doces por dia. Para Edson Moura

*Jorge Aleixo da Cunha foi o iniciador da industrialização de Belo Jardim, seja pela indústria que aqui implantou e que funcionou por mais de meio século, seja pelos desdobramentos que suscitou.*¹⁴⁷

Em 1947, quando Jorge Aleixo morreu, a Mariola passou a ser administrada pelos sócios Pedro Moura Jr e José de Souza Cavalcanti . Depois de alguns anos, a Mariola entrou em falência e foi a partir daí, que surgiu a idéia de substituir a produção de doces pela de baterias.

*O ano era 1957. A fábrica de doces “Jorge Aleixo e Cia” de Pedro Moura atravessa uma grave crise financeira e estava preste a fechar às portas. Alguma coisa precisava ser feita. Foi então que o jovem de 27 anos, formado em engenharia química na Universidade de Pernambuco Edson Mororó Moura, decidiu mudar o rumo dos negócios da família e, como filho mais velho de Pedro Moura Jr, tomou para si a responsabilidade. A sua idéia foi fabricar de modo artesanal, placas de chumbo utilizadas em baterias de automóveis. O que o jovem empreendedor do município de Belo Jardim, a 185 quilômetros do Recife, não imaginava é que a sua pequena empresa a “Acumuladores Moura” se tornaria, 42 anos depois a mais estruturada indústria de baterias do Brasil: o Grupo Moura.*¹⁴⁸

Diferentemente do estilo self-made man de Jorge Aleixo, os negócios da família Moura, cresceram bastante sob o patrocínio dos recursos públicos mediante

¹⁴⁷ Centenário de Jorge Aleixo da Cunha. In Jornal Mariola. Ano 1, No 1/ set. de 1989, p. 03.

financiamentos da Sudene e do Banco do Nordeste, utilizados na compra de máquinas, no aperfeiçoamento tecnológico e na ampliação da rede de distribuição.

A partir daí, década de 1980, a Moura passou a competir com a mesma força tecnológica e produtiva das grandes multinacionais, como a americana Delphi, dona da marca Delco e a Heliar. Segundo seu diretor-presidente, foi necessário superar grandes dificuldades para chegar à atual condição, tais como a sua localização no interior, a baixa qualificação da mão-de-obra, a falta de capital e as crises que quase levaram o grupo à falência.

A maioria do nosso pessoal era analfabeto. Se você comparar o operário de hoje, com aquele que tínhamos na década de 60, a diferença é abismal. Por esse motivo é que estamos investindo tanto na área de recursos humanos. [...] setenta foi a pior década que nós passamos. Nos endividamos demais, e foi muito difícil sair vivo dela.¹⁴⁹

Porém na década de 1980 o cenário mudaria positivamente. Nesta época, a empresa, além de produzir para o mercado de reposição, passou a fornecer para as montadoras nacionais, como a Volkswagen, a Fiat e a Ford. Enquanto para fazer frente à globalização econômica dos anos 90, precisou investir muito em qualificação da mão-de-obra, na melhoria do ambiente de trabalho e, principalmente, fazer parcerias com montadoras multinacionais, como a norte-americana GNB e a européia Exide. A evolução histórica do grupo pode ser esquematizada da seguinte forma:

1957 – fundação em Belo Jardim de uma fábrica de baterias com a denominação de Indústria e Comércio de Acumuladores Ltda.

1964 – Mudança na razão social para Acumuladores Moura S/A.

1966 – Fundação da Cia. Moura Ind. de Separadores, para a fabricação, e da Metalúrgica Bitury Ltda, para o processamento de chumbo.

1978 – Início da produção de pilhas secas pela Eletromoura.

1980 – Nascimento da RDM – Rede de Depósitos da Moura.

1983 – Exportação para os EUA e aumento na participação no mercado brasileiro de baterias. Início de fornecimento para Fiat Automóveis S/A.

¹⁴⁸ **As baterias que abastecem o Brasil.** In . Jornal Gazeta do Nordeste, 30 de agosto de 1999.

¹⁴⁹ Idem ibid.

- 1985 – Emerson Fittipaldi junta-se ao programa de propaganda Moura.
- 1986 – Construção da fábrica de baterias em Itapetininga, Estado de São Paulo.
- 1989 – Construção da Moura Export S/A, para atender o mercado externo.
- 1993 – lançamento das baterias sem manutenção.
- 1995 – Recebimento do certificado ISO 9001.
- 1996 – Certificado Q1 da Ford.
- 1998 – lançamento da bateria com prata.
- 1999 – Certificado QS 9000
- 2001 - Recebe em Detroit (EUA) o prêmio de melhor fornecedor mundial de baterias.¹⁵⁰

Interessa-nos mostrar a evolução empresarial do Grupo Moura, sobretudo, em função de sua articulação com a história local. O seu exemplo fortalece a invenção da cidade como essencialmente “possuidora de uma vocação industrial” e, por outro lado, engrandece no imaginário coletivo a figura dos Moura como os outros demiurgos do seu progresso. Apesar de terem se firmado como grupo empresarial de dimensões nacionais nas últimas duas décadas, é na idealização do passado que eles vão buscar argumentos, para legitimar sua história como grandes responsáveis pelo desenvolvimento local. Neste tipo de história, os sofrimentos, as mortes, as doenças dos trabalhadores, bem como as alianças com regimes autoritários não são contabilizados. Nos anos 80 e 90 do século passado, a Moura foi denunciada na imprensa regional e através do Sindicato dos Metalúrgicos pelas péssimas condições de vida dos seus trabalhadores e pela constante agressão ao meio ambiente. Em 1992, a Fundacentro – órgão do Ministério da Saúde – analisou amostras de sangue de 57 funcionários da fábrica de Belo Jardim. Destes, vinte e seis operários apresentaram mais de 60 miligramas de chumbo por decilitro de sangue; quatorze tinham entre 80 e 100 miligramas e três mais do que isso. Em 1993, a Moura ganhou o primeiro lugar no Concurso Degradador do Ano, conferido pela

¹⁵⁰ **Moura leva a melhor na briga com as multinacionais in.** Diário de Pernambuco, 2000. Nos diversos informativos da Moura, o leitor vai encontrar informações sobre as metamorfoses sofridas pela Moura, além das falas dos operários, dirigentes, etc.,

Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (Aspan) por concentração de chumbo no ambiente de trabalho.¹⁵¹

Num trabalho monográfico, intitulado Um Estudo sobre As Condições de Vida e Trabalho do Operariado Fabril de Belo Jardim, demonstrei que a evolução empresarial do Grupo se deu mediante um processo histórico que combinou modernização, autoritarismo e a disciplinarização dos trabalhadores. Constatou-se também que o silenciamento em torno destas questões favoreceu uma visão linear e positiva da história do grupo, que passou a se confundir com a história e identidade do povo belojardinese. Assim valoriza-se um passado que naturaliza o poder político e econômico no presente.¹⁵²

Porém isto não é uma singularidade da família Moura. Segundo Maria Auxiliadora Lemenhe

*É conhecido o padrão dominante nas representações que a burguesia (e não só ela) elabora no que diz respeito à explicação de sua condição. Seja porque encarna relações sócio-econômicas e políticas marcadas pelas desigualdades e exclusão, seja pela necessidade política de revestir de dignidade uma acumulação do capital feita com a superexploração da força de trabalho – a burguesia brasileira, sobretudo seu segmento industrial, associa a origem da sua fortuna à capacidade que alguém, como indivíduo singular, apresenta para mobilizar seu próprio trabalho e para colocar a racionalidade a serviço das práticas econômicas.*¹⁵³

O sucesso da Moura passa a ser traduzido como vitória dos “filhos da terra do Bitury”, que através de muita obstinação venceram a resistência de uma natureza hostil e a concorrência contra aliados poderosos do capitalismo internacional. Numa sociedade tão empobrecida e castigada pela seca, “sua missão

¹⁵¹ **Empresa demite operários contaminados por chumbo.** Jornal do Comércio. Caderno de cidades/27 de agosto de 1995, p. 4. Ver em anexo, o resultado do parecer do médico Dr Oscar Bandeira Coutinho e várias amostras de exames que comprovam a negligência da empresa com a saúde do trabalhador.

¹⁵² Realidade parecida com a dos Moura é o estudo de Maria Auxiliadora Lemenhe (obra já citada) sobre a ascensão empresarial e política dos Bezerra de Menezes no Ceará, mostra-nos como a idealização do passado contribuiu para o poder político e econômico daquela família.

¹⁵³ LEMENHE, Maria Auxiliadora. Op. Cit, p. 81.

histórica” é levar o progresso e a felicidade aos pobres e miseráveis do “sertão”, como tenta-nos fazer crer o enunciado abaixo:

À véspera do ano 2000, Belo Jardim, cidade de 50.000 habitantes no sertão de Pernambuco, surpreende o visitante com uma cena que lembra tempos medievais. Ali, pode-se perceber a classe social de uma pessoa não apenas pela aparência da roupa ou do meio de transporte que esteja usando, mas, sobretudo, pelo tipo de vaso que utiliza num ritual que, três vezes por semana, reúne os moradores no lugar: a romaria aos caminhões-tanques que trazem água potável, líquido que a seca implacável há dez meses fez sumir das torneiras. Os mais pobres carregam baldes, latas e panelas. A classe média exhibe potes e barris de plástico. Esse drama poderia ser o único destaque de uma cidade incrustrada numa das áreas mais áridas do Nordeste. Poderia. Mas Belo Jardim não surpreende apenas por seus problemas. É de lá que sai um quarto de todas as baterias de automóveis produzidas no Brasil; os 2,5 milhões de unidades fabricados anualmente pela Bateria Moura, grupo que ergueu em Belo Jardim a maior indústria de acumuladores da América Latina.¹⁵⁴

O discurso estereotipado sobre a região Nordeste, o qual sempre a retrata a partir de um quadro de horrores naturais e sociais, desloca-se agora para a esfera local. Lança-se mão de um estoque de imagens sedimentadas e grosseiras em relação às condições de existência do povo do Agreste para em seguida demarcar a diferença e a grandeza que representa a Moura¹⁵⁵. É o que faz o diretor-financeiro do grupo, Paulo Salles, genro de Edson Moura, que ao destacar a importância da empresa para cidade, o faz contrapondo-a a imagens de pobreza, de seca e de misticismo do homem e da natureza agrestinos, portanto, é em meio a um cenário fantasmagórico que se justifica a industrialização de Belo Jardim.

¹⁵⁴ MORAIS, Jomar. **Ianque não**. IN. Revista Exame/ 20 de outubro de 1999.

¹⁵⁵ A população total do município de Belo Jardim segundo o censo de 2000 é de 68.655, sendo a urbana de 58.382 e a rural de 18.273. Localiza-se na microrregião do Vale do Ipojuca, no Agreste pernambucano. No que diz respeito à oferta de recursos hídricos é uma das que apresenta as melhores

Voltando de Belo Jardim para o Recife, contemplando a paisagem agreste, onde a terra e as pedras são mais presentes que a rarefeita vegetação, despertou-me a atenção de casinhas brancas salpicadas, uma ali, outra acolá. Do que pode viver essa gente? Perguntei-me. Vi vaquinhas que só tem “o couro e o osso”. Cabritas mais espertas aprenderam a comer o que não deveriam mas fazer o quê? Se assim estão “vivendo como Deus quer”, como bem diz o nosso povo crente.”¹⁵⁶

Ele esboça a fisionomia do Nordeste agrário, decadente, que está fora do centro da civilização brasileira¹⁵⁷. A representação que é feita dos animais, das casas, da paisagem, do homem com a terra, assume sempre uma característica mística, de adaptação e, principalmente, de acomodação. Talvez passe a idéia de que estas pessoas não sejam capazes de por si só construir seu próprio devir histórico, ou seja, precisam que alguém, alguma força opere de fora para restitui-lhes a “dignidade”, que os liberte da mística em que vivem. Continuando sua viagem, o nosso interlocutor vai desfilando seus argumentos no sentido de deslegitimar o valor material e simbólico que está inscrito na vida rural. Apegando-se apenas às evidências do seu olhar e das referências do seu mundo social, não considera as representações que o outro faz da sua cultura.

[...] Tacaimbó ficou para trás e eu continuei pensando se a agricultura não dá, para a pecuária também não. Que serventia teriam estas terras, que apesar de tudo já se matou e já se morreu por elas? Qual a esperança do dono daquela fazendinha, que ostenta com orgulho sobre a porteirinha desengoçada da entrada o seu nome – Fazenda Boa Esperança. Como diz o ditado popular O sol nasce para todos, mas porque a chuva também não cai para todos? Meus pensamentos reforçaram a minha antiga crença de que só a industrialização pode mudar este quadro da nossa região. Só para você pensar: o que seria de Belo Jardim se abrigasse algumas

condições da região. Mas em função da grande estiagem de 1999 que afetou a capacidade do Sistema Bitury, foi necessário um rígido racionamento da água

¹⁵⁶ SALLES, Paulo. **O sol nasceu para todos**. In. Notícias Moura/outubro/1999

¹⁵⁷ O trabalho de Durval Muniz de Albuquerque Jr, A invenção do Nordeste (obra já citada) discute amplamente como é construída a relação entre a percepção e o espaço, entre o ver e o dizer a região nordeste, e como isto se coaduna com a construção de uma determinada concepção de identidade.

*outras empresas como a Moura? E de Tacaimbó, se fosse hospedeira de apenas uma Moura?*¹⁵⁸

Pressupõe-se, pois, nesta fala que sem o advento das atividades fabris é quase impossível o desenvolvimento das cidades que compõem o Agreste e o Sertão. Não é discutida a possibilidade de que com investimentos financeiros e assistência técnica a vida econômica e social do campo possa ser viável. De qualquer modo, tais enunciados fortalecem mais ainda a emergência desta nova formação discursiva que vê na industrialização a saída para o atraso sócio-econômico da região. Neste sentido, outras atividades, como o comércio, a área de serviços e principalmente a agricultura, serão desprestigiadas, quando não colocadas como obstáculos ao processo de transformação econômica da região, como fez Edson Moura em 1994 num discurso de saudação ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao comparar o sucesso por ele vivenciado no setor industrial em relação ao do setor agrícola.

Peço atenção aos ilustres políticos, principalmente ao futuro presidente Fernando Henrique Cardoso e a esse homem público excepcional que é Marco Antonio Maciel, um dos melhores homens públicos do país, atenção para os seguintes fatos que estão sendo vivenciados: Começamos a fabricar baterias nesta cidade, em 1958, em instalações profundamente rudimentares. Naquela época nossa produção não ia a 500 unidades/ano, vendidas todas em cidades vizinhas a Belo Jardim. Pequena produção de baterias toscas fabricadas quase artesanalmente. Este ano, iremos produzir e vender 9000.000 mil baterias na reposição em todo o território nacional, mais de 350.000 às montadoras e mais de 330.000 serão exportadas. [...] Oferecemos 1.050 empregos diretos nesta cidade e o contato dos nossos engenheiros e operários com novas técnicas de produção que nos tem sido passadas pelas montadoras está sendo muito valiosa para a profissionalização deles. Isso a agricultura não dá. Comparativamente com a experiência industrial que é um êxito acima de qualquer parâmetro, começamos em 1978 a fundar um cafezal nos brejos deste município. Cafezal irrigado. 1978, foi o início de cinco anos de seca

¹⁵⁸ SALEZ, Paulo. Ob. Cit,

*no Nordeste, mas conseguimos manter a plantação irrigando o cafezal com uma tropa de jumentos porquanto não tínhamos eletrificação rural ainda na área. A queda dos preços do café no mercado internacional mais os custos elevados com irrigação, quando eletrificamos a propriedade, fizeram-nos perder uns US\$ 200.000 nos últimos dez anos. Os pequenos agricultores que plantam repolho, cenoura e outros hortigranjeiros, na mesma região, que é um microclima com bastante água em termos de Nordeste, não tem tido grande sucesso.*¹⁵⁹

A fala de Moura insiste na tese de que o contraponto à seca e à pobreza do homem nordestino se faz com a interiorização das práticas industriais, principalmente de grande porte, e a justifica mostrando com os avanços dos seus empreendimentos industriais. Tanto nas falas quanto nas imagens que são veiculadas lá fora como aqui dentro, reforça-se a mesma unidade discursivo-imagética sobre o Nordeste, como locus do atraso e da permanência de valores tradicionais. É, portanto, num cenário que relembra “os tempos medievais” que vai emergir uma indústria moderna e redentora como as Baterias Moura. No entanto, este olhar desviado não quer enxergar outros aspectos da realidade local, não procura captar sua diversidade, nem tampouco informa sobre as condições de possibilidade que os levaram a tal situação.

Assim, cria-se o mito de homens ousados e criativos, verdadeiros heróis que conseguem driblar as intempéries da natureza, a resistência de uma mentalidade pré-capitalista, impondo-lhes a marcha do progresso.

*A própria Moura é, em si mesma, um caso surpreendente. Surgiu do nada, há 42 anos, quando havia na cidade apenas um carro e não mais que 700.000 mil veículos rodavam no resto do país. Desde então, escreveu uma história na qual a mistura de criatividade e audácia, especialmente nos momentos de crise, tem garantido à empresa avanços num dos setores mais competitivos da economia.*¹⁶⁰

¹⁵⁹ **Empresário saudando FHC, diz que a industrialização e a Sudene, são a solução para o semi-árido Nordestino.** In. Diário de Pernambuco. Setembro de 1994.

¹⁶⁰ **Ianque, não.** Op. Cit. P. 71

Ela se configura no moderno – enquanto organização fundamentada nos postulados da racionalidade e da eficiência produtiva – além de dispor de um capital simbólico extraído da vivência nos meios empresariais, políticos e intelectuais, e das experiências acumuladas nas diversas viagens ao exterior. Ela é apresentada como um caso excepcional na história dos belo Jardimenses, que os engrandece perante o mundo. Mas tal história se confunde com outra história, a de um “homem também excepcional”. É assim que o discurso funda a imagem de Edson Moura como um dos mitos fundadores do progresso da cidade senão, vejamos o que diz um destes relatos:

Por isso, é preciso olhar as páginas do passado para entender o sucesso da Moura. Mas do que isso, é preciso compreender o sentimento de um homem que sonha e busca incansavelmente a realização dos seus ideais, esquecendo as dificuldades, ignorando barreiras [...] quem poderia imaginar que uma empresa do interior do Nordeste pudesse se colocar no podium nacional das melhores em sua área de atuação.¹⁶¹

No entanto, Edson Moura, 72 anos, é uma figura ambivalente, cheia de lances inusitados e opiniões contraditórias. Afinal, onde já se viu um capitalista que tece loas ao bigodudo Josef Stálin, o sanguinário comunista, e um pefelista que trata de negócios sob uma foto emoldurada de Che Guevara?¹⁶² A ambivalência do nosso personagem é definida, sobretudo, por essa mistura de elementos aparentemente díspares, antagônicos do ponto de vista ideológico, que em determinadas circunstâncias são evocados para justificar alguns interesses específicos, em outras por pura excentricidade. Um exemplo estratégico do uso desta aparente ambigüidade é quando está em jogo o destino da Sudene. Sob o lema do desenvolvimento da região, o mesmo ator conclama num artigo intitulado “A Sudene é Nossa” o apoio de todos os expoentes da política e da cultura pernambucana. Da direita à esquerda, passando por intelectuais como Michel Zaidan, Ariano Suassuna, Evaldo Cabral, pede-se o seu concurso “independente de suas convicções político-partidárias, para

¹⁶¹ **40 anos de energia.** In. Notícias Moura – Ano 3 – Agosto de 1997, No 25.

¹⁶² **Ianque, não.** Op. Cit. 71.

com uma Sudene fortalecida cantarmos com toda autenticidade o “Nova Roma de Bravos Guerreiros”¹⁶³.

O apelo à pernambucanidade não disfarça a importância estratégica que tem/teve a Sudene para as conquistas da sua empresa. Voltando à questão da contradição de um capitalista que “tece loas ao ditador comunista Josef Stálin” ao meu ver, não se configura num desvio de princípios, mas reflete um pouco a sua personalidade e concepção de história. Em alguns dos seus escritos e comentários, revela-se a sua indisposição com relação à democracia brasileira e uma certa afeição, senão saudosismo, com o regime militar que vigorou no Brasil até 1984.

[...] Os governos militares, a partir de 1964 deram uma contribuição notável para o Brasil crescer industrialmente, porque a política, que tem sido o maior mal deste país, pouca influência tinha na condução dos negócios públicos e não obstante termos sido acometidos por dois astronômicos aumentos dos preços do petróleo, que puxaram as cotações de 1 dólar para 35 dólares entre 1973 e 1980, mesmo assim foi possível ao governo implantar um notável parque manufatureiro.

*Estamos, novamente, estagnados e com crescimento zero nas atividades industriais porque os nossos líderes, aqueles que orientam a opinião pública desestabilizam qualquer governo sério cujo interesse seja a diminuição do sofrimento do povo, através do desenvolvimento econômico. Esta aí o que deu as Diretas Já e a Abertura Política. Temos a Democracia da OAB, da CNBB e dos intelectualóides para os quais Democracia e o exercício do voto mesmo com a falta de perspectivas do atual governo. Eu sempre achei que um regime forte, que primasse pela moralidade pública era a única Democracia coerente com o baixo nível educacional do país e a falta de espírito público de nossas elites.*¹⁶⁴

Como se vê, o moderno e o tradicional também se entrecruzam nas práticas econômicas e nas idéias políticas de um capitalista de expressão nacional, cuja incredulidade com a democracia leva-o a defender um “regime forte”, melhor dizendo uma Ditadura como saída para “o nosso baixo nível educacional e a falta de

¹⁶³ **A Sudene é Nossa.** Informe publicitário. Diário de Pernambuco. Outubro de 1998.

¹⁶⁴ **Vida empresarial.** Jornal Mariola. Belo Jardim, Número 01/ junho de 1989 , p. 03.

espírito público de nossas elites.” Mas afinal, de quais elites, nosso grande empresário esta falando? Com certeza não podem ser as elites do PFL, partido ao qual é filiado, cujo apoio garantiu as reformas neoliberais de Collor e Fernando Henrique. Nem da esquerda, porque não se encontra no exercício do poder federal? Talvez sejam as elites internacionais que forçaram a abertura da economia ao capital estrangeiro, as privatizações e a quebra do conceito de empresa nacional?

*Nos governos Collor e Fernando Henrique o empresariado privado nacional foi esmagado. Só no setor de autopeças, 70% deles passaram para o controle externo, tempo precioso para o fortalecimento do empresariado, iniciado por Vargas e continuado nos governos militares.*¹⁶⁵

Na verdade, Edson Moura está defendendo um tipo de nacionalismo que atende fundamentalmente aos interesses da sua empresa, e não necessariamente à salvaguarda da soberania nacional. As investidas das concorrentes multinacionais, mais o fim da Sudene, o têm forçado a tomar posições mais à esquerda, sinalizando inclusive sobre a possibilidade de votar em Lula na eleição presidencial de 2002. No entanto, o neoliberal Marco Maciel “seria o político que gostaria de ver na presidência da república”. Para além da amizade sincera que nutre pelo atual vice-presidente do Brasil, existe também a lealdade e o reconhecimento de que “sem apoio político não se teria avançado tanto”.¹⁶⁶

3.4 – Tradição e negócios

Igualmente aos Mendonça, umas das características básicas da organização empresarial do Grupo Moura é a coesão familiar. A gestão dos negócios cabe basicamente a seis membros da família. São eles: o próprio Edson Mororó, sua

¹⁶⁵ MOURA, Edson. **A agonia Nacional**. Artigo In. Diário de Pernambuco, Recife, 20 de julho de 2001.

¹⁶⁶ **Ianque, não**. Op. Cit, p. 73.

esposa Conceição, os filhos Sérgio, Edson Viana e Pedro Ivo, mais o genro Paulo Salles. Embora nos pareça um tanto quanto paradoxal, à medida que a noção de moderno na conduta empresarial vem associada à abertura de capital e à gestão impessoalizada e especializada do ponto de vista técnico-científico – que habilitam empresas e empresários a sobrepujar concorrentes no mercado¹⁶⁷, a experiência das baterias Moura vem demonstrar que a tradição expressa na gestão familiar se configura num êxito e não num obstáculo como à primeira vista pode parecer. No entanto, há quem discorde desta forma híbrida de gerenciamento. Segundo João Eurico Aguiar de Lima, ex-gerente de informática:

*A Moura tem uma gestão industrial moderna e está bem capacitada tecnologicamente, o que atrapalha é o caráter familiar, em que as ligações de confiança predominam sobre as de competência.*¹⁶⁸

A globalização da economia impôs às empresas nacionais a adoção de processos de flexibilização produtiva e administrativa. A Moura, desde o início da década de noventa vem se ajustando, quer dizer, substituindo paulatinamente o modelo fordista de produção pelo toyotista por ser mais eficiente e “não se basear nos antagonismos e conflitos de classe, mas na cooperação e envolvimento incitado”.¹⁶⁹

A necessidade de novos paradigmas na gestão dos negócios impulsionou o debate entre os dirigentes sobre a possibilidade de alteração no modelo vigente. A discussão mostrou que o problema é também de geração, uma vez que evidencia algumas divergências de percepção de mundo. No entanto, não assinala o desejo de dissolução do controle familiar sobre os negócios, apenas uma abertura maior. Como assinala, o primogênito, Edson Viana.

¹⁶⁷ LEMENHE, Maria Auxiliadora. Op. Cit, p. 177.

¹⁶⁸ **Ianque, não.** Op, cit, 73.

¹⁶⁹ TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva.** São Paulo, Cortez, 1996. p.142.

*Meu pai não soube criar uma equipe de colaboradores fora da família e ainda hoje perdemos profissionais produtivos pelo simples fato de terem opiniões diferentes das nossas.*¹⁷⁰

Coube a Sérgio Moura, da área industrial, inovar no setor de recursos humanos. “Estávamos patinando e, se não mudássemos, iríamos perder espaço”,¹⁷¹ acrescenta. Assim misturando investimento em consultoria externa mais a distribuição das tradicionais cestas básicas, a produtividade na década de 1990 aumentaria extraordinariamente. Vê-se, que a conciliação assume um papel fundamental na forma de gerenciamento das Fábrica Moura à medida que justapõe formas consideradas anti-modernas, como as cestas básicas, associadas a processos de acumulação flexível.¹⁷²

Apesar do caráter disruptivo da globalização, a unidade familiar se mantém fortalecida -, pois é nela que se encontra o sucesso do grupo. “As multinacionais têm dinheiro, mas não têm eficiência. Concorremos com três e vamos muito bem,”¹⁷³ diz Edson Moura, numa alusão contrária às fusões e à possibilidade de vender a empresa a alguma multinacional. Tais disposições ampliam o capital simbólico da família mediante elementos como o nacionalismo e a idéia que perpassa de amor à terra natal.

*Já fomos abordados, mas a coisa não prosperou. Em princípio, eu, Edson Mororó Moura, tendo consciência, nos meus 71 anos, não vendo. Abstraindo meus filhos, que não têm as mesmas aspirações, mas se viessem a mim, oferecendo três vezes o valor da Moura eu não venderia. Eu não vendo meus ideais. Eu comercializo baterias, mas não vendo os meus sonhos. [...] Isso aí é o exercício da minha brasilidade e a minha brasilidade não é mercadoria.*¹⁷⁴

¹⁷⁰ **Ianque, não.** Op, cit, p.73.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Sobre Acumulação flexível ver: **HARVEY, David. Obra já citada.** ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho.** São Paulo, Cortez, 1995.

¹⁷³ Idem ibid.

¹⁷⁴ “**Não vendo meus sonhos**”. Op, cit. p. 3

Uma das características do êxito da família Moura é a solidariedade dos interesses, isto é, “tanto quanto pelo capital quanto para o capital, o capital econômico, evidentemente, mas também o capital simbólico (o nome) e sobretudo, talvez, o capital social (que sabemos ser a condição e o efeito de uma gestão bem-sucedida do capital coletivo dos membros da unidade doméstico)”.¹⁷⁵ A transmissão do patrimônio econômico do grupo já se encontra definido, a dificuldade maior reside justamente na linha sucessória.

*A sucessão é um problema sério para mim. Eu não vou ter uma só pessoa para me substituir. Eu tenho três filhos homens, mais um genro. São quatro. Todos trabalham e estão indo muito bem. Todos têm mais ou menos a mesma idade, têm a mesma quantidade de ações. Eu vou deixar o problema para eles resolverem.*¹⁷⁶

O pai burguês, conforme Bourdieu, que quer para seu filho o que ele tem e o que ele próprio é, pode reconhecer completamente neste *alter ego* que ele produziu, reprodução do idêntico daquilo que ele é e ratificação de sua própria identidade social¹⁷⁷. Ocorre o mesmo com os herdeiros de Moura, pois apesar das suas divergências quanto a incrementar ou não mudanças paradigmáticas na gestão dos negócios, elas se desfazem a partir do momento em que há a necessidade do controle efetivo por parte dos seus membros.

É interessante observar que em Belo Jardim há dois tipos paradigmáticos de família que parecem formar um só corpo – é o caso dos Mendonça e dos Moura – que estão unidos por laços de parentesco e solidariedade político-econômica. Ambas produziram um imaginário tipicamente burguês que exalta o poder conquistado como decorrência de suas qualidades intrínsecas tais como talento, criatividade, liderança, vocação para as atividades políticas e econômicas e, sobretudo, fidelidade entre si.

As afinidades entre ambas assinalam a disposição de perpetuar sua existência e ao mesmo tempo de assegurar a integridade e ampliação do patrimônio político-econômico contra a ameaça de dilapidação ou dispersão. Nos embates eleitorais, percebe-se com mais força o elo orgânico que liga as duas famílias, pois

¹⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Op, cit. p. 133.

¹⁷⁶ “**Não vendo meus sonhos**”. Op, cit. p.3.

fica evidente que o status quo atingido pelas duas famílias foi fruto desta unidade. Uma aliança político-sentimental que também se traduz em espaços no poder municipal e na inscrição de alguns de seus personagens em obras públicas. Dentre os novos secretários nomeados para compor a administração do atual prefeito, João Mendonça, Conceição Moura, esposa de Edson Moura, ocuparia a pasta de Paisagismo e Meio Ambiente, enquanto o nome da Barragem do Ipojuca que a princípio se chamaria de “Belo Jardim” foi alterada para Pedro Moura Jr. - pai de Edson Moura e sogro de José Mendonça.

A idealização das duas famílias desloca-se também para o papel da mulher, que é destacado como relevante, como sugere o caso de Conceição Moura, “dona biônica”, por sua capacidade de fazer-se indiretamente presente nos mais diversos espaços da empresa, enquanto Estefânia Bezerra, esposa do deputado federal José Mendonça, tem sua importância em função do capital cultural que forneceu aos filhos, “contribuindo muito para os encaminhar no balizamento de uma educação sólida e indispensável para honrar o exemplo do pai.”¹⁷⁸ Mas esta força encontra limites nos efeitos da dominação masculina que orienta a família em direção à lógica do corpo, uma vez que prevalece o estilo patriarcal.

3.5 – A obliquidade dos poderes das três famílias.

“Homens ousados”, “perseverantes”, “homens jovens”, “Homens simples”, “bons pais de família”, “democratas”, “homens de fé”, “empresários bem-sucedidos” compõem o conjunto de matérias de expressão de que se utilizam as famílias (Moura, Mendonça e Galvão) com o objetivo de assegurar-lhes características de homens e mulheres singulares e, com isto, construir seu espaço na política e na história da cidade como os baluartes do seu progresso. Como “homens ousados, jovens e criativos”, “democratas” e “empresários bem-sucedidos”, personificam o moderno, que significa uma dominação mais racional e liberal, que

¹⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. **As contradição da herança**. Op, cit. p. 9

¹⁷⁸ José Mendonça Bezerra. In. *Jornal da cidade*. Op, cit., p. 10

estaria se sobrepondo à dominação de base agrária, simbolicamente representada no mandonismo dos coronéis do passado.

Para elas, sua inserção na história local representou o coroamento de um projeto de urbanidade e industrialização que daria visibilidade regional e nacional. Esta visibilidade estaria evidenciada nas reportagens e citações que são feitas na imprensa sobre a cidade de Belo Jardim. A fábrica Moura ocuparia, por excelência, o lugar de sujeito principal “destas forças modernas”, porque “leva” o nome da cidade a vários recantos do mundo. Do outro lado, tem-se o vice-governador Mendonça Filho, que é colocado como aquele que representa os belojardinenses num dos mais altos escalões da administração estadual. Desta forma, apresentado-se como sujeitos singulares e portadores de uma missão histórica, que consistiria em “tirar” o povo do atraso sócio-econômico” da região, escondem-se as ambivalências que estão por trás das suas ações político-administrativas e práticas discursivas.

Mas como explicar que as atuais elites, embora se apropriem de práticas consideradas modernas, fazem uso constante de dispositivos tradicionais - como o clientelismo - para garantir sua ascensão tanto na política quanto nos negócios? Tanto a Moura quanto os Grupos políticos de Cintra Galvão e José Mendonça mesclam dispositivos do moderno com o tradicional. O exemplo das cestas básicas, que convive com a mais moderna teoria de recursos humanos, caracteriza a capacidade de acomodação a novos contextos sem necessariamente abandonar elementos do passado.

A alquimia do poder transforma o clientelismo tão anti-moderno numa dádiva, isto é, num ato generoso, que camufla até a exploração do trabalho, a dor e a perda da saúde. Esta realidade pode ser exemplificada pelas palavras do ex-funcionário da Moura Noé Lucas. Noé, atualmente inválido, em consequência do saturnismo (doença causada pela exposição excessiva ao chumbo), teve sua situação abordada em uma reportagem do Jornal do Comércio de 27 de agosto de 1995:

Aos 49, Noé Lucas da Silva não anda e tem dificuldade pra falar. Passa o dia todo deitado ou assistindo televisão. É vítima do saturnismo. Seu drama começou há 19 anos, quando veio de São Paulo para trabalhar em contato direto com o metal, ficou com comprometimentos neurológicos irreversíveis. Recebe hoje um salário mínimo da Previdência Social, não

tem casa própria e sustenta três filhos, o mais velho com 18 anos. “Não culpo a empresa”, — diz — “ela me ajudou a criar os filhos”.¹⁷⁹

Por mais contraditório que pareça, existe um grande número de operários como seu Noé Lucas, que mesmo doentes encontram uma enorme satisfação em fazer parte da empresa, em ter seus filhos trabalhando nela. Na verdade, a família desempenha um papel primordial no processo de disciplinarização dos trabalhadores no sentido da preparação psicológica e da conduta dos filhos diante dos patrões. Segundo Michelle Perrot:

[...] O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protege-os, associa-os à história de sua família(festas de casamento, ou outros acontecimentos familiares). O “nós” substitui o “eles” da indiferença ou da hostilidade. E acontece que os operários se identifiquem com a “casa” onde trabalham, vangloriando-se de sua estabilidade, do recrutamento hereditário que une sua linhagem à empresa[...] Os conflitos são raros nessas condições, e assumem um significado mais dramático: dilaceramento do tecido familiar, revolta contra o pai, mais difícil do que coalizão contra um empregador comum. A ausência de greves, que merece a mesma atenção que a existência delas, pode se explicar pela densidade de tais relações, que sob certos aspectos assemelham-se à condição doméstica.¹⁸⁰

Algumas gerações de trabalhadores encarnaram bem o espírito paternalista da fábrica, como o operário Aderbal Félix, 70 anos, apelidado de “Pneu”, que se orgulha de ter sido o “mestre de obras que coordenou a construção da Moura”. O mesmo acontece com seu filho José Roderval, que começou como office boy e atualmente trabalha no controle de materiais. Por isso mesmo, quer continuar reproduzindo o *domestic system* da empresa. Entusiasmado, diz “Eu vou fazer o que puder para ter o direito de ganhar mais promoções”.

¹⁷⁹ **Depoimento de Noé Lucas.** In. *Jornal do Comércio*. Caderno de Cidades, Recife, 27 de agosto de 1995, p. 2.

¹⁸⁰ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 83.

Falas como essas expressam as ambigüidades que assumem as relações entre as camadas populares e as elites. O sentimento doméstico se transmuta para os diversos aspectos das relações político-econômicas, procurando camuflar os estranhamentos e conflitos entre os atores sociais. O reconhecimento do emprego por parte de alguns operários como uma dádiva, um ato generoso dos patrões, obriga à retribuição “e à retribuição com acréscimos; isto é, cria obrigações, um modo de reter, criando devedores.”¹⁸¹ Assim, na lógica da reciprocidade, espera-se do trabalhador a fidelidade, a gratidão, a honra por aquele que os “protege”, como fazem os operários Noé Lucas, Aderbal (Pneu) e seu filho Roderval.

O clientelismo, obviamente, também é desenvolvido no âmbito da política e assume o mesmo caráter paternalista e doméstico das relações empresariais. Assim, por alguns momentos a prática clientelista é representada no imaginário das camadas populares como um ato desinteressado, um gesto de fé e humanismo que transcende o objetivo imediato da política. As elites locais legitimam-se no poder, dentre outras coisas, por usarem estratégias mais sutis, como as que traduzem a violência simbólica da dívida numa relação afetiva. O depoimento de Brás Soares, funcionário da Prefeitura Municipal de Belo Jardim, a respeito da sua ligação com Cintra Galvão, enfatiza bem o caráter não-arbitrário de que se revestem as relações de poder inscritas na esfera local.

*A minha relação com Cintra Galvão é de pai para filho, porque realmente todas as reivindicações, todas as coisas que eu pedi ele atendeu. Ele tem seus lados falhos, como qualquer ser humano, mas é uma pessoa assim muito humana quando se trata de uma situação de quem está passando uma dificuldade. Assim podemos dizer que contamos com sua mão direita para nos dar apoio e contamos com ele independentemente da política, até se ele ficar sem mandato[...] Eu estava com a família em situação difícil por meio de doença grave que não morava em Belo Jardim, pois era de Vitória de Santo Antão. Ele deu todo apoio a um paralítico e a uma mulher com câncer. Nem eles nem eu tínhamos dinheiro. Por isso, eu sou muito grato a este lado humano e, não político de Cintra Galvão.*¹⁸²

¹⁸¹ BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Op, cit, p. 160.

¹⁸² **Entrevista com Brás Soares**. Belo Jardim, 11 de novembro de 2001.

A lógica da dádiva constitui-se, portanto, num dispositivo fundamental de reprodução do poder das elites locais, justamente por suas sutilezas, pela crença de ser um ato desinteressado que não visa em princípio nenhuma troca material. Trata-se de “uma economia dos bens simbólicos” que se manifesta em nível horizontal, no campo das cordialidades recíprocas, sem entrever coerção física ou dominação.

As elites sabem atualizar o passado reforçando algumas tradições e inventando outras tais como algumas festas criadas com fins meramente políticos. A esse respeito, o historiador Eric Hobsbawn mostra-nos que as tradições inventadas podem ser produtos de um tempo bastante recente.

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil num período limitado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.¹⁸³

Na década de 1990 o grupo Mendonça inventou duas festas, a Expoleite e Jardim Cultural. A primeira apresenta uma estrutura mais modesta e sua projeção restringe-se a algumas cidades da região Agreste, sendo seu impacto político bem menor. A Jardim Cultural, ao contrário, apóia-se numa mega-estrutura sustentada no marketing e em grandes patrocinadores que reúnem políticos, empresários e artistas famosos além de oferecer oficinas de teatro, cinemas, exposições, artesanato, espetáculos circenses e danças numa área com capacidade para mais de cem mil pessoas. Trata-se de uma festa pós-moderna à medida que mistura num só espaço as diversas facetas da cultura – o massivo, o popular e o culto - atingindo deste modo os diversos gostos. Uma boa prova disso foi a segunda edição realizada no mês de setembro de 2001 que reuniu representantes de vários gêneros musicais, dentre eles artistas como Leonardo, Zé Ramalho, Otto, Raça Negra, Cascabulho, Flávio José.

Mas sua importância política não se resume apenas a dimensão regional, o fato de estar localizada a uma distância de quase quatro quilômetros do centro da

¹⁸³ HOBSBAWN, Eric In **A invenção das tradições**. (Orgs.) HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. São Paulo, Paz e Terra, 1997, p. 9.

cidade, contribui para intensificar diversas atividades econômicas, principalmente o transporte de passageiros. Contudo, nesta festa os que menos notoriedade tem são justamente as duas bandas musicais da cidade, a Filarmônica e a Cultura Musical, algo contraditório se levarmos em conta que são elas justamente quem garante a produção de uma das imagens mais conhecidas da cidade. São valorizadas somente durante as procissões das festas tradicionais de São Sebastião e Nossa Senhora da Conceição e nas eleições que se realizam a cada dois anos.

Através da realização de eventos como o Jardim Cultural, os Mendonça apresentam-se como os atores políticos que estariam mais sintonizados com as demandas culturais da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que se colocam como preservadores de uma certa tradição. Podemos perceber isso, na ação de alguns jovens como o vice-governador Mendonça Filho e o prefeito João Mendonça, que iniciaram sua vida pública seguindo o tradicional ritual de posar ao lado da figura mitológica de Frei Damião. Cintra Galvão foi outro que soube usar bem a mística do povo, vinculando ao máximo sua imagem a crença popular como demonstram as reformas da Praça da Matriz com a imagem de Nossa Senhora da Conceição e a construção da Praça do Pe. Cícero, além da criação do bairro de Frei Damião.

Esta relação da política com a fé, responde a necessidade que tais elites sempre tiveram de recheiar suas práticas com uma certa credibilidade junto as camadas populares. Por outro lado esses mesmos atores condenam o assistencialismo, a compra dos votos como coisas retrógradas, abomináveis. É o que faz Mendonça Filho numa entrevista ao dizer-se indignado com a maneira com a qual se procedeu a derrota de João Mendonça nas eleições municipais de 1996.

Eu acho que o povo tem que ter consciência da escolha que faz, consciência do caminho que segue. Não é uma cesta básica, não é uma aposentadoria fraudulenta que vai decidir o futuro de Belo Jardim [...] Porque deixar de aproveitar o prestígio de um deputado federal que fala quantas vezes quiser com o presidente da República, que é convidado a conversar na casa do presidente¹⁸⁴.

Neste caso, percebe-se a ambivalência deste discurso que questiona o clientelismo e defende a conscientização do povo e que exalta suas qualidades de líder político. Esta mescla de racionalidade e religiosidade popular definem bem o estilo populista e teatral da política local. Neste aspecto Mendonça Filho seria a figura emblemática que traduziria de maneira mais significativa tais hibridismos, que se materializam na vivência política da cidade. Segundo Gil Moraes, “É difícil falar sobre Mendonça Filho (...) animal político, respira política e, o mais importante, sabe fazer política como as velhas raposas mineiras do PSD, sem o estardalhaço dos udenistas de São Paulo. Mendonça Filho acena com a imagem política do novo milênio: ação e diplomacia”. Apesar dos seus aspectos de engrandecimento e de louvação, as palavras de Gil Moraes, indicam que tais elites diferentemente dos coronéis da Velha República sabem atualizar e ressignificar suas práticas políticas e econômicas, conseguindo, portanto, sobreviver às rupturas e descontinuidades da história.

¹⁸⁴ **Entrevista de Mendonça Filho na rádio Bitury.** Belo Jardim, outubro de 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra escrita é um gesto, e sua significação um mundo. Através da gestualidade simbólica da interpretação, busquei refletir sobre as imbricações que envolvem o velho e o novo na política belojardinense nos últimos trinta anos. As conclusões a que cheguei são provisórias, pois não pretendem ossificar nenhuma verdade, apenas contribuir com novas reflexões e entendimentos acerca das máscaras com as quais o poder local se reveste.

A discussão sobre as razões políticas, sociais e acadêmicas que interferiram na escolha e na construção do tema apresentam-se aqui de forma indisfarçada. A partir de uma compreensão baseada na perspectiva do Tempo Presente, que inclusive atravessou todo este trabalho, procurei articular as minhas vivências e inquietações com as práticas políticas locais. Fiz isso não com a pretensão de empreender um exercício de ego-história, mas de expor abertamente os aspectos viscerais que se escondem por trás da construção de uma pesquisa, na qual a análise e o vivido interagem simultaneamente.

As conclusões de um trabalho, supõem geralmente um apanhado de hipóteses e idéias que foram comprovadas através da força do argumento e das suas evidências empíricas, como é comum, nas ciências exatas. Portanto, qualquer trabalho acadêmico, inclusive os das ciências humanas e sociais, que se pautam numa reflexão interpretativa das ações humanas, contém de modo sutil o suposto da verificação. Assim sem a intenção de um arremate, mergulhei de maneira sucinta em alguns fios que me ajudaram a tecer a urdidura desta trama.

Começo demonstrando como a modernização, trazida pelos grupos políticos de Cintra Galvão e José Mendonça, no final da década de 1960, contribuiu para a emergência de uma nova formação discursiva que deu visibilidade e dizibilidade a Belo Jardim como uma cidade industrial e progressista. Desde então, inicia-se a decadência das lideranças outrora hegemônicas de Arnaldo Maciel e Júlio Alves, que ao contrário dos novos atores, não foram capazes de se adaptar aos novos

desafios da política contemporânea - faltavam-lhes os recursos financeiros, o marketing político e o capital simbólico – fundamentais à produção e manutenção do seu espectro político, por isso passaram a ser associados às imagens de uma época “remota” na qual a cidade era vista como um espaço da rotina, da falta de oportunidade e de uma vivência acentuadamente tradicional.

A emergência desses novos atores deu-se no contexto histórico de uma sociedade dominada pelo autoritarismo e por uma política econômica desenvolvimentista. Assim, a configuração do poder personalista de Cintra e Mendonça, bem como o crescimento do Grupo Moura (o lado econômico desse novo), verificou-se inicialmente num espaço sem oposição, sem liberdade de expressão e de organização, o porque sua vez contribuiu para o processo de consagração dessas forças e sua sedimentação no imaginário político local.

Mas somente este dado, como pude observar, não seria suficiente para explicar a continuidade destas elites que mesmo após o fim do autoritarismo e com a redemocratização do país continuam ainda mais fortes do que antes, ampliando seus domínios políticos. É o caso do grupo Mendonça, que se constituiu numa das mais atuantes forças políticas do Estado de Pernambuco.

Deste modo, tanto Cintra Galvão quanto José Mendonça souberam adaptar-se às transformações do seu tempo, revestindo-se dos novos rituais exigidos pela política pós-ditatorial. Nesse contexto histórico, ambos apresentaram-se como representantes da democracia. Além disto, perceberam a importância de se apropriar de novos signos como a mídia.

O uso estratégico dos meios de comunicação, aliás, foi fundamental para a transcendência e imanência dos líderes destes grupos como os “heróis”, os “mitos fundadores da cidade”. Sobretudo porque tais dispositivos alimentam diariamente o imaginário da população local com discursos, imagens e referências ao “talento”, à “competência” e à “determinação” para agir na defesa dos interesses públicos. Neste maquinário de produção de sentidos de que dispõem tais elites, as resistências e lutas dos que lhes fazem oposição ficam meio silenciadas, parcialmente ofuscadas pelo brilho intenso da sua visibilidade.

Conjugar elementos aparentemente modernos ou pós-modernos - como a democracia representativa e a cultura de massas - com práticas tradicionais a

exemplo do clientelismo, do populismo e do mandonismo, demonstram a complexidade ritualística com que se reveste o poder das elites na contemporaneidade. Como nos informa Canclini

*O incremento destes processos de hibridação torna evidente que captamos muito pouco do poder se só registramos os confrontos e as ações verticais. O poder não funcionaria se fosse exercido unicamente por burgueses sobre proletários, por brancos sobre negros, por pais sobre filhos, pela mídia sobre os receptores. Porque todas essas relações se entrelaçam umas com as outras, cada uma consegue uma eficácia que sozinha nunca alcançaria. Mas não se trata simplesmente de que, ao se superpor umas formas de dominação sobre as outras, elas se potenciem. O que lhes dá sua eficácia é a obliquidade que se estabelece na trama. Como discernir onde acaba o poder étnico e começa o familiar ou as fronteiras entre o poder político e o econômico? Às vezes é possível, mas o que mais conta é a astúcia com que os fios se mesclam, com que se passam ordens secretas e são respondidas afirmativamente.*¹⁸⁵

Poderíamos nos perguntar porque as camadas populares apóiam aqueles que os oprimem? Muitas seriam as respostas, talvez as mais comuns diriam que as suas causas estariam relacionadas às péssimas condições materiais de existência e à falta de uma consciência de classe, embora isto também seja verdade, faz-se necessário o reconhecimento da presença de elementos mais sutis nessas relações de poder. A eficácia do poder das elites não depende apenas do seu caráter arbitrário (extração da força física ou econômica) mas sim da aceitação implícita e dissimulada por parte dos diversos atores.

É preciso captar as mediações culturais, o caráter teatralizado com o qual as camadas populares negociam sua dependência e constroem sua resistência política. A luta entre as classes é “na maior parte dos dias, uma luta metafórica. Às vezes, a partir das metáforas, irrompem lenta ou inesperadamente práticas transformadoras inéditas”.¹⁸⁶ A sátira, a paródia, a bricolagem e a maneira dissimulada das camadas populares encararem as relações de poder constituem

¹⁸⁵ CANCLINI, Nestor. Op. Cit, pp. 343e 347.

também seu jeito oblíquo de interagir com as elites. Infelizmente, por uma questão de tempo e de opção metodológica, não pude descrever tais práticas, pois me detive principalmente nas astúcias dos dois grupos políticos da cidade. Foram estas práticas que me fizeram notar, que a sua permanência no poder municipal deve-se, a esta capacidade de ressignificar não somente suas práticas como também de apropriar-se do conteúdo de múltiplas temporalidades históricas.

O presente trabalho, com certeza, deixa algumas lacunas e muitas questões a serem respondidas. Algumas resultam dos obstáculos encontrados na própria experiência múltipla que mantenho com a cidade – enquanto cidadão, professor, pai e ator político; outras decorrem das barreiras que são comuns àqueles que aspiram a trilhar caminhos diferentes. Se não venci todos os desafios, não os evitei; os enfrentei com as armas que possuo: o amor pela história e pela cidade.

¹⁸⁶ Idem, p. 349.

FONTES

FONTES IMPRESSAS

Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Recife, 1967.

Decretos leis e atos do prefeito Cintra Galvão (1969- 1973). Arquivo Público Municipal.

Informativo da Prefeitura municipal de Belo Jardim. Ano I/ nº 02. mai. 2000.

Jornal A Tribuna do Agreste. Belo Jardim, out. 1991.

Jornal A Tribuna. Edição especial de aniversário. Set. 1985.

Jornal da Cidade, Recife, jun. 1994.

Jornal da Mariola. Ano I/ nº 01. set. 1989.

Jornal Diário de Pernambuco (anos 1998, 1999, 2000 e 2001)

Jornal do Comércio, ano 1995, 2002.

Jornal Gazeta do Bitury. Ano I/ nº 01. jan. 1983.

Jornal Gazeta do Nordeste. Ago. 1999.

Jornal Notícias Moura, ago. 1997 e out. 1999.

Jornal O Bitury. Ano I/ set. 1972.

Monografia da Micro-região do Vale do Ipojuca. Recife, CONDEPE, 2001.

Monografia de Belo Jardim. Recife, CONDEPE, 1991.

Revista Águas de Belo Jardim. Fatos e fotos, abr. 2001.

Revista da Cidade. Belo Jardim, nº 1, ano I/, 2001.

Revista de História Municipal. Ano III, nº 04, Centro de Estudos Municipais – CEHM – Recife, 1991.

Revista Exame, São Paulo, 20 out. 1999.

FONTES ORAIS

Entrevista cedida por Francisco Cintra Galvão à rádio Itacaité (1991)

Entrevista de Mendonça Filho concedida à Rádio Byturi, outubro de 1990.

Entrevista cedida por Francisco Cintra Galvão à rádio Itacaeté (2002)

Entrevista cedida por Júlio Alves de Lira a José Adilson Filho (2001)

Entrevista cedida por Brás Soares a José Adilson Filho (2001)

Entrevista cedida por João Torres a José Adilson Filho (2002)

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

- ADILSON FILHO, José Um estudo sobre as condições de vida e trabalho do operariado fabril de Belo Jardim. (1970 a 1995). 1995, (Mimeo)
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes. Recife, Massangana/ Cortez, 2000.
- ALVES, Rubem. *A alegria de ensinar*. São Paulo. 4ª ed. 1988.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho, São Paulo, São Paulo, Cortez, 1995.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*, São Paulo, EDUSC, 2000.
- BARROS, Mirian Moraes Lins de. *A cidade dos velhos*. In . VELHO, Gilberto (org.) Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal, Rio de Janeiro, Zahar, 1992.
- BASTOS, Elide Rugai, RÊGO, Walquíria D. Leão. Intelectuais e Política. A moralidade do compromisso. São Paulo, Ed. Olho D'água 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. Á sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas. São Paulo., Brasiliense, 1994, 4. ed.
- BAZCO, Bronislaw. *Les imaginaries sociaux. Mémoires et espoirs collectifs*. Paris, Payot, 1984.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, arte e política*. vol.1, São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*, 4ª edição, Rio de Janeiro, 2001.
- _____. Razões práticas sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996.
- BOUTIER, Jean & DOMINIQUE, Julia (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1998.
- BURGUIERE, André (org.) Dicionário das Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Imago, 1993.
- BURKE, Peter. *A escola dos annales: a revolução francesa da historiografia*, São Paulo, UNESP, 1997.
- _____. A escrita da história. São Paulo, Unesp, 1994.
- BURZSTYN, Marcel. *O dono do poder. Planejamento e Clientelismo no Nordeste*, 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

- CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo, UNESP, 2000.
- CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. *Escritos de história e política*. Belo Horizonte, UFMG, 1997.
- _____. *Os bestializados*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- JANNOTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da República* . São Paulo, 1986.
- RANCIÈRE, J. *Os nomes da História*, Campinas, Pontes, 1994.
- KUSHNIR, Karina. *O cotidiano da política*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano. Artes do Fazer*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994.
- CERTEAU, Michel. *A Operação Histórica*: In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques. *Novos problemas*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.
- CHARTIER, Roger. *O historiador modernista*. In. *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro,FVG, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo, Perseu-Abramo, 2000.
- CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna. Introdução as Teorias do Contemporâneo*. São Paulo: 1993.
- DERRIDA, Jacques. *Os espectros de Marx*. Rio de Janeiro, Relume do mará, 1996
- DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar/UFRJ, 1993.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*, Vol. 1 e 2. Porto Alegre, 1975.
- FERRO, Marc. *A História Vigida*. São Paulo Martins Fontes, 1989.
- FIGUERÔA, Alexandre. *Cinema pernambucano. Uma história em ciclos*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000.
- FORTUNATO, Maria Lucinete. *O Coronelismo e a Imagem do Coronel. De Símbolo a Simulacro do Poder Local*. Campinas, tese de Doutorado, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Grall, 1990.
- _____. *A Vida dos Homens Infames*. Lisboa. Ed. Presença, 1994.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- _____. *Vigiar e Punir*. São Paulo, Vozes, 1977.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História, Imago*, 1997.

GUIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*, São Paulo, UNESP, 1991.

HALL, Stuart. *As Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP e A, 1999.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1995.

HOBBSBAWN, Eric. e RANGER, Terence. *As invenções das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes de M. *Coronelismo: Um política de Compromiso*, São Paulo, brasiliense, 1991

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder*. Fortaleza, UFC, 1996.

LIMA, Abel de. *Belo Jardim: história, cultura e recursos hídricos*. Recife, o autor, 2002.

LINS, Daniel (org.) *Cultura e subetividade: saberes nômades*. Campinas, Papirus, 2000.

MAFESOLLI, Michel e ROUNET, Sérgio Paulo. *Moderno e Pós-moderno*. Rio de Janeiro, UERJ, 1994.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1978.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

MILLS, Wrigth. *A elite no poder*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: Pequena história crítica*. São Paulo, Hucitec, 1983.

NORA, Pierre, e LE GOFF, Jacques. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.

NORA, Pierre. (Org. e Introdução) *Ensaio de Ego-história*, Lisboa, Edições 70, 1989.

ORLANDI, Eni P. *Discurso é texto. Formulação e circulação de sentidos*. Campinas, Pontes, 2001.

PANG, EUL-SOO. *Coronelismo e Oligarquias: A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

- PERROT, Michelle. Os excluídos da história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- POULET, Georges. *O Espaço Proustiano*. Rio de Janeiro, IMAGO, 1992.
- QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. *O Coronelismo numa Interpretação Sociológica*. IN: *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano, Livro I, Estrutura de Poder e Economia (1898 – 1930)*. São Paulo, DIFEL, 1975.
- REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FVG, 1996.
- REZENDE, Antonio Paulo. (Des)*Encantos Modernos. Histórias da cidade do Recife na década de 1920*. Recife, Fundarpe, 1997.
- RICOUER, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo I e II, Campinas, Papirus, 1995.
- SAES, Décio. *Estado e Democracia. Ensaio Teóricos*. Coleção Trajetória I, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensão e criação cultural na primeira república*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- SILVA, Adalberto Jordão da. Belo Jardim. Personalidades da Nossa Terra, Recife, O autor, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria cultura e educação: um vocabulário crítico*. Rio de Janeiro, DP & A, 2000.
- TEIXEIRA, Francisco & OLIVEIRA, Manfredo Araújo. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo, Cortez, 1996.
- TÉTART, Philipe. *Pequena história dos historiadores*. São Paulo, EDUSC, 2000.
- THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa. (vol. 1). São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília, UNB, 1998.
- VON SIMON, Olga Rodrigues de Moraes. *Os desafios contemporâneos da história oral*, Campinas, UNICAMP, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*, São Paulo, Cia. das Letras, 1990.